

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

Danilo Pessopane de Almeida

**LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO SUPERIOR: dificuldades, desafios e
possibilidades de um discente com surdez.**

Paranaíba/MS

2017.

Danilo Pessopane de Almeida

**LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO SUPERIOR: dificuldades,
desafios e possibilidades de um discente com surdez.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Doracina Aparecida de Castro Araujo

Paranaíba - MS

2017.

A4451

Almeida, Danilo Pessopane de

Língua brasileira de sinais no ensino superior: dificuldades, desafios e possibilidades de um discente com surdez/Danilo Pessopane de Almeida. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2017.

113f.; 30 cm.

Orientadora: Profa Dra Doracina Aparecida de Castro Araujo.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Educação inclusiva. 2. Educação especial. 3. Surdez. I. Almeida, Danilo Pessopane de. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Mestrado em Educação. III. Título.

CDD – 371.9

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira - CRB1º/1783

DANILO PESSOPANE DE ALMEIDA

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO SUPERIOR: dificuldades, desafios e possibilidades de um discente com surdez

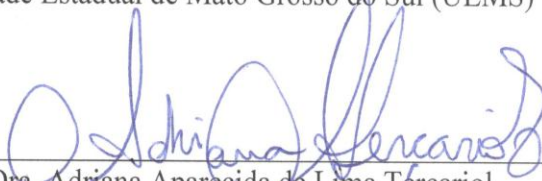
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação - Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 31 de março de 2017.


BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Doracina Aparecida de Castro Araujo
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Profa. Dra. Adriana Aparecida de Lima Terçariol
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)



Profa. Dra. Maria Helena Bimbatti Moreira
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Aos meus queridos pais Ana Maria Pessopani de Almeida e João Antonio Alves de Almeida, que nunca mediram esforços para que eu conseguisse desenvolver esta pesquisa. Vocês que optaram por renunciar aos seus sonhos na tentativa de que eu seja por toda vida um grande sonhador.

AGRADECIMENTOS

Quando escolhemos traçar novos objetivos em nossas vidas, acreditamos que nunca caminhamos sozinhos. Apoio, colaborações, amizades e compreensão se tornam imprescindíveis. Por motivos especiais, agradeço:

a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por terem fortalecido minha fé na construção dessa força e nos caminhos até aqui trilhados, pela oportunidade em superar as dificuldades durante o período de realização deste trabalho;

a toda minha família pelo apoio e confiança em mim depositados nessa caminhada, num apreço e valorização pela arte de pesquisar, constituídos gradativamente;

à Profa. Dra. Doracina Aparecida de Castro Araujo, a quem sou eternamente grato por ser minha estimada orientadora, que proporcionou grandiosa partilha de conhecimento e experiência, trouxe novas possibilidades na percepção da pesquisa, no apontamento e na determinação de caminhos certos e corretos, não somente para meu trabalho, mas também para a minha vida. Seu constante incentivo estimulou em todos os momentos as fases de minha escrita, pois competência na dedicação e no ensinar é sua marca. Sua aproximação com os estudos na área de Educação Especial é fonte de inspiração quando me apresento como pessoa e também como pesquisador;

às estimadas professoras Dra. Maria Helena Bimbatti Moreira e Dra. Adriana Lima Terçariol, membros da banca de qualificação e defesa, pelas valiosas sugestões no aperfeiçoamento do trabalho e da escrita;

a todos os docentes do Programa, em especial ao Prof. Dr. Elson Luiz de Araujo, por despertar em mim um olhar crítico e qualitativo sobre a pesquisa e colaborar com sugestões e ajustes metodológicos;

a todos os funcionários do Programa de Mestrado em Educação, da UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba, que não cessam de trabalhar, e pela qualidade nos serviços prestados. Generosidade e respeito sempre fizeram parte dessas relações interpessoais;

à turma do mestrado de 2015, pela partilha de conhecimentos e reflexões nas disciplinas cursadas e nos momentos de descontração. Minha sincera admiração;

aos amigos de percurso, em especial: Samara Rodrigues da Cruz, pelo carinho e estimada colaboração. Obrigado por estar junto a mim nos momentos mais difíceis;

aos sujeitos da pesquisa que se disponibilizaram a participar das entrevistas, dispuseram de tempo e contribuíram significativamente para que conseguíssemos respostas às indagações em levantamento;

à instituição pesquisada, pela cedência do espaço e do tempo para que se realizasse este estudo, o qual julgo que permitirá a abertura de novos pensares e ações, tendo em vista a melhoria do trabalho ofertado no Ensino Superior.

[Com a Libras] se faz brotar novas possibilidades de subjetividades, de compartilhar a cultura, de aquisição de conhecimentos, que não são plausíveis por meio da língua oral e da cultura ouvinte.

Karin Strobel

RESUMO

Os alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) que estão chegando ao Ensino Superior têm sido tema de interesse de pesquisadores iniciantes e experientes. Eles buscam respostas para as possibilidades desses alunos aprenderem no espaço universitário. Dentre os discentes PAEE estão os discentes com surdez, que as áreas da Educação, Letras, Fonoaudiologia, Psicologia, entre outras, têm estudado para contribuir com seu desenvolvimento. Temas como relações comunicativas entre docentes universitários e discentes com surdez; a função do intérprete em Língua Brasileira de Sinais (Libras); o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado para os alunos com surdez são constantes nos estudos. A partir dessa consideração é que se objetivou investigar a realidade de um aluno com surdez de uma universidade privada no interior do Estado de São Paulo, frente ao seu processo de formação no curso de Pedagogia, a fim de compreender como acontecem as relações e inter-relações no espaço escolar da universidade. A abordagem definida para a pesquisa foi a qualitativa, com a utilização de dados quantitativos, para complementar informações. O estudo se iniciou com a revisão bibliográfica sobre Surdez e Libras, seguida do mapeamento e análise das produções intelectuais em diferentes locais, como: Revista de Educação Especial, Revista Brasileira de Educação Especial, anais do GT Educação Especial da ANPEd, teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Educação Especial e em Educação da UFSCar, UFSC e UNESP-Marília. Na sequência foi realizado o estudo de caso, tendo como sujeito um discente com surdez do curso de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior Privada do Estado de São Paulo. Como instrumento de investigação foi utilizada a entrevista semiestruturada, aplicada aos docentes e intérprete do discente com surdez e ao discente com surdez. Todo o material foi analisado à luz de teóricos clássicos como Vigotski (1993, 1997, 2001, 2003, 2004, 2007), Luria (1985, 1992) e estudiosos com enfoque crítico, como: Duarte (1996, 1998, 2001, 2010, 2013, 2014), Martins (2011, 2015), Quadros (1997, 2004), Saviani (2005, 2007), entre outros. Como resultado do mapeamento foi possível compreender que em qualquer nível de ensino, um dos problemas está na formação docente, inicial ou continuada, importante para o processo ensino e de aprendizagem de pessoas com surdez, pois reflete na falta de preparação dos docentes para atuar com essa especificidade de deficiência. Já no estudo de caso foi possível constatar que o trabalho realizado pelo intérprete não supre todas as necessidades do discente com surdez nos processos de ensino e de aprendizagem, pois ele considera importante que os professores universitários aprendam a Libras e a utilize como meio de comunicação nas propostas de sua inclusão no Ensino Superior. Com os resultados desta pesquisa espera-se despertar o interesse das pessoas das comunidades interna e externa das instituições de Ensino Superior, para que possam compreender os processos de ensino e de aprendizagem em que o aluno com surdez está inserido e, assim, contribuir com os docentes na aprendizagem desse discente. Ao se acreditar na relevância de estudos relacionados à formação dessa clientela do Ensino Superior, abrem-se possibilidades para novas pesquisas relacionadas ao tema, com observação às potencialidades reveladas pelos discentes com surdez, como resultados de trabalhos com fundamentos teóricos e críticos de formação humana.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Ensino Superior. Surdez. Língua Brasileira de Sinais.

ABSTRACT

Students of the Target Audience of Special Education (PAEE) coming to higher education have been a topic of interest to beginners and experienced researchers, who look for answers to the possibilities of these students learning in the University area. Among the students PAEE, there are the deaf ones, which the fields of Education, Languages, Speech Therapy, Psychology, among others, have been studying in order to contribute to their development. Topics such as communicative relationships between university professors and deaf students; the role of the interpreter in Brazilian Sign Language (Libras); the Specialized Educational Assistance (AEE) offered to deaf students are always included in the studies. Based on this consideration, it is aimed to investigate the reality of a deaf student at a private university in the State of São Paulo, in regards of his educational process in the course of Pedagogy, in order to understand how the relationships and interrelations in the school area of the University take place. The approach used in the research was the qualitative one, using quantitative data as supplementary information. The study began with a bibliographic review on Deafness and Libras, followed by the mapping and analysis of the intellectual productions in different places, such as: Revista de Educação Especial (Journal of Special Education), Revista Brasileira de Educação Especial (Brazilian Journal of Special Education), proceedings of GT Special Education of ANPEd, theses and dissertations of Graduate Programs in Special Education and in Education of UFSCar, UFSC and UNESP-Marília. After this, a case study was carried out, having as subject a deaf student of the Pedagogy course from a Private Institution of Higher Education in the State of São Paulo. As an instrument of investigation, it was used the semi-structured interview, applied to the professors and to the interpreter of the deaf student and also to the deaf student. All the material was analyzed in the light of classical theorists such as Vigotski (1993, 1997, 2001, 2003, 2004, 2007), Luria (1985, 1992) and scholars with critical approach, such as: Duarte (1996, 1998, 2001, 2010, 2013, 2014), Martins (2011, 2015), Quadros (1997, 2004), Saviani (2005, 2007), among others. As a result of the mapping, it was possible to understand that, at any level of education, one of the problems is in the initial or continuing teacher training, important for the process of teaching and learning of deaf people, since it reflects in the absense of preparation of teachers to address this disability specificity. As for the case study, it was possible to verify that the work done by the interpreter does not supply all the needs of the deaf student in the processes of teaching and learning, because he considers important that the university professors learn Libras and use it as a means of communication in the proposals for his inclusion in Higher Education. With the results of this research, it is expected to arouse the interest of people from internal and external communities of the Institutions of Higher Education, so that they can understand the processes of teaching and learning in which deaf students are inserted, and thus collaborate with professors in the learning process of this student. By believing in the relevance of studies related to the education of this Higher Education clientele, possibilities for new researches related to the theme are opened up, observing the potentialities revealed by deaf students, as results of studies with theoretical and critical basis on human education.

Keywords: Inclusive education. Special education. Higher education. Deafness. Brazilian Sign Language

ABPEE – Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial
AEE – Atendimento Educacional Especializado
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ASI – Aparelho de Amplificação Sonora Individual
CEEB – Censo Escolar da Educação Básica
DA – Deficiência auditiva
DSTS – Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ECO – Educação e Comunicação
EEPP – Educação, Estado e Políticas Públicas
EFE – Ensino e Formação de Educadores
EI – Educação e Infância
FIL – Filosofia da Educação
FIU – Faculdades Integradas de Urubupungá
FUNEC – Fundação Municipal de Educação e Cultura
GEPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Práxis Educacional
GT – Grupo de Trabalho
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
MEC – Ministério da Educação
PAEE – Público-Alvo da Educação Especial
PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE – Plano Nacional de Educação
PNEE – Política Nacional de Educação Especial
PPG – Programa de Pós-Graduação
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
RBEE – Revista Brasileira de Educação Especial
REE – Revista de Educação Especial
SCIELO – Scientific Electronic Library Online (Biblioteca eletrônica científica on-line)
SHE – Sociologia e História da Educação
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TE – Trabalho e Educação
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

LISTA DE TABELAS

| | |
|--------------------------|-----------|
| TABELA 01 – | 43 |
| TABELA 02 – | 44 |
| TABELA 03 – | 49 |
| TABELA 04 – | 51 |
| TABELA 05 – | 56 |
| TABELA 06 – | 56 |
| TABELA 07 – | 59 |
| TABELA 08 – | 60 |
| TABELA 09 – | 62 |
| TABELA 10 – | 62 |
| TABELA 11 – | 64 |
| TABELA 12 – | 65 |

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
|-------------------------|-----------|

| | |
|--|------------|
| 1. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E LEGAIS..... | 18 |
| 1.1 Libras: enfoque teórico..... | 19 |
| 1.2 Libras: textos legais..... | 25 |
| 2. LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: O QUE REVELAM AS PUBLICAÇÕES?..... | 37 |
| 2.1 Revista de Educação Especial e Revista Brasileira de Educação Especial..... | 38 |
| 2.1.1 Revista de Educação Especial..... | 39 |
| 2.1.2 Revista Brasileira de Educação Especial..... | 46 |
| 2.2 Teses e dissertações da UFSCar, UFSC e UNESP/Marília..... | 53 |
| 2.2.1 Teses e dissertações da UFSCar..... | 54 |
| 2.2.2 Teses e dissertações da UFSC..... | 58 |
| 2.2.3 Teses e dissertações da UNESP/Marília..... | 61 |
| 2.3 Linha de pesquisa Educação Especial da ANPED nacional..... | 63 |
| 3. DIFERENTES OLHARES SOBRE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR..... | 69 |
| 3.1 Docentes do discente com surdez..... | 71 |
| 3.2 Intérprete em Libras do discente com surdez..... | 79 |
| 3.3 Discente com surdez..... | 83 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 87 |
| REFERÊNCIAS..... | 93 |
| ANEXO..... | 98 |
| Aprovação do Comitê de Ética – Plataforma Brasil..... | 99 |
| Lei 10.436 De 24 de abril de 2002..... | 101 |
| Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005..... | 102 |
| APÊNDICES..... | 109 |
| Roteiro da entrevista com docentes do discente com surdez..... | 110 |
| Roteiro da entrevista com intérprete do discente com surdez..... | 111 |
| Roteiro da entrevista com o discente com surdez..... | 112 |
| Termo de autorização..... | 113 |
| Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... | 114 |

INTRODUÇÃO

O vento tocou nas mãos dos surdos e juntos acordaram, se movimentando, reunindo amigos para valorizar a língua de sinais. Caminhando eu vejo esse movimento, expressões, gestos, às vezes com exageros [...]. As mãos passam pela rua e eu me perco com a beleza que elas sinalizam. Vejo a beleza das mãos se movimentando em língua de sinais.

Ana Luiza Paganelli Caldas (2012)

Na tentativa de apresentar as circunstâncias que me¹ levaram a refletir e pesquisar sobre o tema que proponho no âmbito universitário, compreendo ser necessário esclarecer meu percurso acadêmico e profissional, tendo em vista as principais influências para que me propusesse a ser de fato um pesquisador. Além disso, percebo a importância em colocar abertamente meu desejo: de que o resultado deste estudo contribua com outras pesquisas na busca por lacunas ainda não preenchidas.

A primeira grande significação para mim em formação acadêmica teve início na graduação em Pedagogia, licenciatura plena, pelas Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul, na Fundação Municipal de Educação e Cultura (FUNEC), que posteriormente me fez continuar na busca pelo conhecimento na Especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* em “O Ensino de Libras”, assim intitulado, pelas Faculdades Integradas de Urubupungá (FIU).

O interesse pela área da Educação Especial e Inclusiva no Atendimento Educacional Especializado (AEE) vem desde a graduação nas inúmeras possibilidades oferecidas pela FUNEC, em cursos de extensão para o aprendizado e aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras), já que esta não fazia parte das disciplinas obrigatórias nos cursos de licenciatura, o que não minimizava a grande vontade em aprender, com interesse pela identidade e cultura surda e em estudos relacionados, além de sempre manter contato com grupos sociais surdos, pela necessidade de praticar a Libras.

Recordo-me de que ainda na graduação, recebi propostas para acompanhar alunos com surdez que cursavam o Ensino Fundamental, na interlocução em Libras, trazendo para a realidade profissional, aquilo que era aprendido em minha formação. Outra proposta de trabalho obtive meu aceite, na qual ministrei aulas no Ensino da Língua Brasileira de Sinais,

¹ A primeira pessoa do singular foi utilizada quando o pesquisador fez relatos de ações realizadas antes do desenvolvimento desta pesquisa. Nas demais partes do texto utilizamos a primeira pessoa do plural, por se tratar de um trabalho conjunto - pesquisador e orientadora.

como conquista pela inclusão da disciplina como regular em um colégio para crianças de primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, onde trabalhei por três anos.

Na incessante busca pelas temáticas relacionadas à surdez, com o fito de adquirir maior conhecimento sobre Libras e me inserir em ambientes nos quais ela circula, ingressei em um curso de Especialização na área específica em que já atuava. Desse modo desenvolvi um estudo intitulado “Surdos no mercado de trabalho: desafios e oportunidades” que ampliado, tornou-se um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pela apresentação de um levantamento quantitativo de surdos no mercado de trabalho local e entendimento acerca das principais dificuldades da inclusão surda no meio trabalhista.

Ao levantar dados e discorrer sobre essa pesquisa foi possível elucidar questionamentos relacionados ao tema proposto, mas também, determinar que minhas contribuições não poderiam cessar naquele estudo, já que novas indagações surgiram a partir das vivências entre práticas sociais e profissionais.

Após a conclusão da Especialização, fui aprovado em dois concursos públicos na cidade de Santa Fé do Sul, onde resido, para professor de Educação Básica no Ensino Fundamental I e Docente universitário da disciplina de Libras. Ainda que parecessem conquistas a comemorar, sentia que poderia contribuir mais e melhor na formação dos sujeitos que na condição de discentes, aprendiam comigo.

Foi então que percebi a necessidade de me impor um novo desafio, sobretudo para contribuir de modo mais intenso com minha formação de docente nos cursos de licenciatura nos quais ministrava aula, além dos cursos de extensão onde um dia estive na condição de discente e naquele momento encontrava-me na condição de docente. Muito tinha a oferecer, mas compreendi que o melhor caminho era a busca pelo conhecimento como uma atividade incansável. Joaquim Antônio Severino (2000) corrobora meus pensares com a necessidade de prosseguir os estudos:

“O estudante tem de se convencer de que sua aprendizagem é uma tarefa eminentemente pessoal; tem de se transformar num estudioso que encontra no ensino escolar não um ponto de chegada, mas o limiar a partir do qual constitui toda uma atividade de estudo e de pesquisa”. (SEVERINO, 2000, p. 35).

Dessa maneira, me inscrevi na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba para o processo seletivo do Mestrado em Educação, e embora a concorrência tenha sido extremamente acirrada, com etapas bastante instigantes e desafiadoras, me propus a realizá-lo, amparado por minhas convicções, meus projetos e objetivos de vida. Ao ser aprovado no Processo Seletivo, tive apoio da orientadora

para manter as propostas de pesquisa em projeto, frente a uma real necessidade de estudos na temática de Libras, se comparados aos muitos já realizados com o tema surdez, mesmo como complementares.

Já no Mestrado em Educação, iniciei a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Práxis Educacional (GEPPE) e na linha de pesquisa Educação Especial, o que me possibilitou pensar em formas mais consistentes de contribuir para a formação do discente com surdez no Ensino Superior, a partir de uma proposta de inclusão dessa clientela a partir do respeito às diferenças.

Nas primeiras orientações, pude contemplar a oportunidade de realizar um estudo do Estado do Conhecimento² sobre surdez e a Libras. Artigos que versassem sobre essa última, encontrei poucos, já que é irrisório o número de pesquisas sobre essa temática. A maioria envolve o tema surdez, que nem sempre apresenta discussões sobre Libras, mas o contrário acontece, ou seja, quando abordamos o assunto Libras, a surdez passa a ser inerente à discussão.

O envolvimento com o tema foi mais consistente a partir de um trabalho realizado para um evento “Revelações dos autores da Revista Brasileira de Educação Especial sobre Surdez e Libras”, que foi apresentado e posteriormente publicado nos anais de um evento científico organizado pela Instituição, em parceria com mais dois autores, a colega do mestrado que discute o tema surdez – Samara Rodrigues da Cruz e a nossa orientadora - Prof^a. Doracina Aparecida de Castro Araujo.

Com essa breve trajetória e o aumento contínuo do entusiasmo pelo tema, o objetivo da pesquisa foi redefinido, com o fito de investigar a realidade do processo de formação de um discente com surdez de uma universidade privada no Estado de São Paulo no curso de Pedagogia, a fim de compreender como acontecem as relações e inter-relações no espaço acadêmico.

Para atingir ao objetivo definido, algumas questões foram suscitadas, quais sejam: a) para ampliar a aprendizagem e desenvolvimento do discente com surdez, é necessário que todos os docentes do Ensino Superior se comuniquem e ensinem por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras)?; b) o discente com surdez no Ensino Superior precisa compreender a Língua Portuguesa e utilizá-la em sua comunicação?; c) o discente e os docentes do Ensino Superior deveriam aprender Libras em que situação?; d) como foi a

² [...] estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo na monografia (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155).

seleção para o ingresso no curso de graduação do discente com surdez?; e) que condições as Instituições de Ensino Superior (IES) têm proporcionado para garantir o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento do discente com surdez?

Para responder as questões deste estudo e nos outros momentos da pesquisa, buscamos apoio nos aportes teóricos que sustentam a necessidade do estudo e evidenciam as questões voltadas aos temas Libras, Surdez, Educação Especial e Ensino Superior, como Vigotski³ (1993, 1997, 2001, 2003, 2004, 2007), Luria (1985, 1992) e estudiosos com enfoque crítico, como: Duarte (1996, 1998, 2001, 2010, 2013, 2014), Martins (2011, 2015), Quadros (1997, 2004), Reily (2011), Saviani (2005, 2007), Strobel (2008), entre outros teóricos clássicos e estudiosos dos temas. Também contamos com as contribuições da legislação, dissertações, teses, artigos científicos publicados em revistas especializadas em Educação Especial, entre outros materiais bibliográficos pertinentes à pesquisa.

Entendemos ser relevante para este estudo a Abordagem Qualitativa, por trabalhar com “[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 2001, p. 14). Importante considerar que utilizaremos dados quantitativos no mapeamento das produções, pois complementam as informações da pesquisa.

Definida a abordagem da pesquisa, partimos para o levantamento e revisão bibliográfica, momento em que buscamos nos aproximar dos estudos de teóricos clássicos e de estudiosos em diferentes espaços e tempos, com atenção especial aos que discutem surdez e Libras em um enfoque crítico, para contribuir na análise dos dados levantados.

Após o levantamento, partimos para o mapeamento das produções intelectuais - um trabalho muito interessante, pois nos mostrou lacunas nas publicações e como aferimos, nas pesquisas relacionadas ao tema Libras. O ínfimo número de estudos publicados sobre Libras, ao invés de nos desanimar, nos instigou a continuar, movidos pelo afã de contribuir com ampliação dessas pesquisas, e sobretudo de apresentar um estudo de caso, em que buscamos conhecer uma realidade específica de um discente com surdez no Ensino Superior.

Quando buscamos mapear uma produção científica sobre um assunto específico, compreendemos que “[...] em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, afim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos”, e pode ser uma ordenação de dados que permitirá a “[...] indicação das

³ Vigotski, Vygotski ou Vygotsky são sobrenomes transliterados de Lev Semenovitch. Neste texto a forma de escrita do sobrenome será mantida conforme citações dos textos utilizados.

possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses”. (SOARES, 1987 apud FERREIRA, 2002, p. 259).

Após localizar as lacunas do tema Libras nas produções levantadas na Revista de Educação Especial de Santa Maria, Revista Brasileira de Educação Especial, anais do GT Educação Especial da ANPEd e em teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Educação Especial e em Educação da UFSCar, UFSC e UNESP-Marília, a proposta de pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética, por meio da Plataforma Brasil, que em tempo hábil, fez algumas considerações, as quais foram atendidas, e na sequência foi enviado o parecer com a aprovação da pesquisa, conforme ANEXO A.

Com todos os trâmites atendidos, iniciamos o Estudo de Caso, por proporcionar contato direto entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa em um estudo específico e detalhado, sem interferência na realidade em que o discente estava matriculado. Para Gil (2002, p. 54): “O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”.

Como instrumento de pesquisa optamos pela entrevista semiestruturada, por compreendermos que sua relevância é inquestionável para a pesquisa qualitativa, pois existe a necessidade de “[...] delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados”. (BONI; QUARESMA, 2005, p.75). Assertiva corroborada por Duarte (2004), ao entender que a entrevista é essencial, principalmente quando “[...] se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados” (DUARTE, 2004, p. 215).

Foram definidos cinco sujeitos para participarem da pesquisa, quais sejam: um discente com surdez, três docentes (atuantes na formação do aluno com surdez) e a intérprete em Libras que acompanha a interlocução pela mediação da conversação nessa formação de Ensino Superior entre professores universitários e discente com surdez. As entrevistas possibilitaram a aproximação do pesquisador com os sujeitos, os quais dissertaram acerca das suas práticas, experiências e vivências na formação educacional nessa modalidade de ensino, com enfoque nas suas dificuldades desafios e possibilidades nos processos de sua constituição identitária no âmbito acadêmico.

Evidenciamos uma proposta de aproximação e interação qualificada entre o pesquisador, a pesquisa e os entrevistados. Para Cruz Neto (1999), nos aproximar e interagir da melhor forma possível, para que os componentes escolhidos para a pesquisa possam se sentir a vontade na hora de falar e expor suas ideias, angústias e anseios. Para que neste pensar tenhamos como “[...] compreender o campo como possibilidade de novas revelações”. (CRUZ NETO, 1999, p. 56).

Ao compreender esse campo de estudo e na busca por outras possibilidades para compreender algumas revelações de autores e sujeitos de pesquisa, buscamos identificar nas relações comunicativas universitárias de um discente com surdez, suas dificuldades no espaço escolar; os desafios enfrentados para superar as situações adversas do cotidiano, de tal modo que sejam evidenciadas suas potencialidades e se evite que em muitas aulas ele fique relegado ao trabalho somente do intérprete.

Os resultados obtidos nesta pesquisa foram organizados em três capítulos. No primeiro, intitulado “Libras: considerações teóricas e legais”, apresentamos estudos como apoio ao tema tratado em questão. Nas considerações legais, trazemos as conquistas da comunidade surda por meio dos decretos e leis que viabilizaram e enaltecem a identidade cultural surda no contexto nacional.

No segundo capítulo, nomeado “Libras no Ensino Superior: o que revelam as publicações?”, apresentamos um mapeamento bibliográfico na busca por lacunas que identificassem a real necessidade da pesquisa. Dessa forma, fizemos uma discussão sobre o tema da pesquisa por meio de teses e dissertações (PPG. Ed. Esp. da UFSCar, PPG Educ. da UNESP/Marília, PPG Ed. da UFSC); periódicos (Revista Brasileira de Educação Especial, Revista de Educação Especial); e anais de eventos sobre Educação Especial (GT Educação Especial da ANPEd), a fim de compreendermos as revelações de seus autores.

No terceiro capítulo, de nome “Diferentes olhares sobre Libras no Ensino Superior”, são apresentados os resultados do estudo de caso, a partir das informações do discente com surdez, três docentes e o intérprete em Libras que o acompanha na universidade. Como suporte utilizamos o enfoque crítico nos questionamentos levantados, para que o problema do estudo encontrasse respostas plausíveis às propostas de investigação.

Por fim são apresentadas as “Considerações Finais”, espaço destinado às reflexões acerca das problemáticas em questão, no ato de identificar o alcance da proposta de objetivo da pesquisa, e ainda, contribuir para novos olhares, vistos pelo pesquisador como necessidades imediatas no auxílio educacional na promoção da evolução de estudos e realidades no Ensino Superior. Nessas reflexões retornamos à epígrafe inicial, pois

compreendemos ser relevante reafirmar a beleza da comunicação feita pelas mãos, em especial as que se movimentam em Libras.

1. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E LEGAIS.

Um exemplo significativo de resistência nos movimentos surdos vem se dando no campo da educação. [...]. Encontramos ainda muito de acomodação e dependência às narrativas ligadas a uma história tradicional dos surdos que vem legitimar uma concepção que se queria negar.

Madalena Klein (2007, p. 14-15).

O início dos estudos para a realização desta pesquisa se deu a partir do levantamento e da revisão bibliográfica, para possibilitar a compreensão da amplitude das discussões teóricas sobre os temas surdez e Libras, com atenção nas questões do Paradigma de Suportes ou Inclusão⁴, o qual parte do pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à participação educacional e social não segregada, e ainda promove e garante o acesso de todos a tudo o que constitui e caracteriza a sociedade, no oferecimento de suportes sociais, econômicos, físicos e instrumentais; na construção de um processo social inclusivo, a fim de analisar os estudos que vêm sendo realizados em prol da ampliação das condições de ensino e aprendizagem dos alunos com surdez.

Na revisão bibliográfica também houve atenção aos aspectos das leis e decretos em vigência no país referente à surdez e à Libras nas relações de formação subjetiva qualificada e em especial, do estudante e suas vivências acadêmicas nas construções pelas relações entre docentes, intérpretes e discente com surdez nas propostas de efetivação de uma significativa formação inclusiva em nível superior.

A abordagem das temáticas surdez e Libras foi definida porque os temas se justapõem na pretensão de apresentar a força do movimento surdo e propiciar reflexões que possibilitem o avançar da garantia pela igualdade de direitos entre culturas surdas e ouvintes, não sobrepostas, mas paralelas, reconhecidas por igual em suas lutas, méritos e conquistas.

Entendemos que essa garantia se dá pela luta dos movimentos em prol da comunidade surda, apoiada por diversas áreas, em especial a da Educação, de modo a evitar que resistências de conservadores, arraigados em uma comunicação do conformismo aja contra o avanço desses discentes no meio universitário. A contribuição de Klein (2007) na epígrafe

⁴ São controversas as definições do período em que se iniciou o Paradigma dos Suportes ou Inclusão no Brasil. Para Capelline e Mendes: “Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial Sobre Educação para Todos na cidade de Jomtiem, na Tailândia, onde foram lançadas as sementes da política de Educação Inclusiva” (s.d., p.9).

inicial deste capítulo reafirma que ainda existem acomodados e dependentes tradicionais, que buscam a legitimação de concepções já superadas, as quais queremos negar na atualidade, por termos uma educação especial em uma perspectiva inclusiva com a qual concordamos.

Para evitar retrocesso, é necessária uma luta coletiva, iniciada pela busca de conhecimentos, principalmente sobre as conquistas teóricas e legais que já estão em curso. A negação de situações arraigadas no interesse de uma minoria só ocorrerá com a união da comunidade surda em favor dos direitos garantidos legalmente, após vários e sucessivos embates.

1.1 Libras: enfoque teórico

Abordar a temática Libras, nacionalmente conhecida como Língua Brasileira de Sinais, requer penetrar no mundo dos surdos e em sua cultura, uma vez que esta língua é reconhecida legalmente como forma de comunicação não restrita aos surdos, pois trata-se de uma identidade compartilhada, que percebida pela visão, caracteriza um formato de comunicação e conversação a qual difere de todas as outras línguas orais auditivas, o que a torna ainda mais especial e instigante.

Na revisão bibliográfica nos foi possível, por meio dos estudos realizados, dialogar com diversos autores, como mencionado na introdução deste trabalho: Vigotski (1993, 1997, 2001, 2003, 2004, 2007), Luria (1985, 1992) e estudiosos com enfoque crítico, como: Duarte (1996, 1998, 2001, 2010, 2013, 2014), Martins (2011, 2015), Quadros (1997, 2004), Reily (2011), Saviani (2005, 2007), Strobel (2008), entre outros estudiosos do tema na busca por definições e descobertas que promovam uma conversação direta com o texto e com as problemáticas reais das comunidades surdas frente à sociedade.

Compartilhamos, com frequência, a importância da Libras nos meios educacionais e sociais, porém, é possível ir além quando percebemos que a teoria contribui significativamente e nos dá embasamento para compreender a complexidade deste tema em estudo, pois a língua em questão não é simplesmente importante apenas por existir, mas sim, pela necessidade do ser humano em se comunicar, conhecer o outro, trocar experiências e conviver com o diferente.

Para Reily (2011), o homem inventou as línguas – sistemas de representação criados conforme a necessidade que se mostrava presente. A autora afirma que existem “Sistemas verbais, com estruturação bastante complexa e convencionalizada com as línguas

faladas ou as línguas de sinais; sistemas não verbais, igualmente complexos, mas mais polissêmicos, como a música e o desenho”. (REILY, 2011, p. 18).

A referida pesquisadora reforça a ideia sobre a significação das línguas para o sujeito: “A modalidade linguística será visual, sonora, corporal, gráfica ou até digital – isso vai depender de quem está significando o que e para que, por quais razões, e em quais circunstâncias”. (REILY, 2011, p. 18).

Para tanto, é importante ressaltar que a Libras é a maior representação da cultura surda presente em sua própria identidade cultural. Segundo Reily (2011, p. 15), “A linguagem integra e constitui a cultura de uma sociedade, e a escrita da língua, por sua vez, promove a formação da memória cultural”. Compreendemos a importância da Libras como forma de representação da cultura e da identidade surda nos mais variados meios sociais.

Identificar a cultura e a identidade surda é atividade bastante complexa, já que adentramos muitas vezes no desconhecido, percebemos diferenças numa constante que estão presentes em todos os âmbitos de vivências e trocas de experiências humanas. Strobel (2008) considera que reconhecer e identificar a cultura surda é algo complexo, inclusive no ambiente familiar, em que também prevalece o conceito unitário da cultura e, “[...] ao aceitarem a cultura surda, eles têm de mudar as suas visões usuais para reconhecerem a existência de várias culturas, de compreenderem os diferentes espaços culturais obtidos pelos povos diferentes”. (STROBEL, 2008, p. 11). A autora apresenta a necessidade de “[...] perceberem a cultura surda através do reconhecimento de suas diferentes identidades, suas histórias, suas subjetividades, suas línguas, valorização de suas formas de viver e se relacionar”. (STROBEL, 2008, p. 11).

Nas contribuições dos estudos da Psicologia Histórico-Cultural, por meio do livro Defectologia (VYGOTSKI, 1997), compreendemos que no campo da Identidade Cultural Surda há inúmeras lacunas a serem preenchidas e que merecem atenção, tendo em vista que o PAEE ainda não conseguiu compartilhar sua real identidade, pois ainda não está incluso nos meios em que as relações sociais acontecem, explica Strobel (2008), na epígrafe de abertura da Introdução deste texto.

Strobel (2008) corrobora o pensamento de Quadros (1997, p. 28), ao discutir que: “[...] o acesso rápido e natural da criança surda à comunidade ouvinte é para fazer com que ela se reconheça como parte de uma comunidade surda. Isso somente será possível quando os educadores e surdos trabalharem juntos” (QUADROS, 1997, p. 28). Para tanto: “[...] Pensar sobre surdez requer penetrar no ‘mundo dos surdos’ e ‘ouvir’ as mãos que com alguns movimentos nos dizem o que fazer para tornar possível o contato entre os mundos

envolvidos” (QUADROS, 1997, p. 119). Permita-se ‘ouvir’, estas mãos, somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem ‘ouvir’ o silêncio da palavra escrita.

Dessa forma, podemos compreender quão importante e necessária é a língua no desenvolvimento de uma cultura, sobretudo a surda, pelo fato de que a comunicação é fator fundamental nas relações interpessoais, e também no conhecimento de si e do outro, em trocas de experiências e na propagação da própria cultura.

As ideias de padronização ou normalização dos surdos em relação aos ouvintes foram construídas em um percurso histórico de longas lutas e conquistas que nos permitem constatar as imposições da sociedade frente às inúmeras deficiências, em especial a surdez. No passado, os ouvintes impuseram a obrigatoriedade de se utilizar a fala como meio de comunicação – situação hoje superada pelas várias conquistas das comunidades surdas pelo direito ao uso das línguas de sinais.

É possível afirmar que as diferenças ganham espaço nos convívios sociais e o indivíduo com surdez luta constantemente para ser incluído nos meios sociais, além de enfrentar dificuldades para compartilhar sua identidade cultural. Se considerarmos a intensidade e a frequência dos movimentos dos povos surdos, compreenderemos que as perspectivas positivas têm se ampliado consideravelmente Brasil afora.

Para Perlin (2012, p. 56), “O surdo tem diferença e, não, deficiência [...]”. Ainda reforça que “[...] se trata da diferença e diversidade. O que importa é como assumimos o sujeito surdo”. (PERLIN, 2012, p. 56). A autora traz essas informações para representar de que forma a sociedade aceita o surdo e o insere nos meios sociais, em um formato de padronização ao qual os ouvintes não estão submetidos e não precisam se adaptar para atender às necessidades das comunidades surdas.

Na concepção de Perlin (2012, p. 56) existe uma clareza quanto à “tentativa de impor uma língua única para todos, o que nunca será possível. Entra aqui o esforço de universalizar o surdo, inclusive usando-se como artifício a integração pela qual se admite a diversidade, não, porém, a diferença”. As contribuições destacadas pela autora nos levam a refletir sobre a percepção de que o sujeito surdo não deve se moldar a um padrão majoritário que atenda as demandas de domínio. Assim:

Os surdos e os ouvintes que simpatizam com a identidade surda precisam tornar-se lutadores contra a certeza. É preciso começar desde logo a pensar a identidade política do surdo. Como ele pode defender-se e não perder sua capacidade de ser sujeito surdo. Como ele vai entrar em contato com a representação da política de sua identidade. (PERLIN, 2012, p. 72).

Dessa forma, Perlin (2012, p. 72) enuncia que: “A educação, ainda que já esteja saindo do domínio do oralismo, tem que desaprender um grande número de preconceitos, entre eles o de querer ‘fazer do surdo um ouvinte’”. É importante as pessoas que trabalham com a educação buscarem caminhos que permitam ao surdo ter sua identidade resguardada, inclusive com possibilidade de disporem de um professor com surdez.

Quando tratamos da inclusão de surdos nos mais diversos meios sociais, percebemos que os mesmos estão presentes nas mais variadas formas de convivência humana, mas de forma especial no meio educacional, já que é nesse espaço que os sujeitos surdos e ouvintes deverão se desenvolver em aspectos únicos de formação qualificada e que trarão como devolutiva futura, respostas positivas ou negativas como um cidadão transformador na sociedade.

Muitos aspectos devem ser levados em conta quando há o ingresso da pessoa com surdez no Ensino Superior. A princípio, é preciso considerar questões relacionadas à trajetória escolar, a formação que se pretende inserir e os motivos que levam o indivíduo com surdez a prosseguir nos estudos. Para Reily (2011), a educação dada tanto para o aluno Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), quanto para qualquer outro aluno, deve seguir novos formatos e princípios de ensino e de aprendizagem que possam significar a ação mediadora, de tal modo que ocorra uma inclusão muito mais autônoma e significativa, cujos reflexos dar-se-ão em forma de contínuo interesse pelo aprender.

[...] os princípios de aprendizagem significativa, em ação e por mediação, valem tanto para alunos com necessidades educacionais especiais como para qualquer outro aluno. Em nenhuma instância, nem na literatura nem na prática pedagógica, vemos educadores de abordagem construtivista, freiriana ou sociocultural considerando a possibilidade de o aluno aprender por mera observação e imitação. [...]. Na construção de uma escola brasileira inclusiva, de fato, e não apenas inclusiva na palavra da lei, será preciso atentar para garantir acesso aos instrumentos de mediação da atividade. Instrumentos esses primordialmente linguísticos. (REILY, 2011, p. 22-23).

Enfatizamos a necessidade de compreender como acontecem os processos de formação escolar do aluno surdo para a obtenção de subsídios e o alcance de altos níveis de formação escolar acadêmica, pela busca da construção do conhecimento e pelo apreço em aprender, já que na maioria das vezes a deficiência se torna motivo de entrave ao acesso e à permanência do indivíduo no meio escolar, ignorando as condições favoráveis e potencialidades que possam levá-lo a constituir uma carreira acadêmica e social com êxitos. As diferenças não devem ser motivos para que o sujeito seja um mero expectador dos

processos educacionais, mas vetoradas de alternativas para sua participação reflexiva nas etapas de vivências nas relações interpessoais.

Vygotski em seus estudos (2007) apresenta um formato de valorização pela interação entre os sujeitos e julga que somos capazes de internalizar as formas culturais adquiridas em comportamento e funcionamento psicológico por meio das relações interpessoais que estabelecemos. Compreendemos a importância das relações intrapessoais no alcance da interessoalidade, pois a ausência desses processos resultam em prejuízo para o aluno em sua aprendizagem e desenvolvimento.

Reily (2011) apresenta com precisão a posição de Vygotsky diante da educação do indivíduo surdo e reflete como o estudioso modifica seus conceitos acerca da singularidade linguística surda e sua importância em uma linguagem que permite abstrações e pensamentos altamente complexos.

Vygotsky, nos seus primeiros escritos, colocou-se favorável ao ensino da leitura labial e da aprendizagem da fala na educação dos surdos, por considerar que a língua de sinais tinha função mais elementar e primitiva do que a linguagem oral, mais evoluída e culturalmente constituída. Também temia que os surdos, utilizando *mímica* entre si, ficassem isolados como grupo, sem acesso à linguagem, impossibilitados de se desenvolver socialmente. Afirmou que a *mímica* jamais seria instrumento para o pensamento lógico abstrato. Mesmo defendendo tal posição, realizou duras críticas às metodologias utilizadas pelos oralistas, que segmentavam as palavras, eliminando seu sentido e ignorando as necessidades de comunicação e o contexto interacional na educação do surdo. Citou a excepcional crueldade empregada na metodologia oralista, que contrariava a natureza do surdo. No decorrer de seu trabalho, gradativamente, reviu essa posição, dizendo que, na luta entre a fala oral e a língua de sinais, a vitória seria da língua de sinais, não por ser psicologicamente natural do surdo, mas por configurar-se como linguagem autêntica, genuína, instrumento rico em sentidos. (REILY, 2011, p. 123).

Em estudos posteriores, fica evidente uma revisão por meio de um olhar distinto que permite o uso da Libras, atualmente reconhecida como língua oficial, portadora de gramática própria, capaz de verificar a possibilidade de pensamentos complexos e abstratos surdos e sua interação com meio no desenvolvimento psicológico a interagir com o meio e constituir-se ao longo do tempo como sujeito pensante e transformador cultural. (VYGOTSKY, 1993).

As preocupações sobre a constituição do indivíduo a partir de estudos relacionados à Psicologia Histórico-Cultural para o alcance em níveis superiores de seu desenvolvimento psíquico e o controle da atividade do discente não é visto pela Psicologia Histórico-Cultural como:

[...] uma espécie de mal inevitável ao processo escolar, mas sim como algo indispensável à elevação da criança a níveis superiores do seu desenvolvimento

psíquico. Em termos pedagógicos, ao invés de termos educadores preocupados em não interferir negativamente num desenvolvimento que ocorreria de forma ótima se não fosse necessária a aprendizagem escolar, temos, na ótica da Escola de Vigotski, educadores voltados para o conhecimento de como produzir esse desenvolvimento ótimo, que não é o ponto de partida do ensino escolar, mas sim o ponto de chegada que se quer atingir. (DUARTE, 1996, p. 46).

Saviani (2005) elucida o trabalho educativo na perspectiva construída culturalmente, como identificação de elementos culturais necessários para a humanização dos indivíduos. Para o autor, a educação está diretamente ligada aos fatores de constituição do sujeito por meio da cultura. Assim:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 2005, p. 17).

Se o desenvolvimento e o aprendizado do ser humano estão vinculados ao trabalho educativo, então esse deve ser realizado com qualidade, sempre com a verificação das especificidades e potencialidades de cada indivíduo. Assim, torna-se importante ressaltar a necessidade do preparo qualificado para a garantia de uma educação que permita ao docente ensinar sob condições antes desconhecidas e que hoje fazem parte dos processos de ensino e de aprendizagem das instituições escolares. Como relata Luria (1992, p. 25), “Havia escassez de todos os gêneros. Talvez a mais importante fosse a escassez de professores preparados para ensinar sob as novas condições”.

Luria (1992) contribuiu com os pensamentos os quais evidenciam as mudanças no trabalho educacional e social na perspectiva cultural, que nos remete a pensar nos movimentos culturais surdos, presentes e vivos na sociedade, já que está explícita a vontade do indivíduo surdo em ser reconhecido em suas especificidades de cultura viva e ativa, como forma de uma energia conjunta que inspira mudanças para a garantia do progresso social na identificação subjetiva. Aprendemos com o exemplo de Luria (1992, p. 23), que afirma: “Toda minha geração foi inspirada pela energia da mudança revolucionária – aquela energia libertadora que as pessoas sentem quando fazem parte de uma sociedade que pode realizar um progresso tremendo num intervalo de tempo muito pequeno”.

O ser humano é estimulado e se sente motivado a realizar mudanças no meio em que vive, por meio do contato social e das trocas de experiências. Os movimentos históricos pelos

quais as comunidades não são convidadas a se envolverem podem refletir em movimentos históricos que não se atentam às comunidades de menos prestígio ou desprivilegiadas. Por muitas vezes, o surdos sofreram e ainda sofrem os efeitos de uma busca de melhoria social que visa apenas aos objetivos de amplitudes de uma sociedade coletiva, excluindo as particularidades presentes nos processos de evolução social. Luria (1992) chama a atenção para a importância de se viver em uma sociedade coletiva quando diz:

Nosso conteúdo e estilo de vida mudaram imediatamente. [...]. Os limites de nosso restrito mundo particular foram estilhaçados pela Revolução, e novas paisagens abriram perante nossos olhos. Fomos arrebatados por um grandioso movimento histórico. Nossos interesses pessoais foram consumidos em favor de metas mais amplas de uma nova sociedade coletiva. (LURIA, 1992, p. 25).

Não devemos persistir no formato de querer transformar o surdo em ouvinte, mas sim, respeitá-lo em suas diferenças, com a percepção da existência de diversas culturas de valor, e de que a língua é a maior representação cultural dos povos e nações. Quando compreendemos as diferenças como necessárias, entendemos o sujeito surdo e procuramos, a partir dessas considerações, promover a inclusão por meio do diferente num tratamento de igual qualidade, para povos surdos ou ouvintes, brancos ou negros, homens e mulheres.

Dessa forma, consideramos necessário compreender a realidade das comunidades surdas brasileiras, tendo em vista os fundamentos legais – por meio de leis e decretos, que amparam e garantem a igualdade de seus direitos, conquistas e sua inclusão, tudo com muita luta e união fortalecida pela sociedade coletiva de pessoas com surdez no Brasil.

1.2 Libras: textos legais

A Libras está presente atualmente em muitos meios sociais como resultado das intervenções configuradas em lutas e buscas que promovem a cultura surda e enaltecem a língua como a principal ferramenta cultural da surdez. Apresentaremos a seguir um breve levantamento dos documentos específicos da legislação vigente⁵, sobretudo a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de

⁵ Utilizamos em primeiro momento, leis, decretos e resoluções em ordem cronológica para facilitar a compreensão, em espaço temporal. Em seguida, utilizamos os mesmos textos legais em comparação, seguindo a realidade atual, em vista de um modelo de Educação Inclusiva.

dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), conforme anexos B e C⁶, percebidos como documentos únicos, pois abordam exclusivamente assuntos relacionados ao aluno com surdez e ao uso da Libras no território nacional.

Dentre alguns textos legais citamos a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) na perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008); a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009); a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2011 (BRASIL, 2011a), que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial no atendimento à Educação Básica e apresenta as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica pela modalidade Educação Especial; e o Decreto de nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011b), pelo AEE acerca da Educação Especial.

Outra conquista importante a ser citada é a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) - Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), no que se refere ao Art. 8º, § 1º, III e as estratégias da meta 07 - 7.8, que determinam diretrizes, estratégias e metas a serem utilizadas na política educacional dos próximos dez anos. Dentre as metas, destacamos a redução das desigualdades e a valorização da diversidade, consideradas pelas políticas públicas como caminhos imprescindíveis para a equidade em todas as etapas da Educação Básica e do Ensino Superior.

A oficialização da Libras pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), legitima o uso da língua em todo território nacional, reconhece as necessidades da pessoa surda e contempla as especificidades para que possam ser garantidos outros direitos diretamente envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem. Essa Lei garante a primeira e a mais significativa conquista dos povos surdos no Brasil, no entendimento da função das línguas nos contextos sociais de identidade cultural de diferentes povos ou nações. Dessa forma, apresenta avanços e conquistas surdas nos meios sociais e em especial, no contexto universitário.

É importante deixar claro que a Libras não é uma língua universal; cada país possui sua língua de sinais com estrutura gramatical própria e da mesma maneira que as línguas orais, também possuem variações regionais. No Brasil existem muitas variações linguísticas na Libras que percorre o extenso território nacional. Assim, tal qual ocorre com a Língua Portuguesa, na cultura surda estamos sempre sendo conduzidos a aprender pelas diferenças, o que torna essa forma comunicativa, culturalmente percebida e diversificada.

⁶ Optamos por trazer os dois textos legais como anexos B e C para possibilitar maior aproximação com a legislação na íntegra, mesmo que discutida por artigos.

Quando a língua é apresentada como expressão em essência de uma cultura, compreendemos também que a singularidade linguística em uso da Libras é a própria identidade da cultura surda, e por esse motivo, essa língua foi reconhecida na legislação pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 como segunda língua oficial brasileira e meio legal de comunicação, regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), embora as práticas da sociedade façam com que ela seja despercebida para muitos, pelo fato de não ser oral como as demais línguas presentes numa sociedade ouvintista, conforme texto legal:

Art. 1º. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
Parágrafo Único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais Libras – a formação de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, como estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

O Capítulo I, artigo 2º, o Decreto de 2005, conforme ANEXO C, apresenta a definição de pessoa surda, em regulamentação ao artigo 1º da Lei 10.436; reconhece a língua como meio legal comunicativo e expressivo e define a pessoa surda ou com deficiência auditiva, a fim de promover a manifestação da cultura pelo uso da Libras. Embora o Decreto se refira aos graus de perda auditiva, o artigo 2º apresenta a surdez não como falta de algo, mas a apresenta em representação à diferença cultural. Na legislação é de extrema importância que as diferenças culturais e linguísticas sejam valorizadas e respeitadas, já que as mesmas ultrapassam as barreiras do preconceito ancorado na própria deficiência.

O reconhecimento da cultura na legitimação da identidade surda propõe novos olhares e identificam os sujeitos surdos como parte da sociedade. Tal assertiva é corroborada por Albres (2005, p. 99) ao afirmar que “No documento de 2002, o aluno surdo não é identificado por grau de surdez, mas, sim, por pertencer a uma minoria linguística, usuária de um sistema linguístico de natureza visual motora, denominando-o de o aprendiz surdo de Português como segunda língua”. Importante estar sempre atento ao fato de que o Português é a segunda língua do discente com surdez para evitar falácias sobre sua forma de escrita “errada” nos textos apresentados.

A legislação também garante a promoção da difusão da Libras por parte do poder público e empresas no apoio ao uso da língua como meio de comunicação objetiva das comunidades surdas do país e assistência à saúde das pessoas com deficiência. Essa conquista se reflete no campo trabalhista, em empresas e cargos públicos em que as pessoas com

deficiência possam gozar de privilégios contrários a discriminação e preconceitos culturalmente ancorados, conforme artigo 2º da Lei de 2002, constante no anexo B.

É possível perceber no campo real, que no âmbito do trabalho quase sempre as pessoas com surdez são colocadas em setores onde não seja necessário o seu contato direto com os ouvintes – situação na qual se faz presente, mais uma vez, a barreira da comunicação. Os cargos em fábricas e supermercados são, por muitas vezes, a única oportunidade que os surdos encontram quando são empregados, embora nesta mesma Lei o artigo 3º reze que “As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor” (BRASIL, 2002). Importante considerar que muitas situações previstas em leis não existem implantação, ou seja, figura como letra morta.

Ao colocarmos a pesquisa em relação direta com o campo educacional, refletimos também que o artigo 4º da lei 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e o Art. 3º do Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005), anexos B e C garantem, a partir de um ano de sua publicação, o ensino da Libras nos cursos de formação de professores e profissionais da Educação para o exercício do magistério, Educação Especial, Fonoaudiologia, em níveis Médio e Superior como disciplina curricular obrigatória, o que enaltece ainda mais essa forma diferenciada de comunicação por meio do uso dos sinais ao incluir a Libras nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

Os Artigos 4º da lei 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e o 3º do Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005) apresentam questões acerca da formação docente em nível médio e superior, ao contemplar o ensino de Libras para as instituições de ensino públicas e privadas e em todos os cursos de licenciatura, em diversas áreas de conhecimento, contribuindo na difusão da Libras por todo o país.

Os processos de formação de professores para o ensino da Libras são contemplados, de acordo com as etapas de formação educacional, e em nível superior, de acordo com alguns cursos na obtenção de formação subjetiva qualificada e com intuito de propagar a língua, a começar pelos meios sociais, em especial, o campo educacional. O artigo 4º do Decreto 5.626/2005 (ANEXO C) trata especificamente da formação dos cursos de graduação de licenciatura plena em Letras, que prepara o professor para atuar no Ensino Fundamental (séries finais), Ensino Médio e Educação Superior. É importante ressaltar que em todos os processos de formação que preveem formatos de ensino e aprendizagem da Libras, há interesse e prioridade para as pessoas com surdez que possuem e internalizam como primeira língua a Libras e posteriormente, a Língua Portuguesa.

Para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a formação docente realizar-se-á nos cursos de Pedagogia que contemplem o bilinguismo - previsto na legislação -, de tal forma que tanto a Libras quanto a Língua Portuguesa sejam percebidas como línguas de instrução. Assim, é possível perceber a importância da formação docente em vista da necessidade da internalização da Libras nos âmbitos educacionais para a efetivação da inclusão da pessoa com surdez nos processos de ensino e aprendizagem.

Os artigos 6º e 7º do Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005) destacam o ensino da Libras nos cursos de formação profissional e continuada, se promovidos por instituições de Ensino Superior e credenciados pelas secretarias de educação, em uma contemplação percebida como implícita na legislação, mas considera a Libras uma forma de comunicação presente em uma língua viva e ativa, que sofre constantes transformações nas comunidades surdas. Todavia, para sua efetiva e real valorização, são necessários estudos teóricos e práticas que se reflitam no trabalho dos profissionais da educação e de propagação nos meios educacionais e sociais.

É evidente a preocupação com a formação inicial e continuada dos professores que atuam no ensino da Libras e também com relação à falta de profissionais titulados, principalmente nas graduações ou cursos de Ensino Superior. Para isso, a lei traça alguns perfis dos profissionais que pretendem ministrar disciplinas nessa modalidade de ensino, conforme art. 7º do Decreto de 2005 (Anexo C).

Aspectos importantes da legislação se mostram presentes nos artigos 8º e 9º, que dão subsídios para o acesso à habilitação do uso da Libras por meio de exame de proficiência, o qual permite avaliar a fluência no uso da língua, conhecimentos e competências que garantam ao docente e intérprete, atuarem na formação qualificada de sujeitos ingressos nos cursos de formação de professores e afins. Em vista das necessidades de curto e médio prazo, os referidos artigos ainda estabelecem ínfimos prazos às instituições que oferecem tais cursos. Posteriormente, e em caráter facultativo, outras licenciaturas e cursos também poderão se valer desses subsídios acima mencionados, conforme constante no Anexo C.

Dessa forma percebemos haver uma organização em prol da habilitação do intérprete de Libras no exercício de sua função. Além disso, há uma preocupação voltada à inclusão da disciplina nos cursos de formação de professores em devidos prazos, a fim de promover em pequenos espaços de tempo, a inclusão e a difusão da Libras, pelo reconhecimento de sua oficialização em todo território nacional, conforme consta na legislação, transcrita a seguir:

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;

II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;

III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição;

IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas. (BRASIL, 2005).

Há especificidades relacionadas à formação do docente com surdez, na garantia de que o mesmo possa ter acesso ao aprendizado da Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda. Esse formato de aprendizagem cultural da identidade surda com a oferta da língua de sinais é algo presente não apenas na formação em nível superior, mas em todos os níveis ou etapas da Educação Básica, coloca em evidência as lutas e as conquistas das comunidades surdas brasileiras, assim como os resultados das mesmas nos meios sociais.

Fica evidente nesse contexto, a preocupação diretamente relacionada ao bilinguismo, por se entender que o surdo precisa ter oportunidades de instrução em sua língua materna, mas também é necessária a oferta de novas propostas de aprendizagem em Língua Portuguesa, num formato de minimização das diferenças e maximização de igualdade de oportunidades.

Dessa forma, além de oferecer diferentes e novas formas de conhecimento em diversos contextos, o art. 14 do Decreto de 2005 (ANEXO C), revela a importância de um suporte de garantia de desenvolvimento intelectual, pessoal e profissional em todas as modalidades de ensino previstas na Educação Básica, com pretensão de extensão aos mais altos níveis de escolarização no Ensino Superior, com o propósito de garantir desenvolvimento, diretamente vinculados aos processos de ensino e aprendizagem.

Estão presentes no referido decreto, alguns apontamentos relacionados ao currículo complementar na formação do aluno surdo, que permite, por meio de uma perspectiva dialógica, a apresentação de diversas áreas do conhecimento. Contudo, a modalidade da língua oral na Educação Básica, é oferecida preferencialmente em turno contrário à escolarização e resguarda o direito de se optar pela decisão dos familiares ou do próprio alunado a receber ou não esse tipo de formação, tendo por direito em sua comunicação identitária, a Libras, num processo de valorização da própria cultura e identidade surda.

Enquanto o Art. 15 supracitado compreende como complementação do currículo base de formação comum o ensino de Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda

língua para os surdos, o Art. 16 a posteriori, revela que a modalidade oral da Língua Portuguesa, na Educação Básica, deve ser ofertada. No entanto, deve ser oferecido em turno contrário ao da escolarização, com resguardo de direito de escolha a esse método de ensino pela família, ou próprio aluno, conforme mencionado anteriormente.

Perlin (2012) percebe a surdez como diferença e não como deficiência e aponta a necessidade do respeito às pessoas surdas na construção de sua própria identidade, pois devemos “[...] deixar os surdos construírem sua identidade, assinalarem suas fronteiras em posição mais solidária que crítica” (PERLIN, 2012, p. 72). Ainda nesse contexto em discussão, colocamos em diálogo as propostas de inclusão e formação da pessoa com surdez, em específico o professor surdo, em um universo de dúvidas e reflexões que se relacionam com a temática deste estudo.

Gesser (2012) traz contribuições significativas que se relacionam diretamente com o trabalho do docente surdo e sua formação básica, superior e continuada no âmbito educacional, ao afirmar que: “Professores surdos não têm dúvidas da legitimidade da língua de sinais e do significativo valor que ela representa em suas vidas, embora possam desconhecer as discussões geradas pelo estudo científico da linguagem”. (GESSER, 2012, p. 82).

Para Gesser (2012), falamos de um docente com surdez, que procura ensinar uma língua sem prestígio na sociedade majoritariamente ouvinte, sem qualquer formação profissional, cuja orientação para o trabalho se restringe às suas vivências pessoais como aluno, que por sua vez, estão em processos amplamente fracassados. Para o autor, muitas questões procuram validar-se apenas no objetivo de contemplar leis, percebidas numa dimensão de ensino de uma língua desprestigiada. Dessa forma, há reflexões nos estudos do autor frente a comparações de oportunidades de formação subjetiva qualificada dada aos ouvintes e surdos desde a Educação Básica ou ensino comum. “Seriam suas histórias de formação e de oportunidades as mesmas de um professor de línguas orais prestigiadas? Quais barreiras esses professores surdos precisam enfrentar?” (GESSER, 2012, p. 82).

Outro quesito importante é encontrado nas propostas de prosseguir os estudos que se relacionam com os campos da Surdez e da Libras pela oferta de cursos de pós-graduação de profissionais da educação atuantes no ensino da língua e interpretação. É percebida mais uma vez, a necessidade de prosseguir estudos no campo inclusivo para que a atuação em todas as modalidades de ensino seja realizada com qualidade e competência por profissionais que desejam sempre estar em contato com o conhecimento e novas descobertas.

A simples manutenção da prioridade nos cursos de formação para pessoas surdas não é suficiente para suprir todas as suas angústias e necessidades investigativas. A proposta formativa ideal inclui, igualmente, oportunidades que favoreçam surdos e ouvintes, com qualidade, integral valorização e respeito às diferenças.

A acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização é tema também presente na Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), no propósito de eliminar as barreiras de comunicação e estabelecer mecanismos de alternativas às pessoas com deficiência na garantia de seus direitos diretamente relacionados às esferas básicas de formação plena do indivíduo com surdez.

Passados 17 anos desde a implementação da referida lei, a qual, embora tenha sido elaborada no intuito de garantir direitos aos alunos PAEE, ainda apresenta terminologias inadequadas em relação a essa clientela. Como o tempo é responsável pela evolução da humanidade, dos processos sociais e da constituição das sociedades, é indiscutível que na atualidade já existem terminologias as quais, mais respeitosa, definem melhor e com mais qualidade as pessoas portadoras de necessidades especiais e simultaneamente promovem igualdade de direitos, sem sobreposição de culturas, desde a formação inicial até os mais altos níveis do Ensino Superior.

Nesse decreto verificamos a preocupação com a formação dos profissionais que atuam diretamente com o PAEE, em específico, no campo da Libras, indissociável da surdez, no entendimento de que a comunicação é uma necessidade prioritária e inicial para que todas as outras formas de inclusão sejam contempladas no meio educacional, sobretudo nos processos de ensino e aprendizagem.

Está assegurado também, que os meios de comunicação devem adaptar-se às mudanças necessárias previstas em Lei, na compreensão de que todos devem ter acesso pleno às informações e as transformem em oportunidades para o aprendizado e a inclusão social e educacional.

O mesmo decreto que regulamenta a lei ampara o uso e a difusão da Libras no poder público e nas empresas a ele ligadas, com o fito de promover a qualidade dos serviços oferecido aos surdos; proporcionar oportunidades igualitárias a surdos e ouvintes, porém com a propagação da língua de sinais nos ambientes trabalhistas para atender necessidades específicas.

Compreendemos dessa forma, que a criação de leis e decretos os quais viabilizem novos pensares para a ampliação de oportunidades de efetivação de uma sociedade justa e igualitária deve estar vinculada a meios de implementação e efetivação e assim possam, junto

aos órgãos competentes, transformarem-se em práticas asseguradoras dos padrões de controle do atendimento satisfatório ao usuário.

A Lei 10.436 de 2002 (BRASIL, 2002) e o Decreto 5.626 de 2005 (BRASIL, 2005) mostram com clareza e precisão a responsabilidade social e as metas a serem alcançadas em todos os níveis educacionais como forma de garantia na formação subjetiva qualificada que contemple a comunicação, a educação de surdos e ouvintes na construção de conhecimentos e ambientes favoráveis. Todo esse processo deve favorecer a constituição de sujeitos críticos e reflexivos, os quais sejam capazes de lutar por seus direitos e conquistá-los, em diferentes épocas e lugares.

Nesse âmbito de discussão, compreendemos ser necessário trazer a esse contexto legal, algumas concepções referentes à Política Nacional de Educação Especial (PNEE) na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), uma aproximação aos avanços em reconhecimento aos movimentos sociais, nas perspectivas de equidade e na garantia de formação plena nos processos de ensino e aprendizagem com qualitativos significados.

Ao partir do pressuposto em ideais de democratização escolar, universalização do acesso, direitos igualitários, entre outros, torna-se necessária a compreensão de que apenas essas ações não fazem da inclusão algo presente e concreto em todos os meios. Compreendemos que por meio dos marcos históricos e normativos presentes nesse documento “[...] a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar” (BRASIL, 2008).

Com o intuito de minimizar as desigualdades, promover a cidadania e a prática da inclusão educacional e social das pessoas com deficiência, foi criado um sistema de atendimento educacional inclusivo, por meio da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, para que lhes sejam garantidos avanços libertos daqueles velhos conceitos engessados, que utilizam de meios para diminuir, inferiorizar ou dispor as pessoas com deficiência ao fracasso e a partir daí, torná-las sujeitos capazes de evolução.

A fim de promover políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência, dentre as quais, aquelas que efetivam um sistema educacional inclusivo, nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, instituiu-se, por meio do Decreto nº 7612/2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. (BRASIL, 2008).

A PNEE objetiva: o acesso, a participação e a aprendizagem das pessoas com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares; garantir a transversalidade em todos os níveis de ensino; atendimento

educacional especializado; promoção em continuidade da escolarização nas escalas mais elevadas do ensino; formação de professores para o atendimento especializado no âmbito escolar e para a inclusão na Educação; participação familiar e da comunidade nas instituições escolares; acessibilidade urbana, arquitetônica, comunicativa, informativa, de locomoção e ainda a articulação intersetorial.

Dessa forma, na ótica da PNEE a Educação Especial é compreendida como uma modalidade no ensino que está presente em todas as etapas de formação humana, percebida em ser subjetiva qualificada, que tem o dever de disponibilizar os recursos necessários e a orientação norteadora para a concretização dos processos de ensino e aprendizagem no meio educacional. Assim, o atendimento educacional especializado possui o papel de eliminar barreiras, ter a percepção das necessidades imediatas e específicas do discente em sua formação plena. Essas ações precisam evidenciar, a priori, uma formação cujo objetivo seja o alcance da autonomia e da independência que vai além dos muros da escola (BRASIL, 2008)

Trazemos também em discussão o Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011, e suas disposições acerca do AEE, que substitui o Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008. O presente documento afirma que é dever do Estado assegurar a educação das pessoas PAEE, em concordância com as metas norteadoras que possibilitam aprendizagens significativas em todos os níveis de ensino, numa proposta de igualdade de oportunidades e redução; de extinção de atos discriminatórios; garantia de aprendizado para toda a vida; ensino gratuito de acordo com as necessidades de cada indivíduo; adoção de medidas de apoio ao desenvolvimento da pessoa com deficiência na maximização de desenvolvimento científico, acadêmico e social, e apoio técnico e financeiro, entre outros (BRASIL, 2011).

Segundo definição constante no parágrafo primeiro desse decreto, pessoas PAEE são as com “[...] deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, e altas habilidades e superdotação”. Para os discentes surdos ou com deficiência auditiva, o decreto considera as Diretrizes do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

Para fazer valer as recomendações constantes no decreto em discussão, a União deverá oferecer apoio técnico e financeiro às Instituições Públicas de Ensino, na garantia da qualidade de ensino e na ampliação da oferta ao AEE, em vista das necessidades individuais da pessoa com deficiência em seu desenvolvimento nos processos de ensino e aprendizagens que serão evidenciados por toda a vida, seja no âmbito educacional ou no preparo para o trabalho em prol do exercício de sua cidadania e direitos adquiridos.

Para ampliar o assunto em discussão, apresentamos a Lei nº 13005/2014, que norteia ações e metas para dez anos (2014 – 2024) e colocamos em evidência a Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), que tem como objetivo

[...] universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014).

Em comparação a dados quantitativos, a lei apresenta evoluções no AEE e ao pleno acesso à Educação em efetivações de matrículas nas redes públicas regulares de ensino. De acordo com dados de 2007 do Censo Escolar da Educação Básica (CEEB), 62,7% das pessoas com deficiência encontravam-se devidamente matriculadas nas instituições escolares públicas, que em comparação ao ano de 2013, 843.342 matrículas foram realizadas, totalizando 78,8% em classes comuns. Os dados presentes na lei também indicam que em 2013, 94% do total de matrículas para o AEE se concentravam nas classes comuns de instituições escolares públicas, enquanto apenas 6% em instituições privadas de ensino. (BRASIL, 2014).

Embora esses dados revelem um grande esforço para que seja concretizada uma política pública de universalização do acesso e também da permanência como conceito fundamental para a formação de todos os educandos, ainda há muito que se evoluir no tocante à valorização das potencialidades e diferenças; na minimização da deficiência como obstáculo para a consolidação do ensino e da aprendizagem; em acessibilidade, espaço físico ou recursos de formação pedagógica especializada. Para tanto, o PNE permite discutir e ampliar possibilidades, pois estabelece metas a serem alcançadas, que justapostas aos textos legais em estudo, contemplam questões e apontam ações de solução para inúmeras problemáticas.

Dessa forma, se a comunicação torna-se entrave nos processos de ensino e aprendizagem, existe a necessidade de metas que facilitem e que amparem o trabalho do professor em contato com o aluno com surdez, e assim, permita suporte e embasamento para a busca de conhecimentos e formação qualificada para o trabalho inclusivo e eficaz.

Contudo, essa eficácia só será atingida se a comunidade surda, militantes das causas surdas, educadores e toda sociedade promoverem debates sobre o tema com mais frequência, trouxerem o assunto para uma maior visibilidade social, não se deixarem acomodar e não passarem a considerar suficientes as atuais conquistas. O não conformismo facilita ações ativas em prol de causas justas, como as necessidades da comunidade surda. Reconhecer a

Libras e oficializá-la, conhecer as leis e decretos a perceber que há anos as lutas em prol da comunidade surda existem, não garante por si só, soluções para todas as problemáticas de inclusão da pessoa com surdez nos processos de evolução social.

É preciso haver mais embates em prol de um ensino de qualidade, que busque valorizar a identidade e a cultura surda, sobretudo sua língua, por meio de fatores que favoreçam os processos de transformação social, de tal forma que o discente com surdez seja aceito em suas diferenças, tenha seus direitos assegurados, dentro dos padrões de qualidade esperados.

Dessa forma, consideramos necessário, além de conhecer e evidenciar as conquistas surdas em âmbitos legais, analisar as principais contribuições dos autores nas produções científicas de universidades brasileiras, e ainda observar as lacunas deixadas para a efetivação da necessidade desta pesquisa, tendo em vista que o discente com surdez ainda não conseguiu compartilhar sua cultura que se reflete nas problemáticas diárias em sociedade e em especial, no âmbito educacional em todos os níveis de ensino.

2. LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: O QUE REVELAM AS PUBLICAÇÕES?

[...] aqueles que estão acostumados ao pensamento solitário e independente não apreendem facilmente os pensamentos de outrem e são muito parciais relativamente aos seus próprios: mas as pessoas que mantêm um contato estreito apreendem os significados complicados que transmitem mutuamente por meio de uma comunicação “lógica e clara” levada a cabo com o menor número de palavras.

Lev S. Vygotsky (2001)

A revisão bibliográfica realizada para fundamentar as discussões teóricas e legais foi relevante para que percebêssemos a necessidade da realização do Estado do Conhecimento sobre o tema da pesquisa⁷. Para tanto, definimos por mapear três veículos de divulgação das produções intelectuais no País, a saber: periódicos, banco de teses e dissertações e anais de eventos. Após essa definição, verificamos a necessidade de delimitar o campo da pesquisa para nos aproximarmos mais do nosso interesse, ou seja, os trabalhos que tinham associação direta com estudos sobre Educação Especial, surdez e Libras.

Dos veículos de comunicação online que consideramos com associação ao tema definimos pelos periódicos: Revista Brasileira de Educação Especial e Revista de Educação Especial; pelas teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Estadual Paulista campus de Marília (UNESP-Marília); e os artigos da área de Educação Especial do Grupo de Trabalho (GT), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

No mapeamento realizado, na organização para análise e na apresentação dos resultados definimos organizar o material por eixos temáticos, para maior sistematização dos dados levantados na busca pelas revelações dos autores dos textos publicados. Os eixos temáticos ficaram assim definidos: - a inclusão educacional dos discentes com deficiência e a inclusão desses discentes com deficiências no Ensino Superior; - o intérprete e o docente de discente surdo no Ensino Superior; o discente com surdez na universidade; - processo ensino, aprendizagem e desenvolvimento do discente com deficiência auditiva ou surdez.

Para a análise das revelações dos autores dos textos mapeados contamos com as contribuições de Vygotski (1997), as quais, em sua maioria, constantes no livro “Obras

⁷ Parte do material levantado e elaborado sobre o Estado do Conhecimento em surdez e Libras foi apresentado em um evento científico, para compartilhar conhecimentos acerca da temática e possibilitar ampliar o campo do levantamento dos dados.

Escogidas: fundamentos de defectologia”, Tomo V. Compreendemos que a discussão sobre surdez nesse livro nos auxiliou no entendimento da linguagem, compreendida como ferramenta social no uso de técnicas fundamentais, resultando na educação social do indivíduo. Pela consistência de seu pensamento, percebemos a relevância dada por Vygotski (1997) às relações sociais comunicativas interpessoais na construção do sujeito.

Este estudo trouxe como tema principal a inclusão de surdos no Ensino Superior por meio das relações comunicativas entre discentes com surdez e docentes ouvintes. Na atualidade, a inclusão do aluno com deficiência em todas as etapas da educação é percebida como desafio no atendimento fidedigno às propostas de inclusão.

No contexto nacional, estudos apontam as condições desse alunado no acesso à Educação Básica, porém, pouco se tem em pesquisas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, o que indica necessidade imediata de reflexões acerca de ações que viabilizem melhores condições no atendimento ao PAEE em todos os níveis de ensino.

É percebida a necessidade da pesquisa também na perspectiva quantitativa, pois segundo o Censo da Educação Superior MEC/INEP (BRASIL, 2016), havia em 2012, 22.455 matrículas de discentes com deficiência no Ensino Superior, e desse montante, 16.790 nas Instituições Privadas e 4.437 nas Públicas. Por esse motivo, existe a necessidade de estabelecer métodos e processos políticos educacionais que promovam a inclusão em todas as modalidades de ensino. Para tal, compreendemos que se podem partir de pesquisas realizadas em todo o país, como as que apresentamos a partir dos veículos de comunicação definidos para este capítulo.

2.1 Revista de Educação Especial e Revista Brasileira de Educação Especial

A Revista de Educação Especial, editada pela Universidade Federal de Santa Maria, apresenta artigos inéditos na área da Educação Especial, com publicações quadrimestrais, assim organizadas: os dois primeiros números do ano atendem a demanda de pesquisas contínuas, advindas do Brasil e de outros países; o terceiro número do ano é organizado em formato de Dossiê Temático.

O público-alvo da revista são estudantes, professores e pesquisadores da área da Educação Especial. A Revista teve sua primeira impressão em 1986. Publica

aproximadamente 51 artigos por ano, com publicação eletrônica, objeto deste estudo, a partir de 2000.

A Revista Brasileira de Educação Especial, resultado de debates e discussões acerca de conhecimentos relacionados à Educação Especial, foi criada a partir do Seminário Brasileiro de Pesquisa em Educação Especial na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. Após um ano foi constituída a Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE), órgão mantenedor da revista, com sede atual em Londrina (REVISTA, 2015).

Por conta da demanda externa, em 2012, a revista passou a ter uma publicação trimestral, sob responsabilidade da ABPEE, na proposta de abrir espaço para ensaios, resenhas e artigos de revisão. Suas edições visam publicações de artigos originais, que priorizam a qualidade e não a quantidade de produções. É importante salientar que o período delimitado para os estudos propostos nesta pesquisa, refere-se ao período em que as revistas passaram a ser publicadas de forma eletrônica.

2.1.1 Revista de Educação Especial: revelações dos autores

Apresentamos a especificidade da pesquisa de mapeamento de produções na Revista de Educação Especial, no período de 2000 a 2015. Desta forma, objetivamos estudar de que forma as produções intelectuais diretamente relacionadas aos discentes com surdez se apresentam a partir das produções disponibilizadas pelo periódico da Universidade Federal de Santa Maria.

Na proposta de investigação da pesquisa buscamos compreender as principais contribuições que se relacionam às discussões sobre o tema Libras no âmbito do Ensino Superior. Para tanto, apresentamos o estudo com o mapeamento anual das produções sobre o tema, organizando-as por ano e assunto (surdez/deficiência auditiva e Libras), conforme as tabelas 01e 02.

É importante salientar que nos dados das tabelas, dos 53 números publicados pela revista até o ano de 2015, eletronicamente estão disponíveis as produções a partir do 15º número de publicação, entendendo que são apresentados pela revista eletrônica, 39 números de publicações no total. Entre os anos de 2000 a 2008, a revista apresentava dois números de publicações anuais, e a partir de 2009, três números em pesquisas ao ano. Houve um limite de busca em todos os mapeamentos realizados neste estudo, compreendendo que o mapeamento

foi constituído a partir dos anos de publicações em formato eletrônico, até o ano de 2015, por considerar apenas as edições concluídas anualmente.

O quantitativo de relatos de pesquisa foi de 42 que trataram dos temas relacionados à surdez e Libras. Desses 42 artigos, 37 tratam de surdez e 05 de Libras. Esse baixo quantitativo de artigos sobre Libras é analisado como uma variante normal, pois é um tema atual no país, se a considerarmos a primeira língua para a pessoa surda e o curto período de sua obrigatoriedade em todos os níveis de ensino, sobretudo no Ensino Superior.

Por meio da organização e da análise dos resultados da pesquisa, além das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, principalmente por meio do livro Defectologia (VYGOTSKI, 1997), compreendemos que ainda há nesse campo muitas lacunas a serem preenchidas. Conforme os artigos da revista, o discente com surdez ainda não é, efetivamente, incluído nas universidades, não consegue compartilhar sua identidade e cultura, o que leva os autores dos artigos a reconhecerem, de forma geral, que a instituição se encontra inapta na realização dos processos de operacionalização das ações necessárias aos princípios da inclusão e dessa forma, o discente surdo não compartilha a cultura escolar.

Importante considerar que de 2000 a 2005 não houve nenhum artigo publicado nessa Revista sobre Libras. Em 2005, no volume onze, em dois números, treze artigos foram relatos de pesquisa; desses, dois trataram do tema surdez e nenhum mencionou o tema Libras, conforme tabela 01. O artigo constante no número 03 apresenta resultados de uma pesquisa com sujeitos que cursam o Ensino Fundamental.

Identificamos nos três volumes de 2006, 21 relatos de pesquisa. Desses, três apresentam artigos sobre os temas objeto deste estudo, dois sobre surdez e um sobre deficiência auditiva, e nenhum discorreu sobre Libras. O artigo constante no volume 12, número 01, retrata os resultados de uma pesquisa sobre orientação sexual para jovens com deficiência auditiva. O artigo constante no número 02 trata de um estudo realizado com surdos do Ensino Fundamental e Médio, no qual o autor fez um teste de avaliação das habilidades dos surdos, a partir da escolha de palavras escritas para nomear figuras. No artigo número 03 os autores apresentam uma pesquisa realizada com professores do Ensino Fundamental e do Médio e trazem uma discussão sobre a questão da inclusão do aluno com surdez no ensino regular.

A revista contribuiu em 2007, no volume 13, com três números. Desses, 23 foram relatos de pesquisa. Entre eles localizamos quatro publicações sobre a temática, duas específicas sobre deficiência auditiva e duas sobre surdez, nenhum artigo sobre Libras. O artigo constante no volume 13, número 01, trata dos fatores que possibilitam e dificultam o

acesso e a permanência do aluno com deficiência auditiva no Ensino Superior. Nesse trabalho foram entrevistados alunos surdos do Ensino Superior, do Médio e outros níveis escolares. O outro artigo do número 01 apresenta os resultados de uma pesquisa versando sobre pessoas com deficiência auditiva e a relação com seus pais, a partir dos pressupostos do autoconceito sobre o Aparelho de Amplificação Sonora Individual (ASI). O número 02 analisa a produção escrita de um sujeito com surdez em fase de escrita inicial. Ainda no número 02, consta um artigo que evidencia a experiência e a vivência de sujeitos ouvintes na convivência com sujeitos surdos em sala de aula do Ensino Fundamental.

De três números do volume 14, em 2008, foram mapeados 26 relatos de pesquisa, dentre eles três artigos sobre a temática, um sobre surdez, um sobre Libras e um específico sobre deficiência auditiva. O primeiro artigo constante nesse volume, no número 01, discute e explicita questões relacionadas ao trabalho do intérprete no Ensino Superior. Outro artigo, do mesmo volume e número, apresenta como objetivo averiguar a possibilidade de utilizar a dramatização para os deficientes auditivos do Ensino Fundamental, como ferramenta contributiva no desenvolvimento da compreensão e da interpretação dos textos em sala de aula. Ainda em 2008, o artigo constante no número 03, aborda a questão de atividades simbólicas no desenvolvimento da linguagem e de novos conhecimentos pelas crianças surdas no Ensino Fundamental.

Dos três números do volume 15, em 2009, 27 são relatos de pesquisa. Dentre esses artigos foram localizadas seis publicações sobre a temática, das quais cinco retratam a surdez, uma trata especificamente sobre deficiência auditiva, nenhuma mencionou o tema Libras. O primeiro artigo desse volume, constante no número 01, versa sobre a trajetória e as condições do sujeito surdo no Ensino Superior, e apresenta contribuições de estudiosos que se relacionam com o tema. Outro artigo constante no número 01 discute sobre o processo de inclusão de crianças da educação infantil a partir da vivência dos professores. O outro artigo desse número apresenta alguns aspectos relacionados ao letramento de surdos universitários.

Foram vários artigos publicados no ano de 2009, como o artigo constante no mesmo volume, no número 02, que apresenta o processo de escrita do aluno surdo do Ensino Fundamental, com avaliação sobre sua flexão verbal. Ainda nesse número foi localizado um artigo que discute e analisa a prática de letramento de um grupo de crianças surdas do Ensino Fundamental, no contexto escolar e no familiar. O artigo apresentado no número 03 analisa a questão de identidade surda e cultura escolar na Educação Básica.

De três números do volume dezesseis, em 2010, foram mapeados 25 relatos de pesquisa, com dois artigos sobre a temática, especificadamente sobre deficiência auditiva,

mas nenhuma se referindo a Libras. O artigo número 01, do volume 16, analisa os conhecimentos básicos acerca de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e o planejamento familiar de alunos com deficiência auditiva e ouvintes da Educação Básica. Já o artigo constante no número 02, apresenta questões a respeito das práticas educativas de alunos com deficiência auditiva da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, considerando a influência familiar.

Em 2011, dos três números do volume 17, há 36 relatos de pesquisa. Os aspectos temáticos de três desses relatos é a surdez e um discorre sobre Libras. O volume 11 apresenta um número especial de 11 artigos, contudo, não há produções que tratam dos assuntos surdez e Libras. O tema surdez, tabela 02, trata de assuntos sobre formação, profissionalização e concepções de surdez em níveis escolares não especificados. Quanto ao nível de escolarização, o artigo referente ao Ensino Médio discute um aspecto de desenvolvimento surdo na adolescência. Com relação ao tema Libras, há um relato de pesquisa com a temática voltada às formas e perfis de interpretação em Libras no nível escolar de Ensino Superior. De maneira ampla, as produções buscam relacionar teoria e prática nos estudos em pesquisa no processo ensino e aprendizagem.

De quatro números do volume 18, em 2012, 36 são relatos de pesquisa. Desses, um tem como tema a surdez e dois a Libras. Os assuntos do ano de 2012 retratam, no âmbito da surdez, aspectos linguísticos e familiares. Acerca de Libras, destacam o trabalho do intérprete, educação inclusiva e aspectos linguísticos.

Em 2013, foram publicados 27 relatos de pesquisa, distribuídos em quatro números do volume 19. Dessas pesquisas, quatro são sobre surdez, não há nenhuma sobre Libras (Tabela 02). Os assuntos relacionados à surdez são estudos referentes a questões linguísticas, ambiente escolar inclusivo, surdos no Ensino Médio e socialização familiar. A busca objetiva nas produções está vinculada às relações escolares e sociais.

De 34 artigos de relatos de pesquisa encontrados em 2014, presentes nos quatro números do volume 20, quatro tratam do tema surdez/deficiência auditiva e nenhum do tema Libras, conforme tabela 02. Os assuntos abordados são referentes a inclusão escolar, acessibilidade, ambiente virtual, ensino e aprendizagem e relações comunicativas. Ainda que nenhum artigo tenha tratado diretamente sobre Libras, os presentes nos números 2 e 3, apresentam direções aos pensamentos da comunicação em Libras como ferramenta principal de comunicação no âmbito da surdez.

Em 2015 foram publicados 5 relatos de pesquisa e 2 artigos de revisão da literatura. Dos 4 números do volume 21, 6 tratam especificamente sobre surdez e 1 sobre Libras. Os

autores abordam assuntos referentes a formas de comunicação, inclusão escolar, ensino e aprendizagem, aspectos linguísticos, capacitação de professor e uma análise dos artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), no período de 1992 a 2013.

Tabela 01: Surdez e Deficiência Auditiva (2000-2015)

| Ano | Nº | Autor(es) | Título |
|------|----|---|---|
| 2000 | 15 | Cleidi Lovatto Pires, Marenize S. Eder. | Educação de surdos e fracasso escolar. |
| 2000 | 15 | Patrícia Farias Fantinel, Elisane Maria Rampelotto. | Contribuições de fatores sócio interacionistas na escrita de surdos. |
| 2000 | 15 | Alex Garcia. | Comunicar é preciso: os meios de comunicação do surdo-cego. |
| 2001 | 17 | Tatiana Lebedeff. | Família e surdez: algumas considerações sobre o impacto do diagnóstico e a necessidade de orientação. |
| 2001 | 17 | Shirley R. Maia, Susana Maria M. Araújo. | A surdocegueira – "saindo do escuro". |
| 2001 | 18 | Susana Maria Mana Araújo. | Diagnósticos e atendimentos para surdocegos por rubéola congênita. |
| 2002 | 19 | Cinara Franco Rechico, Vera Lucia Marostega. | (Re) pensando o papel do educador especial no contexto da inclusão de alunos surdos. |
| 2002 | 20 | Michele Quinhones Pereira, Vera Lucia Marostega. | Perspectivas pedagógicas na escola de surdos de Santa Maria. |
| 2003 | 21 | Graciela Rodrigues, Helenise Sangoi Antunes. | Alfabetização de surdos: apontando desafios. |
| 2004 | 24 | Marco Antonio F. da Costa, Maria de Fátima Barrozo da Costa. | Práticas educativas para o ensino de biossegurança: uma experiência com alunos surdos. |
| 2004 | 24 | Ana Dorziat. | Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação? |
| 2005 | 26 | Márcia Lise Lunardi. | Surdez: tratar de incluir, tratar de normalizar. |
| 2005 | 26 | Maria José de Oliveira Duboc. | A formação do professor e a inclusão educativa: uma reflexão centrada no aluno surdo. |
| 2006 | 27 | Denise Molon Castanho, Soraia Napoleão Freitas. | Inclusão e prática docente no ensino superior. |
| 2006 | 28 | Vera Lúcia Marostega, Angela Nediane dos Santos. | A influência da comunicação que envolve família-filho-escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do sujeito surdo. |
| 2006 | 28 | Graciela Ormezzano. | A linguagem visual na educação especial. |
| 2007 | 29 | Vanise Mello Lorensi, Melânia de Melo Casarin. | Escola para Surdos: território de agenciamento cultural. |
| 2007 | 30 | Márcia Lise Lunardi, Fernanda de Camargo Machado. | Discursos sobre a surdez: problematizando as normalidades. |
| 2008 | 31 | Ana Cláudia T. Dornelles, Josiane Zanella. | A formação do instrutor surdo e o mercado de trabalho: uma inter-relação necessária. |
| 2008 | 32 | Susana Maria M. Araújo, Maria da P. Resende da Costa. | Reflexão sobre a relação existente entre pesquisas e publicações sobre surdo-cegueira no Brasil. |
| 2009 | 33 | Juliane Marschall Morgenstern, Fabiane Adela Tonetto Costas. | A centralidade do currículo na construção das identidades surdas. |
| 2009 | 34 | Telma Brito Rocha, Theresinha Guimarães Miranda. | Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. |
| 2009 | 34 | Sueli Fernandes, Laura Ceretta Moreira. | Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. |
| 2010 | 36 | Liane Camatti, Márcia Lise Lunardi-Lazzarin. | Cultura e comunidade surda: intersecções e emergência do sujeito pedagógico surdo no espaço escolar. |
| 2010 | 36 | Tânitha Gléria de Medeiros, Maria Cristina Faria Dalacorte Ferreira. | O aluno surdo aprendendo inglês em escola inclusiva: uma perspectiva Vygotskiana. |
| 2010 | 37 | Beatriz Vargas Dorneles, Virginia Bedin, Isabel Cristina Peregrina Vasconcelos, Rosane da Conceição Vargas. | O que pensam as crianças ouvintes a respeito da inclusão de crianças surdas no ensino regular: um estudo comparativo com crianças brasileiras de uma escola pública e uma escola privada. |
| 2011 | 40 | Eugênio Paccelli Aguiar Freire. | O podcast como ferramenta de educação inclusiva para deficientes visuais e auditivos. |

| | | | |
|------|----|---|--|
| 2011 | 40 | Liane Camatti, Márcia Lise Lunardi-Lazzarin. | Outros sujeitos, outra escola? Estratégias e práticas no contexto de escolas específicas para surdos. |
| 2013 | 45 | Lucineide Machado Pinheiro. | Práticas de leitura e compreensão para o desempenho do aluno surdo no ensino regular |
| 2013 | 46 | Simone Saldanha Carneiro Costa, Celeste Azulay Kelman. | Representações sociais dos surdos do curso de graduação em letras-Libras. |
| 2014 | 48 | Tássia Pereira Alves, Zenilda Nogueira Sales, Ramon Missias Moreira, Leonardo de Carvalho Duarte, Riane Missias Moreira Mendes Souza. | Representações de alunos surdos sobre a inclusão nas aulas de educação física. |
| 2014 | 50 | Roberta Silva Rizzo, Lydia Dayanne Maia Pantoja, Jeanne Barros Leal de Pontes Medeiros, Germana Costa Paixão. | O ensino de doenças microbianas para o aluno com surdez: um diálogo possível com a utilização de material acessível. |
| 2015 | 51 | Raquel Elizabeth Saes Quiles. | Educação de surdos e deficientes auditivos: uma análise dos indicadores sociais. |
| 2015 | 52 | Ana Dorziat | Educação de surdos em tempos de inclusão. |
| 2015 | 52 | Marco Aurélio Rocha Di Franco, Simone Dos Santos Paludo, Tatiana Bolivar Lebedeff. | Esportes surdos na constituição do ser social: uma compreensão histórica sob a perspectiva da Educação Ambiental. |
| 2015 | 52 | Luiz Renato Martins Rocha, Alexandra Renata Moretti, Priscila Carozza Frasson Costa, Fabiano Gonçalves Costa. | Educação de surdos: relato de uma experiência inclusiva para o ensino de ciências e biologia. |
| 2015 | 53 | Cinara Franco Rechico Barberena. | Espaços específicos e pedagógicos para a educação de alunos surdos: recorrências nos discursos da ANPEd no período de 1990 a 2010. |
| 2015 | 53 | Adriana da Silva Thoma, Larisa da Veiga Vieira Bandeira, Luciano Bedin da Costa. | Educação de Surdos: narrativas visuais; reinvenção de si. |
| 2015 | 53 | Lucyenne Matos da Costa Vieira Machado, Sonia Lopes Victor. | A criança surda: a infância na constituição de um espaço pedagógico que se ocupe da diferença. |

Fonte: Revista de Educação Especial – Universidade Federal de Santa Maria.

Tabela 02: Libras (2000-2015)

| Ano | Nº | Autor(es) | Título |
|------|----|--|---|
| 2008 | 31 | Carolina Hessel Silveira. | O ensino de Libras em escolas gaúchas para surdos: um estudo. |
| 2010 | 37 | Giovana Fracari Hautrive, Edna Márcia de Souza. | A escrita da língua de sinais como meio natural para a alfabetização. |
| 2011 | 41 | Liège Gemelli Kuchenbecker, Adriana da Silva Thoma. | Examinar, enquadrar, adaptar o currículo e desenvolver a língua de sinais: estratégias de normalização de alunos surdos down em uma escola de surdos. |
| 2012 | 42 | Michelle Nave Valadao, Jilma Andrade Nomura, Debora Hungria Mazer, Myriam de Lima Isaac. | Língua brasileira de sinais e implante coclear: relato de um caso. |
| 2014 | 49 | Silvia Teresinha Frizzarini, Clélia Maria Ignatius Nogueira. | Conhecimentos prévios dos alunos surdos fluentes em Libras referentes à linguagem algébrica no Ensino Médio. |
| 2015 | 51 | Patrícia Velho Dall'Astra. | A importância da língua de sinais para o desenvolvimento da pessoa surda: A noção de inclusão associada ao sentimento de pertencimento no espaço escolar. |

Fonte: Revista de Educação Especial – Universidade Federal de Santa Maria

Os temas em destaque no mapeamento acerca da **inclusão educacional dos discentes com deficiência no Ensino Superior e em outros espaços** revelam a importância da inclusão das pessoas com deficiência auditiva/surdez, e um estudo revela as representações sociais dos surdos do curso de graduação em Letras-Libras. Percebemos a relevância dada em maior

escala ao atendimento educacional especializado nas escolas de Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio. Poucas produções abrangem a inclusão do discente com surdez no Ensino Superior, e apontam necessidades em formação profissional qualificada e contínua por meio de propostas de capacitação. Conforme os autores, esse trabalho desenvolvido nas instituições escolares por meio de tentativas de inclusão do discente com surdez em diversas modalidades de ensino é ínfimo e pouco ajuda na aprendizagem dos discentes.

O tema que se refere às questões do Ensino Superior é intitulado: “Representações sociais dos surdos do curso de graduação em letras-Libras”. O estudo versa na ótica docente e discente sobre como o surdo é percebido e como se percebe na graduação e nos cursos de licenciatura, e também acerca dos processos de ensino e aprendizagem e quais ferramentas são utilizadas nos desenvolvimento dos alunos PAEE.

Quanto às produções relacionadas ao **trabalho do intérprete e do professor de aluno surdo no Ensino Superior**, apenas uma produção trata do tema, mas não adentra especificamente o campo universitário, pois apresenta discussões acerca da formação do professor e a inclusão no âmbito educacional em geral, com foco no desenvolvimento da pessoa com surdez.

Em resumo, nenhuma produção estudou com profundidade teórica o trabalho realizado pelos intérpretes em Libras ou não se preocupou com a formação subjetiva qualificada nesse âmbito de desenvolvimento e mediação entre a fala dos professores e alunos, na Educação Básica ou no Ensino Superior. As questões mais abrangentes versam sobre a prática do bilinguismo apenas como proposta nas escolas, mas não a ação do intérprete ou sua formação em desenvolvimento na ampliação de possibilidades de desenvolvimento educacional. Dessa forma, compreendemos que houve carência de estudos em torno do trabalho interpretativo na formação do interlocutor na universidade.

Quanto ao **aluno com surdez na universidade**, existem poucas produções relacionadas ao seu desenvolvimento nesse espaço de conhecimento, mas na realização do mapeamento, foi possível identificar um estudo que trata sobre questões relacionadas ao acesso e a permanência do aluno com deficiência nas instituições de Ensino Superior. É possível notar que o estudo não tem como tema central a surdez, a deficiência auditiva ou a Libras, mas abrange todas as deficiências e propõe reflexões acerca da inclusão da pessoa com deficiência no âmbito do Ensino Superior, na análise de direitos que são garantidos por lei, para que o PAEE seja incluído nos níveis mais altos de escolarização.

Em relação ao **processo ensino, aprendizagem e desenvolvimento do aluno DA/surdez**, as produções encontradas estudam em diversas linhas teóricas e versam sobre

temas distintos, mas com perspectivas positivas, na observação às potencialidades e apontamentos aos erros comuns que quase sempre estão vinculados ao despreparo de profissionais que atuam no âmbito educacional e não se sentem aptos na realização de inúmeras tarefas. Assim, os estudiosos dos temas em análise revelam as principais problemáticas que impedem os processos inclusivos no meio educacional e apontam ações para que novas ideias e pesquisas se revelem e favoreçam o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem na Educação Básica e em especial, no Ensino Superior.

2.1.2 Revista Brasileira de Educação Especial: revelações dos autores

O mapeamento das produções sobre Libras na RBEE, no período de 2005 a 2015 nos instigou a verificar as revelações dos autores dos artigos, considerando que são resultados de pesquisas. Também nos possibilitou compreender a evolução da produção intelectual sobre o tema surdez e Libras no país, a partir de um periódico nacional disponibilizado no SCIELO Brasil.

Instigados pela curiosidade e pela necessidade de buscar dados referentes às lacunas dos estudos em questão, surgiu a necessidade em responder uma questão norteadora da pesquisa: Os autores dos artigos da RBEE, no período de 2005 a 2015, contribuiram com as discussões que tratam especificamente sobre a Libras para o Ensino Superior?

Para responder a questão, iniciamos o trabalho com o mapeamento anual das produções sobre o tema, organizando-as por ano e assunto (surdez/deficiência auditiva e Libras), conforme tabelas 03 e 04.

É importante considerar que nos dados das tabelas, dos 33 números publicados pela RBEE, de 2005 a 2015, 42 relatos de pesquisa trataram dos temas relacionados à surdez e Libras. Desses 42 artigos, 37 tratam de surdez e 05 de Libras. Esse baixo quantitativo de artigos sobre Libras é analisado, como na Revista de Educação Especial (REE), ou seja, como uma variante normal, pois Libras ainda é um tema atual no país, considerando o curto período de sua obrigatoriedade em todos os níveis de ensino, sobretudo no Ensino Superior, e como primeira língua para a pessoa surda.

Por meio da organização e da análise dos resultados da pesquisa, além das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, compreendemos haver nesse campo muitas lacunas a serem preenchidas, pois o aluno com surdez ainda não é, efetivamente, incluído nas escolas, não consegue compartilhar sua identidade e cultura, o que nos leva a reconhecer, de

forma geral, que a instituição se encontra inapta na realização dos processos de operacionalização das ações necessárias aos princípios da inclusão e dessa forma, o aluno surdo não compartilha sua cultura escolar.

Em 2005, dos dois números do volume 11, treze artigos foram relatos de pesquisa, desses, dois trataram do tema surdez e nenhum mencionou o tema Libras. O artigo constante no número 03, apresenta resultados de uma pesquisa com sujeitos que cursam o Ensino Fundamental.

Foram identificados em 2006, nos três volumes, 21 relatos de pesquisa. Desses, somente três apresentam artigos sobre os temas objeto deste estudo, dois sobre surdez e um sobre deficiência auditiva, nenhum discorreu sobre Libras. O artigo constante no volume 12, número 01, retrata os resultados de uma pesquisa sobre orientação sexual para jovens com deficiência auditiva. O artigo constante no número 02 trata de um estudo realizado com surdos do Ensino Fundamental e do Médio, no qual o autor fez um teste de avaliação das habilidades dos surdos, a partir da escolha de palavras escritas para nomear figuras. No artigo número 03, os autores apresentam uma pesquisa realizada com professores do Ensino Fundamental e do Médio e trazem uma discussão sobre a questão da inclusão do aluno com surdez no ensino regular.

A revista contribuiu, no volume 13, com três números em 2007. Desses, 23 foram relatos de pesquisa, e dentre eles localizamos quatro publicações sobre a temática, duas específicas sobre deficiência auditiva e duas sobre surdez, nenhum artigo sobre Libras. O artigo constante no volume 13, número 01, trata dos fatores que possibilitam e dificultam o acesso e permanência do aluno com deficiência auditiva no Ensino Superior. Nesse trabalho foram entrevistados alunos surdos do Ensino Superior, Médio e outros níveis escolares. O outro artigo do número 01 apresenta os resultados de uma pesquisa acerca de pessoas com deficiência auditiva e a relação com seus pais, a partir dos pressupostos do autoconceito sobre o ASI. O número 02 analisa a produção escrita de um sujeito com surdez em fase de escrita inicial. Ainda no número 02, consta um artigo que evidencia a experiência e vivência de sujeitos ouvintes na convivência com sujeitos surdos em sala de aula do Ensino Fundamental.

Dos três números do volume 14, em 2008, foram mapeados 26 relatos de pesquisa, dentre eles três artigos sobre a temática, um sobre surdez, um sobre Libras e um específico sobre deficiência auditiva. O primeiro artigo constante neste volume, no número 01, discute e explicita questões relacionadas ao trabalho do intérprete no Ensino Superior. Outro artigo, do mesmo volume e número apresenta como objetivo averiguar a possibilidade de utilizar a dramatização para os deficientes auditivos do Ensino Fundamental, como ferramenta

contributiva no desenvolvimento da compreensão e interpretação dos textos em sala de aula. Ainda em 2008, o artigo constante no número 03, aborda a questão de atividades simbólicas no desenvolvimento da linguagem e de novos conhecimentos pelas crianças surdas no Ensino Fundamental.

Em 2009, dos três números do volume 15, 27 são relatos de pesquisa. Entre esses artigos foram localizadas seis publicações sobre a temática, das quais cinco retratam a surdez, uma trata especificamente sobre deficiência auditiva, nenhuma mencionou o tema Libras. O primeiro artigo desse volume, constante no número 01, versa sobre a trajetória e as condições do sujeito surdo no Ensino Superior, e apresenta contribuições de estudiosos que se relacionam com o tema. Outro artigo constante no número 01 discute sobre o processo de inclusão de crianças da educação infantil a partir da vivência dos professores. Já o outro artigo desse número apresenta alguns aspectos relacionados ao letramento de surdos universitários.

Foram vários artigos publicados no ano de 2009, como o artigo constante no mesmo volume, no número 02, que apresenta o processo de escrita do aluno surdo do Ensino Fundamental e avalia sua flexão verbal. Ainda nesse número foi localizado um artigo que discute e analisa a prática de letramento de um grupo de crianças surdas do Ensino Fundamental, no contexto escolar e no familiar. O artigo apresentado no número 03 analisa a questão de identidade surda e cultura escolar na Educação Básica.

Em 2010, foram mapeados 25 relatos de pesquisa, com dois artigos sobre a temática, especificadamente sobre deficiência auditiva, mas nenhuma se referindo a Libras. Em 2011, há 36 relatos de pesquisa. Os aspectos temáticos de três desses relatos é a surdez e um discorre sobre Libras.

De quatro números do volume 18, em 2012, são 36 relatos de pesquisa. Desses, um tem como tema a surdez e dois o tema Libras. Os assuntos do ano de 2012 retratam, no âmbito da surdez, aspectos linguísticos e familiares. Acerca de Libras, destacam o trabalho do intérprete, educação inclusiva e aspectos linguísticos.

Em 2013 foram publicados 27 relatos de pesquisa, distribuídos em quatro números do volume 19. Dessas pesquisas, quatro são sobre surdez, não há nenhuma sobre Libras (tabela 03). Os assuntos relacionados à surdez são estudos referentes a questões linguísticas, ambiente escolar inclusivo, surdos no Ensino Médio e socialização familiar. A busca objetiva nas produções está vinculada às relações escolares e sociais.

Dos 34 artigos de relatos de pesquisa encontrados em 2014, presentes nos quatro números do volume 20, quatro tratam do tema surdez/deficiência auditiva e nenhum do tema Libras. Os assuntos abordados são referentes a inclusão escolar, acessibilidade, ambiente

virtual, ensino e aprendizagem e relações comunicativas. Ainda que nenhum artigo tenha tratado diretamente sobre Libras, os presentes nos números 2 e 3 apresentam direções aos pensamentos da comunicação em Libras como ferramenta principal de comunicação no âmbito da surdez.

Em 2015 foram publicados 5 relatos de pesquisa e 2 artigos de revisão da literatura. Dos 4 números do volume 21, 6 tratam especificamente sobre surdez e 1 sobre Libras. Os autores abordam assuntos referentes a formas de comunicação, inclusão escolar, ensino e aprendizagem, aspectos linguísticos, capacitação de professor e uma análise dos artigos publicados na RBEE no período de 1992 a 2013.

Tabela 03: Surdez e Deficiência Auditiva (2005-2015)

| Ano | Autor(es) | Título |
|------|---|---|
| 2005 | Eliza D. Oshiro Tanaka; Eduardo José Manzini. | O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? |
| 2005 | Simone Cerqueira da Silva; Maria S. F. Aranha. | Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva |
| 2006 | Helen M. Cursino; Olga M. P. Rodrigues; Ana C. B. Maia; Maria Estela G. Palamin. | Orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva. |
| 2006 | Fernando Capovilla; Alessandra Capovilla; Cláudia Mazza; Roseli Ameni; Maria Neves. | Quando alunos surdos escolhem palavras escritas para nomear figuras: paralexias ortográficas, semânticas e quirêmicas. |
| 2006 | Ana C. Guarinello; Ana P. Berberian; Ana Paula Santana; Giselle Massi, Mabel Paula. | A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do estado do Paraná. |
| 2007 | Milena V. Manente; Olga Maria P. Rolim Rodrigues; Maria Estela G. | Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior. |
| 2007 | Ana Paula Zugliani; Telma Flores Genaro Motti; Rosicler Moreno Castanho. | O autoconceito do adolescente deficiente auditivo e sua relação com o uso do aparelho de amplificação sonora individual. |
| 2007 | Ana Cristina Guarinello; Giselle Massi; Ana Paula Berberian. | Surdez e linguagem escrita: um estudo de caso. |
| 2007 | Cristina Broglia Feitosa de Lacerda. | O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. |
| 2008 | Kele Jaqueline Pinotti; Cibele Cristina Boscolo. | A dramatização como estratégia de aprendizagem da linguagem escrita para o deficiente auditivo. |
| 2008 | Claudia Campos M. Araújo; Cristina Broglia Feitosa Lacerda. | Esferas de atividade simbólica e a construção de conhecimento pela criança surda. |
| 2009 | José Ildon Gonçalves da Cruz; Tárzia Regina da Silveira Dias. | Trajetória escolar do surdo no ensino superior: condições e possibilidades. |
| 2009 | Noemi Vieira de Freitas Rios; Beatriz Cavalcanti de A. Caiuby Novaes. | O processo de inclusão de crianças com deficiência auditiva na escola regular: vivências de professores. |
| 2009 | Ana C. Guarinello; Ana P. Berberian; Ana Santana; Kyrlan Bortolozzi; Simone Schemberg; Luciana C. Figueiredo. | Surdez e letramento: pesquisa com surdos universitários de Curitiba e Florianópolis. |
| 2009 | Aline Nascimento Crato; Maria Silvia Cárnio. | Análise da flexão verbal de tempo na escrita de surdos sinalizadores. |
| 2009 | Simone Schemberg; Ana C. Guarinello; Ana Paula de Oliveira Santana. | As práticas de letramento na escola e na família no contexto da surdez: reflexões a partir do discurso dos pais e professores. |
| 2009 | Liana S. Botelho de Paula | Cultura escolar, cultura surda e construção de identidades na escola. |
| 2010 | Tadeu R. de C. Pinheiro Filho; José Cláudio B. da Silva Filho; Emilcy R. Gonçalves; Amanda M. M. Dantas; Silvia B. Hyppólito. | Análise do conhecimento sobre DSTS e planejamento familiar entre deficientes auditivos e ouvintes de uma escola pública de Fortaleza. |
| 2010 | Alessandra T. Bolsoni-Silva; Olga Maria P. | Práticas educativas parentais de crianças com deficiência auditiva e |

| | | |
|------|--|--|
| | R. Rodrigues; Dagma V. M. Abramides; Liliane S. de Souza; Sonia R. Loureiro. | de linguagem. |
| 2011 | Juliana Guimarães Faria. | Formação, profissionalização e valorização do professor surdo: reflexões a partir do Decreto 5.626/2005. |
| 2011 | Maria Augusta L. Montezuma; Mariana V. Rocha; Rosângela M. Busto; Dirce S. Fujisawa. | Adolescentes com deficiência auditiva: a aprendizagem da dança e a coordenação motora. |
| 2011 | Maria Aparecida de Castilho Lopes; Lúcia Pereira Leite. | Concepções de surdez: a visão do surdo que se comunica em língua de sinais. |
| 2012 | Simone Schemberg; Ana Cristina Guarinello; Gisele Massi. | O ponto de vista de pais e professores a respeito das interações linguísticas de crianças surdas. |
| 2013 | Carla da Silva Flor; Tarcísio Vanzin, T.; Vânia Ribas Ulbricht. | Recomendações da Wcag 2.0 (2008) e a Acessibilidade de Surdos em Conteúdos da Web. |
| 2013 | Patrícia Aspilicueta; Carla Delani Leite; Emileide Cristine Mathias Rosa; Gilmar de Carvalho Cruz. | A questão linguística na inclusão escolar de alunos surdos: ambiente regular inclusivo versus ambiente exclusivamente ouvinte. |
| 2013 | Alice A. C. de Resende; Cristina Broglia Feitosa de Lacerda | Mapeamento de alunos surdos matriculados na rede de ensino pública de um município de médio porte do estado de São Paulo: dissonâncias. |
| 2013 | Hilda Rosa Moraes de Freitas; Celina Maria Colino Magalhães. | Metas e estratégias de socialização que mães de crianças surdas valorizam para seus filhos. |
| 2014 | Fagner M. Mallmann; Juliana Couto; Maria F. Bagarollo; Denise Maria V. R. França. | A inclusão do aluno surdo no Ensino Médio: um olhar para os discursos dos educadores. |
| 2014 | Elisa Maria Pivetta; Daniela Satomi Saito; Vânia Ribas Ulbricht. | Surdos e acessibilidade: análise de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem. |
| 2014 | Ariele T. Rodrigues; Vanessa Bertin; Leonardo G. V. Vitor; Dirce S. Fujisawa. | Crianças com e sem deficiência auditiva: o equilíbrio na fase escolar. |
| 2014 | Jaqueline Santos Vargas; Shirley Takeco Gabara. | Interações entre o aluno com surdez, o professor e o intérprete em aulas de física: uma perspectiva Vygotskiana. |
| 2015 | Marilda Moraes Garcia Bruno; Juliana Maria da Silva Lima. | As formas de comunicação e de inclusão da criança kaiowá surda na família e na escola: um estudo etnográfico. |
| 2015 | Renata M. C. Liborio; Bernardo M. Castro; Elaine G. Ferro; Marilza T. S. Souza. | Resiliência e processos protetivos de adolescentes com deficiência física e surdez incluídos em escolas regulares. |
| 2015 | Gabriela Welter; Deisi Cristina Gollo Marques Vidor; Carina Rebello Cruz. | Intervenções e metodologias empregadas no ensino da escrita e leitura de indivíduos surdos: revisão de literatura. |
| 2015 | Ana Claudia Tenor; Débora Deliberato. | Sistematização de um programa de capacitação ao professor do aluno surdo. |
| 2015 | Ana Paula Zerbato; Cristina Broglia Feitosa de Lacerda. | Desenho infantil e aquisição de linguagem em crianças surdas: um olhar histórico-cultural. |
| 2015 | Claudinéia Barboza de Azevedo; Claudia Regina Mosca Giroto; Ana Paula de Oliveira Santana. | Produção científica na área da surdez: análise dos artigos publicados na <i>Revista Brasileira de Educação Especial</i> no período de 1992 a 2013. |

Fonte: Site do SCIELO - Revista Brasileira de Educação Especial.

Tabela 04: Libras (2008-2015)

| Ano | Autor(es) | Título |
|------|---|--|
| 2008 | Ana C. Guarinello; Ana Paula Santana; Luciana Cabral Figueiredo; Giselle Massi. | O intérprete universitário da língua brasileira de sinais na cidade de Curitiba. |
| 2011 | Cristina Broglia Feitosa de Lacerda; Taís Margutti do Amaral Gurgel. | Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) eu atuam no ensino superior no Brasil. |
| 2012 | Ana Dorziat; Joelma Remígio de Araújo. | O intérprete de língua brasileira de sinais no contexto da educação inclusiva: o pronunciado e o executado. |
| 2012 | Cássia Geciauskas Sofiato; Lucia Reily. | Justaposições: o primeiro dicionário brasileiro de língua de sinais e a obra francesa que serviu de matriz. |
| 2015 | Simone Gonçalves de Lima da Silva. | Consequências da aquisição tardia da língua brasileira de sinais na compreensão leitora da língua portuguesa, como segunda língua, em sujeitos surdos. |

Fonte: Site do SCIELO - Revista Brasileira de Educação Especial.

Sobre a **inclusão educacional dos discentes com deficiência no Ensino Superior e em outros espaços**, os artigos mapeados abordam amplas questões referentes a diversos

temas, dentre eles, destacam-se: o trabalho inclusivo e suas adaptações; instrutores da Língua Brasileira de Sinais; formação do professor da língua; a surdez em contato com a sociedade; possibilidades comunicativas; trabalho do intérprete nos meios sociais, educacionais e acadêmicos; aspectos linguístico-discursivos; políticas de inclusão de surdos; métodos linguísticos adotados por escolas em sistemas de inclusão; o ensino da língua na Educação Infantil; Surdos no Ensino Médio; discursos de educadores; interações comunicativas entre docente, discente e intérprete; inclusão no Ensino Superior e a língua, dentre outros temas.

São abordadas questões que se aprofundam em eixos temáticos encontrados pelos autores nos resultados das pesquisas, os quais deixaram evidente a falta de planejamento das instituições educacionais no atendimento ao PAEE; despreparo dos profissionais que atuarão em todos os níveis da Educação Básica e do Ensino Superior tanto no campo da surdez, quanto em todas as demais deficiências; e ainda o despreparo na formação pela busca de conhecimentos do intérprete em questões amplas e diversas referentes à formação plena do discente com surdez.

No eixo temático **intérprete e docente de discente com surdez no Ensino Superior**, os artigos destacam a importância da interação entre professor e aluno, quando consideramos a necessidade de conhecimento, capacitação e compromisso para atuar nas escolas e universidades. É por meio dessas relações intrapessoais que a criança internaliza e se desenvolve cultural e psicologicamente (VIGOTSKI, 2004).

Dessa forma, podemos perceber a importância da atuação compromissada do professor em sala de aula, e também o processo de interação e de mediação por signos entre professor/aluno e aluno/aluno, quesitos considerados por Vigotski (2004) como principais responsáveis pelo desenvolvimento de sujeitos críticos e reflexivos.

Ademais, algumas produções salientam que muitas vezes o insucesso do aluno com deficiência auditiva está relacionado a muitos fatores, dentre os quais sobressai a falta de apoio e de capacitação dos professores. É importante destacar esse assunto, pois muitas vezes, os alunos com deficiência são facilmente rotulados no âmbito educativo, inclusive por profissionais da área, como incapazes ou destinados ao fracasso pessoal, social e educacional. Vale enfatizar a importância da qualidade da formação dos intérpretes, cuja relação com o professor é de suma importância, pois ambos coexistem no espaço escolar e, conseqüentemente, essa qualificação refletirá na construção dos conhecimentos dos seus alunos.

Segundo Quadros (2004, p. 60), “[...] o intérprete, especialista para atuar na área da educação, deverá ter um perfil para intermediar as relações entre o professor e os alunos, bem

como entre colegas surdos e colegas ouvintes”. É compreensível que o intérprete possua papel relevante nas relações comunicativas de interação, pois além de intermediar o trabalho pedagógico do professor, contribui como sujeito de mudanças nos processos de formação docente.

Quanto ao **discente com surdez na universidade**, os estudos revelam que a inclusão não acontece como deveria e que o discente com surdez ainda não conseguiu compartilhar sua cultura, ou seja, não tem obtido sucesso na difusão da Libras nos meios escolares. Isso ocorre porque as escolas (não somente o Ensino Superior, mas todos os níveis) se organizam de acordo com os interesses e necessidades dos ouvintes, sem considerar as necessidades e especificidades de outras culturas, e acima de tudo as diferenças humanas (STROBEL, 2008).

Com referência aos aspectos de **ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos discentes com DA/Surdez**, Vygotski (1997, p. 2) afirma que: “A criança percebe a sua deficiência em questão, somente indiretamente, secundariamente como um resultado de sua experiência social”. Assim, o intérprete possui papel de destaque nas relações comunicativas, já que é por meio das interações que o sujeito se desenvolve. Além do trabalho realizado pelo professor e pelo intérprete é importante que se compreenda, que a escola “não precisa trabalhar intensamente o que na criança está suficientemente desenvolvido”. (VIGOTSKI, 2004, p. 551). As funções psíquicas superiores do aluno com ou sem surdez precisam ser desenvolvidas para que ocorra sua aprendizagem e desenvolvimento, numa relação de interação e mediação por signos.

2.2 Teses e dissertações da UFSCar, UFSC e UNESP/Marília.

Optamos por levantar as teses e dissertações de três grandes universidades que têm uma trajetória de importantes grupos de pesquisa sobre Educação Especial, os quais mencionamos: Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP de Marília).

O Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) se destaca pelo seu alto nível de qualificação docente, atividades de ensino, pesquisa e extensão. O programa atua na identificação de concepções científicas e conceituais, com o intuito de alterar a realidade da Educação Especial no país, por meio de novos estudos, olhares e propostas advindas da pesquisa. A produção intelectual em educação

aponta avanços recentes e revela lacunas relacionadas aos problemas que envolvem os indivíduos especiais, família, escola e sociedade, pois abrange questões relativas aos procedimentos e estratégias de ensino efetivos na construção de currículos significativos e às modalidades de ensino e serviços oferecidos que sejam apropriados e acessíveis, visando sempre à organização escolar, às políticas públicas, à evolução social, entre outros.

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), iniciou suas atividades e pesquisas em nível de Mestrado no ano de 1984, inaugurado com duas linhas de pesquisa, a saber: “Teoria e Prática Pedagógica” e “Educação e Trabalho”. No ano de 1986 foi criada uma terceira linha, intitulada “Educação e Ciência”. A produção acadêmica nos anos seguintes se mostrou bastante dinâmica, já que em dez anos foram defendidas 85 dissertações de mestrado, distribuídas entre as três linhas de pesquisa. Esse dinamismo levou o Programa de Pós-Graduação em Educação a investir em um projeto de doutorado, que foi reconhecido em 1994.

O PPGE conta atualmente com sete linhas de pesquisa, que abrangem perspectivas de temáticas diversas, sendo elas: Educação e Comunicação (ECO), Educação e Infância (EI), Educação, Estado e Políticas Públicas (EEPP), Ensino e Formação de Educadores (EFE), Filosofia da Educação (FIL), Sociologia e História da Educação (SHE) e Trabalho e Educação (TE). Após anos de construção acadêmica, acumulou-se uma vasta produção de conhecimentos, produtos das dissertações e teses, entre publicações de artigos científicos, livros e capítulos de livros, e ainda traduções de clássicos e livros contemporâneos. A universidade conta também com uma participação ativa e crescente na organização de eventos científicos no âmbito educacional, nacional e internacional, na reiteração do compromisso com a comunidade acadêmica brasileira, com o intuito de formar pesquisadores na área educacional, para enfrentar os múltiplos desafios presentes nos âmbitos educacionais e, sobretudo, acadêmicos.

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Marília, teve início em agosto de 1988 e durante seus anos de funcionamento sofreu inúmeras alterações e aperfeiçoamentos, que geridos de maneira democrática, conta com conselho formado por representantes docentes e discentes eleitos por seus pares. O Programa oferece atualmente cinco linhas de pesquisa e conta com 176 alunos de mestrado acadêmico e doutorado.

Ao final do último triênio de avaliação realizado em 2012, o PPGE ultrapassou a marca de 500 dissertações de mestrado e 300 teses em doutorado defendidas, e continua contribuindo para o incremento de políticas de qualificação docente e *prima* pela formação

continuada, na promoção e no envolvimento com outras instituições de Ensino Superior no Brasil.

2.2.1 Teses e dissertações da UFSCar

A pesquisa de mapeamento de produções no banco de teses e dissertações da UFSCar, foi delimitada ao período de 2006 a 2015. Para tanto, iniciamos o trabalho com as produções sobre os temas surdez, deficiência auditiva e Libras, apresentados nas tabelas 05 e 06. Ressaltamos que as produções relacionadas ao tema Libras são poucas em comparação àquelas cujos temas foram deficiência auditiva e surdez.

Na contramão da afirmação de que há um número maior de estudos gerais em relação aos específicos, somente no ano de 2006 foram encontradas duas produções sobre a temática Libras e apenas uma produção sobre surdez. Os temas específicos das pesquisas discutem funções simbólicas de estímulos auditivos, implante coclear, aspectos linguísticos no uso da Libras e procedimentos informatizados no ensino de sinais para surdos.

Em 2007, foi mapeado apenas um estudo sobre a temática surdez e nenhum sobre Libras ou deficiência auditiva. A pesquisa apresenta o desempenho acadêmico de pessoas com uso de implante coclear sob as expectativas dos familiares e dos professores. Nessa pesquisa as discussões se voltam para os estímulos auditivos em vista do desenvolvimento da fala.

Em 2008, foram encontrados dois estudos sobre a temática surdez e nenhum sobre Libras ou deficiência auditiva. Os estudos retratam a aplicação e a avaliação de um programa voltado para professores de alunos com surdez e perspectivas das habilidades sociais de crianças com e sem deficiência auditiva nos processos de inclusão.

No ano de 2009 foram mapeados três estudos sobre surdez e apenas um sobre Libras. Os estudos versam sobre os estímulos aos programas de ensino de adultos e crianças surdas em contribuições, consultoria colaborativa na escola, contribuições da Psicologia na inclusão do aluno surdo no meio escolar, inclusão familiar de crianças com surdocegueira e a atuação do intérprete em classes comuns do Ensino Fundamental.

Em 2010 foram mapeados dois trabalhos relacionados ao tema surdez e deficiência auditiva e nenhum sobre Libras. Os estudos retratam a produção, a compreensão e o desenvolvimento da fala em crianças surdas, usuárias de implante coclear e formas de trabalho docente em escolas especiais de surdos nos estudos históricos e de representações sociais.

O mapeamento de 2011 apresentou apenas um trabalho relacionado à temática surdez e deficiência auditiva e nenhum sobre Libras. O estudo discute as análises do ensino e da aprendizagem de crianças com surdez incluídas no ensino regular. No ano de 2012 não foram encontradas produções relacionadas às temáticas deste estudo.

No ano de 2013 foram encontradas duas produções sobre a temática Libras e uma sobre surdez ou deficiência auditiva, repetindo o que ocorreu em 2006, quando Libras foi o tema mais pesquisado. Os estudos relacionados à surdez são sobre possíveis recursos pedagógicos acessíveis ao aluno com surdocegueira por Síndrome de Usher. Já os estudos sobre Libras retratam a formação e a atuação do intérprete em Libras e as relações dialógicas entre professores surdos e o ensino das línguas de sinais.

Em 2014 foi mapeada uma pesquisa relacionada à temática Libras e nenhuma sobre surdez e deficiência auditiva. O estudo versa sobre como acontecem e são desenvolvidos os diálogos com tradutores-intérpretes de línguas de sinais atuantes no Ensino Fundamental. Aqui se repete a prevalência de Libras sobre surdez, ou seja, em três anos esse fato se repetiu.

Foram encontradas em 2015 três produções que retratam a temática surdez e deficiência auditiva e duas produções sobre Libras. Os estudos sobre surdez versam sobre a educação de surdos frente aos desafios da educação bilíngue, avaliação pedagógica para alunos num programa bilíngue; a implementação de políticas públicas e a formação de profissionais. Os estudos sobre Libras versam sobre os processos de ensino e aprendizagem de Libras por meio de programa tecnológico e vestibulares em Libras no ingresso em universidades federais.

Tabela 05: Surdez ou Deficiência Auditiva (2006-2015)

| Ano | Autor(es) | Título |
|------|-----------------------------------|---|
| 2006 | Edson Massayuki Huziwara. | Função simbólica de estímulos auditivos em usuários de implante coclear com surdez pré-lingual. |
| 2007 | Joseli Soares Brazorotto | Crianças usuárias de implante coclear: desempenho acadêmico, expectativas dos pais e professores. |
| 2008 | Cibele Cristina Boscolo. | Aplicação e avaliação de um programa de orientação para professores de alunos surdos incluídos. |
| 2008 | Thiago Magalhães Pereira | Crianças com e sem deficiência auditiva em processo de inclusão: a perspectiva das habilidades sociais. |
| 2009 | Ana Carolina Sella. | Transferência de funções ordinais através de classes de estímulos equivalentes: contribuições para a programação de ensino de adultos e crianças surdas e de crianças ouvintes. |
| 2009 | Verônica Aparecida Pereira | Consultoria colaborativa na escola: contribuições da psicologia para inclusão escolar do aluno surdo. |
| 2009 | Vula Maria Ikonomidis. | Estudo exploratório e descritivo sobre a inclusão familiar de crianças com surdocegueira Pré-linguística. |
| 2010 | Raquel Melo Golfeto. | Compreensão e produção de fala em crianças com deficiência auditiva Pré-lingual usuárias de implante coclear |
| 2010 | José Anchieta de Oliveira Bentes. | Formas do trabalho docente em duas escolas especiais de surdos: estudos históricos e de representações sociais. |
| 2011 | Regiane da Silva Barbosa. | Análise do ensino e aprendizagem de crianças com surdez incluídas |

| | | |
|------|-----------------------------------|--|
| | | no ensino regular. |
| 2012 | Rosemeire de Araújo Rangni. | Reconhecimento do talento em alunos com perdas auditivas do ensino básico. |
| 2013 | Rita de Cássia Silveira Cambuzzi. | Recursos pedagógicos acessíveis ao aluno com surdocegueira por Síndrome de Usher: um estudo de caso. |
| 2015 | Raquel Elizabeth Saes Quiles. | Educação de surdos no estado de Mato Grosso do Sul: desafios da educação bilíngue no contexto da educação inclusiva. |
| 2015 | Alice Almeida Chaves de Resende. | Avaliação Pedagógica para alunos surdos no contexto de um programa inclusivo bilíngue. |
| 2015 | Flávia Francisca Damasceno. | Implementação de políticas públicas e formação de profissionais: demanda da escola bilíngue para surdos. |

Fonte: Banco de teses e dissertações da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Tabela 06: Libras (2006-2015)

| Ano | Autor(es) | Título |
|------|---------------------------------------|--|
| 2006 | Heloisa Helena Motta Bandini. | Avaliando aspectos de linguagem de crianças deficientes auditivas usuárias de língua brasileira de sinais. |
| 2006 | Nassim Chamel Elias. | Procedimentos informatizados de ensino de sinais para adolescentes e adultos com surdez e/ou deficiência mental. |
| 2009 | Ione Machado. | Atuação do intérprete educacional de Língua Brasileira de Sinais em classe comum do Ensino Fundamental. |
| 2013 | Sabrina Gomes Cozendey. | A Libras no ensino de Leis de Newton em uma turma inclusiva de Ensino Médio. |
| 2013 | Uiara Vaz Jordão. | O que dizem os intérpretes de Libras do Sudeste goiano sobre a formação e a atuação. |
| 2013 | Neiva de Aquino Albres. | Relações dialógicas entre professores surdos sobre o ensino de Libras. |
| 2014 | Adriane de Castro Menezes. | Diálogos com tradutores-intérpretes de língua de sinais que atuam no Ensino Fundamental. |
| 2015 | Mariana de Lima Isaac Leandro Campos. | O processo de ensino e aprendizagem de Libras por meio do Moodle da UAB-UFSCar. |
| 2015 | Luiz Renato Martins Rocha. | O que dizem surdos e gestores sobre vestibulares em Libras para ingresso em universidades federais. |

Fonte: Banco de teses e dissertações da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Em relação à **inclusão educacional dos discentes com deficiência no Ensino Superior e em outros espaços**, foram encontrados estudos que revelam e apresentam questões sobre as problemáticas dos vestibulares oferecidos aos discentes com surdez para o ingresso em universidades federais, mediante a necessidade de materiais adaptados e o trabalho do intérprete na mediação desse modelo avaliativo, na garantia de seu acesso e sua permanência nas universidades públicas. Os trabalhos encontrados também apontam os processos de ensino e aprendizagem da Libras com o uso de programas tecnológicos nas instituições de Ensino Superior, e as expectativas dos familiares e professores no desempenho acadêmico da pessoa com surdez. Os estudos não versam sobre a necessidade de comunicação com o uso da Libras no âmbito universitário e tampouco apresenta discussões sobre esse assunto na inclusão efetiva do discente com surdez no âmbito do Ensino Superior, verificando

as possibilidades de compartilhamento cultural na relações de desenvolvimento do indivíduo com o meio.

Quanto ao âmbito de trabalho do **intérprete e do docente do discente surdo no Ensino Superior**, não foram encontradas pesquisas específicas, mas em relação ao trabalho interpretativo desenvolvido na Educação Básica, os estudos revelam a formação do intérprete para atuar na formação do aluno com surdez nas instituições escolares, a formação do aluno nas salas de ensino regulares por meio do trabalho oferecido pelo docente e a importância da mediação interpretativa nas relações e processos de ensino e aprendizagem. Nesse quesito, os estudos não trouxeram revelações específicas para o Ensino Superior, mas retratam a importância da formação qualificada com o intuito da promoção do aluno surdo às universidades.

Em relação ao **discente com surdez na universidade**, foi mapeado um estudo que apresenta alguns significados relevantes nos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos por meio de um programa tecnológico facilitador nos processos comunicativos, os quais atendem às evoluções por meio das relações interpessoais e utilizam de recursos visuais em respeito à cultura surda e à Libras nas universidades.

Quanto aos **processos de ensino e aprendizagem no desenvolvimento do discente com DA/Surdez**, foram mapeadas em sua maioria, produções que se preocupam com os processos de desenvolvimento do discente com surdocegueira nas instituições escolares, no preparo de profissionais qualificados para tal especificidade, e conteúdos que desenvolvam potencialidades desse alunado no ambiente escolar.

2.2.2 Teses e dissertações da UFSC

Considera-se o período de 2003 a 2015 como especificidade desta pesquisa de mapeamento de produções da UFSC. Para tanto, iniciamos o trabalho com o mapeamento das produções sobre o tema, organizando-as por ano e assunto (surdez/deficiência auditiva e Libras), conforme tabelas 07 e 08. Consideramos importante ressaltar novamente, que as produções relacionadas ao tema Libras são poucas se comparadas às produções que tratam do tema deficiência auditiva/surdez.

No ano de 2003 foi encontrada apenas uma produção relacionada ao tema surdez, em propostas para novos olhares ao processo de ensino e aprendizagem vinculado ao ensino de Língua Portuguesa para surdos, mas nenhuma produção mencionou o tema Libras nesse ano, o que foi recorrente em outros anos das teses e dissertações do programa apresentado

anteriormente. Pior situação foi a de 2004, que não apresenta nenhuma dissertação sobre o tema.

Foi encontrada apenas uma produção intelectual, em 2005, com a temática surdez, e nenhuma sobre Libras. O estudo versa sobre questões acerca da construção de identidade surda pela sexualidade. Já em 2006 foram encontradas três produções acerca das temáticas em estudo. Uma pesquisa versa sobre o tema surdez e o trabalho pedagógico/docente e dois versam sobre o tema Libras em assuntos relacionados ao currículo das línguas de sinais e o trabalho do intérprete em Libras na constituição do indivíduo surdo.

Foram mapeadas duas produções em 2007; uma trata sobre a temática surdez e a outra sobre Libras. Este último apresenta conceitos de representação do intérprete nessa área de atuação em relação ao desenvolvimento de seu trabalho, enquanto aquele revela significados atribuídos à disciplina de Língua Portuguesa para surdos.

No ano de 2008 foram localizadas sete produções que se relacionam ao tema surdez e deficiência auditiva e nenhuma sobre Libras. Os assuntos tratados apresentam discussões em relação à cultura surda, ensino de Língua Portuguesa para surdos, história e cultura, aspectos visuais, trajetória surda em âmbito específico e experimentos surdos.

Dois produções trataram sobre as temáticas em estudo no ano de 2009. Uma vinculada a Libras e outra à surdez. Uma pesquisa retrata a diferença cultural surda e a educação bilíngue em questões curriculares e outra sobre um processo de leitura da língua de sinais numa possível escrita em análise. Já em 2010 foi localizado um estudo relacionado ao tema surdez e nenhum sobre Libras. O texto mapeado aponta as principais contribuições acerca do implante coclear na constituição de sujeitos surdos nos meios sociais. Nessa produção há apontamentos que revelam ainda, a insistência da transformação do aluno com surdez em ouvinte, ou de moldá-lo aos padrões sociais de comunicação mantidos pelos grupos em comunhão social de aceitação.

Em 2011, apenas uma produção mapeada relacionada diretamente à temática surdez. Nesse ano não foram encontradas produções relacionadas ao tema Libras. O estudo mapeado a construção de identidade por meio da apropriação cultural de um espaço inclusivo. De 2012 a 2014 não houve nenhum trabalho publicado sobre os temas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC. Não é possível identificar qual o fator que interferiu para que não houvesse publicações sobre os temas.

Foram mapeadas duas produções no ano de 2015 que versam sobre o tema surdez, e não foram localizados estudos nesse ano acerca da Libras. As pesquisas apresentam propostas

de promoção ao conhecimento da cultura surda por meio dos jogos didáticos e revelações de cultura e identidade surda pelo uso da literatura infantil.

Tabela 07: Surdez ou Deficiência Auditiva (2003-2015)

| Ano | Autor(es) | Título |
|------|---------------------------------------|--|
| 2003 | Idavania Maria de Souza Basso. | Educação de pessoas surdas: novos olhares sobre as questões do ensinar e do aprender língua portuguesa. |
| 2005 | Rose Clér Estivaleta Beche. | A sexualidade do surdo: retalhos silenciosos na constituição da sua identidade. |
| 2006 | Flaviane Reis. | Professor surdo: a política e a poética da transgressão pedagógica. |
| 2007 | Rosana Ribas Machado Janiack. | Um estudo sobre os significados atribuídos à língua portuguesa por surdos universitários. |
| 2008 | Mariana de Lima Isaac Leandro Campos. | Cultura surda: possível sobrevivência no campo da inclusão na escola regular? |
| 2008 | Deonísio Schmitt. | Contextualização da trajetória dos surdos e educação de surdos em Santa Catarina. |
| 2008 | Marisa Fátima Padilha Giroletti. | Cultura surda e educação escolar kaingang. |
| 2008 | Simone Gonçalves de Lima da Silva. | Ensino de língua portuguesa para surdos: das políticas as práticas pedagógicas. |
| 2008 | Karin Lilian Strobel. | Surdos: vestígios culturais não registrados na história. |
| 2008 | Ana Regina e Souza Campello. | Aspectos da visualidade na educação de surdos. |
| 2008 | Rodrigo Rosso Marques. | A experiência de ser surdo: uma descrição fenomenológica. |
| 2009 | Vilmar Silva. | A política da diferença: educadores-intelectuais surdos em perspectiva. |
| 2009 | Paulo Cesar Machado. | Diferença cultural e educação bilíngue: as narrativas dos professores surdos sobre questões curriculares. |
| 2010 | Patrícia Luiza Ferreira Rezende. | Implante coclear na constituição dos sujeitos surdos. |
| 2011 | Silvani de Souza. | Educação de surdos: a construção da identidade e a apropriação cultural no ambiente da escola polo (inclusiva) da rede estadual de Santa Catarina. |
| 2015 | Juliana Tasca Lohn. | Do jogo didático ao jogo didático surdo no contexto da educação bilíngue: o encontro com a cultura surda. |
| 2015 | Jaqueline Boldo. | Intercorrências na cultura e na identidade surda com o uso da literatura infantil. |

Fonte: Banco de teses e dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Tabela 08: Libras (2006-2009)

| Ano | Autor(es) | Título |
|------|-----------------------------------|---|
| 2006 | Silvana Aguiar dos Santos. | Intérpretes de língua brasileira de sinais: um estudo sobre as identidades. |
| 2006 | Carolina Hessel Silveira. | O currículo de língua de sinais na educação de surdos. |
| 2007 | Mauren Elisabeth Medeiros Vieira. | A auto representação e atuação dos professores-intérpretes de línguas de sinais: afinal... professor ou intérprete? |
| 2009 | Fábio Irineu da Silva. | Analisando o processo de leitura de uma possível escrita da língua brasileira de sinais: Signwriting. |

Fonte: Banco de teses e dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Em relação à **inclusão educacional dos discentes com deficiência no Ensino Superior e em outros espaços**, encontramos estudos relacionados às temáticas que envolvem a educação de alunos surdos, a inclusão na escola comum e a cultura surda, contextualização da trajetória dos surdos e educação de surdos em local específico e ainda a política da

diferença na perspectiva de educadores surdos. Todas as produções estão voltadas para o trabalho realizado nas escolas e possuem linhas teóricas distintas, mas com objetivos em comum.

Em relação à inclusão no Ensino Superior, não foram encontrados estudos nesse âmbito; portanto, essa ausência nos deu a certeza da necessidade desta pesquisa. Em contrapartida, consideramos necessários os estudos no âmbito da Educação Básica, cujas etapas, caso sejam bem desenvolvidas, poderão dar suporte para o ingresso e a permanência do aluno com deficiência na universidade, garantindo-lhe a possibilidade de realização de estudos que vão além do ensino comum.

Quanto ao campo do trabalho do **intérprete e do docente de discente surdo no Ensino Superior**, encontramos estudos que versam sobre a autorrepresentação e a atuação dos professores intérpretes de línguas de sinais; sobre as identidades interpretativas; sobre a política e a poética da transgressão pedagógica no trabalho do professor surdo.

Os estudos não se situam apenas no âmbito do Ensino Superior, mas versam de forma ampla, pois envolvem todos os processos educacionais, e de maneira geral, apontam ocorrências de convívio comum em todas as modalidades de ensino. Dessa forma, há carência de estudos específicos que trabalhem questões diretamente voltadas ao campo universitário, mas considerado como fator comum, já que percebemos ser bastante atual o ingresso de discentes com surdez nas universidades brasileiras.

Em relação ao **discente com surdez na universidade**, foi mapeado um estudo que apresenta alguns significados atribuídos à Língua Portuguesa por surdos universitários. A pesquisa revela as principais dificuldades do indivíduo surdo, na compreensão e na concepção de terminologias complexas e entendimento das disciplinas, cujos principais fatores são a falta de preparo dos intérpretes na mediação entre a fala do docente e discente e o despreparo dos profissionais no atendimento subjetivo qualificado em formação profissional.

Quanto aos **processos de ensino e aprendizagem no desenvolvimento do discente com DA/Surdez**, foram mapeadas duas produções que envolvem questões relacionadas à educação de surdos nos aspectos da visualidade e análises dos processos de leitura de uma possível escrita da língua brasileira de sinais. Os estudos revelam a forma com que os alunos com surdez aprendem e destacam a importância do ensinamento de conceitos a partir de possibilidades de aprendizagem por meio do concreto, que posteriormente serão compreendidos em abstrações complexas. As pesquisas ainda apontam a maneira pela qual o aluno com surdez compreende e aprende a escrita das línguas de sinais em comparação com a Língua Portuguesa no ambiente escolar inclusivo.

2.2.3 Teses e dissertações da UNESP/Marília

Apresentamos a especificidade da pesquisa de mapeamento de produções da UNESP de Marília, no período de 2005 a 2015. Iniciamos o estudo com o mapeamento das produções acerca das temáticas surdez/deficiência auditiva e Libras, organizando-as por ano e assunto (surdez/deficiência auditiva e Libras), nas tabelas 09 e 10. Ressaltamos o baixo quantitativo em produções sobre ambas temáticas, mas ao compará-las confirmamos que as produções relacionadas à surdez novamente superam em quantidade os estudos que se relacionam ao tema Libras.

Em 2005 foi encontrada apenas uma produção relacionada ao tema surdez, em um estudo da Educação Inclusiva em propostas para formação de leitores surdos na disciplina de Língua Portuguesa. Nesse ano não foram encontradas produções acerca da temática Libras ou deficiência auditiva.

Entre os anos de 2006 a 2009 não foram encontradas produções referentes às temáticas em estudo, e somente no ano de 2010 encontramos apenas uma produção voltada para o tema surdez, produção intelectual que versa sobre a aquisição da linguagem escrita pela criança surda no âmbito da Educação Inclusiva, mas nenhuma produção sobre deficiência auditiva ou Libras.

Em 2011 houve publicação de apenas uma produção acerca da temática Libras, mas nenhum estudo voltado aos temas surdez e deficiência auditiva. A pesquisa encontrada apresenta propostas de trabalho ao docente, tendo em vista o uso dos recursos tecnológicos para a efetivação dos processos de ensino e aprendizagem de conceitos e palavras, com o intuito de aumentar o vocabulário do discente surdo.

Nos anos de 2012 e 2013 não foram encontradas produções relacionadas ao tema, e somente em 2014, foram mapeadas duas produções que tratam sobre surdez, e nenhuma sobre Libras ou deficiência auditiva. Os estudos apresentam propostas em práticas discursivas pela educação bilíngue, e de maneira geral, analisam as políticas públicas e os programas de atendimento e apoio aos discentes com deficiência no alcance do sucesso inclusivo no âmbito do Ensino Superior.

Em 2015, encontramos apenas uma produção intelectual acerca da temática surdez e nenhum sobre Libras ou deficiência auditiva. O estudo apresenta concepções sobre a formação do professor da disciplina de Artes na atuação com alunos surdos, versa sobre as

dificuldades em incluir o aluno surdo e aponta que os principais entraves relacionados ao despreparo profissional estão centrados nos aspectos comunicativos.

Tabela 09: Surdez e Deficiência Auditiva (2005-2015)

| Ano | Autor(es) | Título |
|------|---|--|
| 2005 | Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins. | Formação de leitores surdos e a educação inclusiva. |
| 2010 | Anna Paola Torrizi Leme. | A Aquisição da Linguagem Escrita pela Criança Surda no Contexto da Educação Inclusiva. |
| 2014 | Daniella Cristina Bosco. | Educação bilíngue para surdos: práticas discursivas em tempos de inclusão. |
| 2014 | Wagner Tadeu Sorace Miranda. | Inclusão no Ensino Superior: das políticas públicas aos programas de atendimento e apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais. |
| 2015 | Floida Moura Rocha Carlesso Batista. | Concepções do professor de Arte sobre aspectos de sua formação para atuar com alunos surdos. |

Fonte: Banco de teses e dissertações da UNESP/Marília.

Tabela 10: Libras (2011)

| Ano | Autor(es) | Título |
|------|---------------------|--|
| 2011 | Dariel de Carvalho. | Software em Língua Portuguesa/Libras com Tecnologia de Realidade Aumentada: Ensinando Palavras para Alunos com Surdez. |

Fonte: Banco de teses e dissertações da UNESP/Marília.

De acordo com o tema de análise: **inclusão educacional dos discentes com deficiência no Ensino Superior e em outros espaços**, um estudo revela a importância das políticas públicas para os programas de atendimento aos educandos com deficiência, com o foco principal voltado para a necessidade de se elaborar trabalhos que auxiliem no ingresso e na permanência desses alunos nos níveis superiores, além de dar suporte aos discentes com surdez, para garantir-lhes oportunidade de se desenvolverem como as demais pessoas.

Em relação ao **intérprete e ao docente de discente com surdez no Ensino Superior**, destacamos a disciplina de Artes em estudo e as concepções do professor dessa disciplina nos aspectos de sua formação para atuar com alunos com surdez. Esse trabalho revela que os profissionais se sentem, em grande parte, despreparados para atuar na formação do discente com surdez ou que falta capacitação a ser oferecida pelas instituições de ensino, o que revela o insucesso na formação do discente com surdez nos processos de ensino e aprendizagem. Não há pesquisas relacionadas ao **discente com surdez na universidade**, porém, há estudos que revelam os **processos de ensino e aprendizagem no desenvolvimento do discente com DA/Surdez**, em diferentes temas, dentre eles se destacam: a educação inclusiva na formação de leitores surdos, a aquisição da linguagem escrita pela criança surda, educação bilíngue para

surdos e Libras vinculada à tecnologia, no ensino de palavras em Língua Portuguesa para alunos com surdez.

Percebemos um baixo quantitativo em produções que se direcionam ao Ensino Superior, mas com perspectivas positivas, tendo em vista a preocupação com o alunado surdo em inúmeras modalidades de ensino que abrangem todas as etapas da Educação Básica. Os estudos são reveladores e se preocupam em suma, com a necessidade de incluir os alunos com deficiência na Educação Básica, como suporte e embasamento na preocupação com uma boa formação que sustente e garanta o ingresso, a permanência e o êxito na universidade, pois é isso que se espera para todos os discentes, com e sem deficiência.

2.3 Grupo de Estudo (GT) Educação Especial da ANPED nacional.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), não possui fins lucrativos e tem como finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, nos princípios da democracia, liberdade e justiça social. Dentre as propostas da associação, destacam-se: a promoção e o fortalecimento do ensino e da pesquisa em educação, na participação das comunidades acadêmica e científica e no desenvolvimento da política educacional da nação. Em sua biblioteca de produções, a ANPED conta com mais de 3000 pesquisas no campo educacional, reveladas por autores que versam em diversas temáticas e linhas teóricas, tendo como foco, o desenvolvimento intelectual e educacional do país. (ANPED, 2016).

Dessa maneira, foram mapeadas e apresentadas as pesquisas com eixos temáticos diretamente relacionados à surdez, deficiência auditiva e Libras, tema central deste estudo, assim como as principais preocupações acerca da formação subjetiva qualificada do discente com surdez no ensino majoritariamente ouvinte, entre as propostas e ações vinculadas aos processos de ensino e aprendizagem.

Foram mapeados trabalhos com filtros em palavras-chave específicas, sendo: Libras, deficiência auditiva e surdez. Encontramos publicações bastante atuais, mas com linhas teóricas distintas e temas centrais que versam sobre currículo, movimentos surdos, aprendizagem docente no atendimento ao aluno com surdez, perspectivas inclusivas, a situação do intérprete na realização do trabalho interlocutor, entre outros.

As publicações no ano de 2015 revelam apenas estudos que tratam sobre deficiência auditiva e surdez, mas não dissertam sobre a temática Libras. Os principais temas discutem

questões acerca dos movimentos surdos e seus resultados no espaço nacional e sobre a necessidade de adaptações curriculares no atendimento do aluno com deficiência auditiva e surdez.

Em 2016, com relação à temática surdez, os estudos versam acerca da aprendizagem docente, educação escolar bilíngue, cultura surda, escritas surdas, diversidade e igualdade, políticas educacionais e linguísticas. Quanto ao tema Libras, nesse mesmo ano foi mapeada apenas uma produção que os autores pesquisaram sobre a situação singular do intérprete em línguas de sinais nas contribuições de uma escola regular para alunos com surdez.

Tabela 11: Surdez e Deficiência Auditiva (2015-2016)

| Ano | Autor(es) | Título |
|------|--|---|
| 2015 | Madalena Klein. | Movimentos surdos e os discursos sobre Surdez, Educação e Trabalho: a constituição do surdo trabalhador. |
| 2015 | Ana Dorziat. | O currículo da escola pública: um olhar sobre a diferença dos surdos. |
| 2015 | Madalena Klein. | Movimentos surdos e os discursos sobre Surdez, Educação e Trabalho: a constituição do surdo trabalhador. |
| 2016 | Giovana Medianeira Fracari Hautrive; Doris Pires Vargas Bolzan. | Aprendizagem da docência alfabetizadora no contexto da surdez. |
| 2016 | Janete Inês Muller; Lodenir Becker Karnopp. | Educação escolar bilíngue de surdos. |
| 2016 | Patrícia Graff. | Surdos e ouvintes na escola regular: possibilidades de emergência de sujeitos bilíngues. |
| 2016 | Cinara Franco Rechico Barberena. | Cultura surda: imperativo pedagógico nos discursos que circulam na ANPEd no período de 1990 a 2010. |
| 2016 | Juliane Marshall Mongenstern; Pedro Henrique Witches. | Práticas de si na produção de subjetividades surdas brasileiras |
| 2016 | Aline de Menezes Bregonci. | Estudantes surdos no Proeja: o que nos contam as narrativas sobre os seus percursos. |
| 2016 | André de Souza Lemos. | Letras, ideogramas, sinais, sons, imagens – e ainda outras coisas... (Para além da escrita dos surdos, e o que encontramos lá). |
| 2016 | Cristina Broglia Feitosa de Lacerda; Ana Claudia Balieiro Lodi. | A difícil tarefa de promover uma inclusão escolar bilíngue para alunos surdos. |
| 2016 | Madalena Klein. | Diversidade e igualdade de oportunidades: estratégia de normalização nos movimentos sociais surdos. |
| 2016 | Mara Aparecida de Castilho. | Educação de surdos na perspectiva inclusiva: análise da função do professor interlocutor na rede estadual de ensino de São Paulo. |
| 2016 | Daiane Kipper; Cláudio José de Oliveira. | Práticas visuais nas aulas de matemática com alunos surdos. |
| 2016 | Karina Ávila Pereira; Madalena Klein. | Práticas de professores de alunos surdos e o ensino de Língua Estrangeira na educação de surdos. |
| 2016 | Ingrid Ertel Sturmer; Adriana da Silva Thoma. | Políticas educacionais e linguísticas para surdos: discursos que produzem a educação bilíngue no Brasil na atualidade. |

Fonte: Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Tabela 12: Libras (2016)

| Ano | Autor(es) | Título |
|------|--|--|
| 2016 | Cristina B. F. de Lacerca; Juliana E. Poletti | A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de Língua de Sinais. |

Fonte: Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

As publicações que discutem questões relacionadas à **inclusão educacional dos discentes com deficiência no Ensino Superior e em outros espaços** se referem ao currículo da escola pública no atendimento aos discentes com surdez, propostas para a educação escolar bilíngue para surdos, interações e desenvolvimento entre surdos e ouvintes, diversidade e igualdade de direitos e oportunidades, entre outros. Esses estudos possibilitam perceber a importância da adaptação curricular em estruturas e ações que permitam incluir o aluno com deficiência em todos os âmbitos de ensino, e ainda propor ações que possibilitem a efetivação dos processos de ensino e aprendizagem, numa perspectiva de contemplação formativa por meio do bilinguismo.

Em relação ao trabalho do **intérprete e o docente de discente com surdez no Ensino Superior**, um estudo revela, mas não no âmbito universitário, as principais problemáticas no trabalho interpretativo, que envolvem questões acerca da situação atual do intérprete, despreparo dos profissionais para lidar com a mediação da fala entre docentes e discentes, e ainda, a falta de conhecimentos para que o professor atue diretamente e contribua significativamente na formação plena dos alunos surdos. Não foram encontrados registros de estudos que versam sobre a temática, **discente com surdez na universidade**.

Quanto ao **processo ensino e aprendizagem no desenvolvimento do discente com DA/Surdez**, foram mapeadas pesquisas relacionadas à constituição do surdo trabalhador como fruto dos próprios movimentos das comunidades surdas, o currículo da escola no atendimento aos discentes com surdez, alfabetização de surdos, aprendizagem na docência alfabetizadora no âmbito da surdez, práticas visuais no ensino da matemática, ensino de língua estrangeira para alunos surdos e políticas educacionais e linguísticas para surdos. Esses retratam em específico, entre problemáticas e propostas, as principais evoluções do aluno surdo no contexto educacional, tendo em vista a adaptação curricular e a formação do aluno com surdez por meio da transformação do atendimento oferecido nas escolas e no meio social.

Com base nesse levantamento de produções científicas representadas por artigos, periódicos, dissertações e teses, é possível perceber diferentes interesses na busca pelas descobertas dos temas Libras e surdez. A partir das temáticas tratadas, a surdez possui maior número de pesquisa, enquanto a Libras, ainda que seja indissociável nos assuntos que se referem à deficiência auditiva/surdez, possui menos produções.

Nesse contexto de especificidades da Educação Especial, foram abordados temas relevantes, que apresentam necessidades pertinentes à realidade e ao papel social, abrangendo todos os níveis da Educação Básica e o Ensino Superior. As indagações e buscas em cada

produção expõem, de fato, a interação entre a pesquisa e a prática, que apresentadas em teorias e por autores por elas fundamentados, revelam transformações evolutivas dos aspectos inclusivos dos temas surdez e Libras, em eixos de contribuição pessoal, social, educacional e acadêmico, por representações das especificidades abordadas.

Dessa forma, este levantamento contribui de forma qualitativa com as leituras e produções futuras, no auxílio ao conhecimento e também nas relações teórico-práticas, para que sejam efetuadas as mudanças necessárias nos contextos da educação especial brasileira. Por meio dessas publicações compreendemos algumas relações sociais e educacionais no atendimento ao discente com surdez no país. Essa compreensão facilitou a análise das revelações dos autores, a partir de um espaço que não é o da comunidade surda, mas que pode contribuir com essa comunidade, com vistas à ampliação de estudos da área.

É importante ressaltar que os autores das produções intelectuais mapeadas se fundamentam em correntes teóricas diversas, sendo autores com diferentes perspectivas teóricas no trato do tema inclusão escolar, linguagem, sexualidade, cultura, identidade surda, entre outros.

Não houve surpresas quanto aos resultados, pois a base, em qualquer nível de ensino, está na problemática da formação docente, inicial ou continuada. Essa formação tem grau de importância no ensino e aprendizagem de discentes com surdez. Evidentemente, o prejuízo na formação reflete na falta de preparação para atuar com essa especificidade de deficiência.

Enquanto ficamos presos à questão da preparação para atuação, fechamo-nos em nossas possibilidades e não percebemos que precisamos sair de nossa zona de conforto e buscar aprender de diferentes formas, para que possamos ensinar. Várias são as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento para os discentes com surdez, contudo, é necessária a atenção, o comprometimento, a dedicação e muitos estudos por parte da equipe educacional, para que ao ensinarem consigam visualizar as habilidades e potencialidades desses discentes.

Quando mencionamos a importância de o docente trabalhar na descoberta das habilidades de seus alunos, com surdez ou não, estamos falando ancorados nas contribuições dos autores que foram subsidiados teoricamente em seus estudos pela Psicologia Histórico-Cultural, com Vigotski como seu maior expoente. Os dados das pesquisas analisadas nos artigos mencionados, a partir dos pressupostos teóricos da abordagem vigotskiana, ampliaram nossa compreensão sobre adaptação, mediação, compensação, funções psicológicas superiores, ensino, aprendizagem e desenvolvimento.

Com essa ampliação de conhecimentos identificamos as problemáticas da inclusão escolar, relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem, frente aos suportes oferecidos

com o intuito de incluir o discente com surdez em todas as etapas da Educação Básica, e viabilize ferramentas que contemplem a promoção desse alunado ao Ensino Superior.

É importante pensar em uma inclusão escolar que vá além do Paradigma dos Suportes ou Inclusão, na reorganização social de forma a garantir o acesso de todos os cidadãos em suas peculiaridades individuais, pois “Estar além da inclusão escolar, é trabalhar incansavelmente em prol de uma educação para todos [...]”. Com maior clareza, buscar uma libertação de interesses dominantes, “[...] com resistência coletiva e ativa, em que as pessoas se voltem para um trabalho emancipador, buscando quebrar a hegemonia de uma classe social que vem dilacerando os menos favorecidos em todo o período da história”. (ARAÚJO; SANTANA; NOZU, 2011, p. 102).

Essa compreensão nos dá a certeza de que o ensino deve ser realizado com responsabilidade, a partir da socialização de conhecimentos historicamente acumulados e culturalmente arraigados em nossa história, mas com um efetivo trabalho que leve ao desenvolvimento, ao domínio do conhecimento, às abstrações, não apenas com trabalhos pedagógicos voltados à valorização do conteúdo cotidiano.

A definição de como ensinar fica na responsabilidade do professor e do intérprete, pois esse trabalho deve ser colaborativo, em que um amplia a área de atuação do outro, sempre mediados por signos, com um efetivo planejamento participativo, que prevê possibilidades por meio da descoberta das habilidades e potencialidades dos alunos, com atenção à adaptação curricular, para que assim, de fato, se tenha uma educação para a emancipação social.

Por compreendermos a importância da emancipação social do sujeito e do trabalho coletivo retomamos a epígrafe inicial do capítulo, para afirmarmos que, independente do tipo de deficiência que o discente tenha, não devemos isolá-lo, pois assim deixaremos de colaborar com a sua evolução. É importante considerar que não é o número de palavras que interferirá em sua aprendizagem (VYGOTSKY, 2001), mas sim a atenção dada pelas pessoas que mantêm contato direto com eles, como poderemos verificar no capítulo 3, momento em que essas pessoas transmitem sua impressão sobre seus alunos e o discente com surdez apresenta suas dificuldades e desafios no espaço universitário.

3. DIFERENTES OLHARES SOBRE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR

Embora os professores afirmem não terem formação para atuar na educação inclusiva, entendemos que para algumas adaptações curriculares não há necessidade de um preparo acadêmico e de recursos financeiros. O simples fato de se colocar no lugar do outro, de se ter uma identificação com seu aluno já facilitaria a sua aprendizagem.

Raquel Marques Ribeiro dos Santos (2015).

Nos estudos desta pesquisa defendemos que a Libras é a primeira língua oficial brasileira para pessoas com surdez e faz parte do processo de formação de professores nos cursos de graduação nos níveis Médio e Superior, mesmo que esses professores afirmem não terem formação para atuar na educação inclusiva (SANTOS, 2015). Essa afirmação nos remete a pensar nas propostas de garantia da inclusão nessas modalidades de ensino, em especial no Ensino Superior, tendo em vista que são reais as problemáticas vivenciadas por alunos com surdez, entre o despreparo de profissionais para atuarem diretamente com essa clientela, e, sobretudo os entraves comunicativos entre docentes universitários ouvintes e discentes com surdez.

A partir dessas considerações resolvemos realizar um estudo de caso no Ensino Superior, no curso de Pedagogia. Para tanto, apresentamos uma breve caracterização da instituição que abriu espaço para a realização da pesquisa. A instituição que o discente com surdez estuda situa-se na divisa entre três Estados: São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais e recebe alunos de todo o país. Conta em sua totalidade com 21 cursos de graduação, 32 cursos de especialização *lato sensu* e quatro cursos técnicos em seu componente curricular.

Os cursos de licenciatura que apresentam a disciplina de Libras no componente curricular são: Pedagogia, Letras, Educação Física, Matemática e Ciências Biológicas. O discente em evidência neste estudo está devidamente matriculado no curso de Pedagogia – Licenciatura Plena e contém em sua grade curricular, quatro semestres de ensino em Libras, organizados em: Introdução à Libras I, Língua Brasileira de Sinais I, Libras II e Libras III. A ementa está direcionada para a formação de professores que atuarão na Educação Infantil e Ensino Fundamental I – 1º ao 5º ano. Apresenta os conteúdos que devem ser trabalhados nessa modalidade de ensino. Dentre os conteúdos destacamos: Datilologia; Parâmetros da Língua Brasileira de Sinais; Concepções e características básicas que constituem o quadro da surdez; Sinais básicos; Musicalização; Conversação e diálogo, entre outros.

A pesquisa realizada na instituição de Ensino Superior obteve aceite por meio de autorização da direção pedagógica e da presidência da instituição, momento em que apresentamos os objetivos, propostas, metodologia e roteiro das entrevistas a serem realizadas, por meio de Ofício (APÊNDICE D). Vale ressaltar que obtivemos o aceite da instituição pelo fato de tirarmos todas as dúvidas que competem à pesquisa, garantir a preservação da identidade dos pesquisados, oferecer garantia de anonimato aos participantes e colaboradores deste estudo de caso. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE E).

Outro ponto relevante para que a pesquisa pudesse acontecer com respeito às normas éticas foi a apresentação do projeto de pesquisa e todas as características e etapas detalhadamente na Plataforma Brasil⁸, com observação e correção dos termos, roteiros e projeto quando necessário. Dessa forma, ocorreu a submissão dos estudos e propostas da pesquisa à Plataforma, e todas as alterações necessárias foram realizadas até a obtenção da validação e aprovação final, conforme Parecer nº 1.670.527 (ANEXO A).

A pesquisa se caracteriza como Estudo de Caso, pois abrange apenas uma realidade local em Instituição de Ensino Privada. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, das quais participaram três docentes universitários atuantes na formação do discente com surdez, a intérprete em Libras que acompanha e realiza os processos de mediação da fala entre docentes e o discente com surdez e um discente com surdez devidamente matriculado na instituição de ensino nos cursos de licenciatura em Pedagogia. No total foram entrevistados cinco sujeitos definidos para a pesquisa, organizadas em três diferentes roteiros de entrevistas: docentes do discente com surdez (APÊNDICE A), intérprete em Libras do discente com surdez (APÊNDICE B) e discente com surdez (APÊNDICE C). Vale considerar que todas as entrevistas obtiveram aceite dos entrevistados e nenhum demonstrou desinteresse ou desconforto no momento da pesquisa, mesmo na utilização de recurso necessário: gravador de voz – que foi autorizado por todos.

As entrevistas realizadas com os docentes atuantes na formação do discente com surdez foram realizadas separadamente, e assim, nenhum docente obteve acesso à entrevista do outro, pois é melhor serem compreendidos em suas imparcialidades, apresentando seus pontos de vista, contribuições e dificuldades nos processos de ensino e aprendizagem no atendimento ao discente com surdez.

⁸ A Plataforma Brasil é uma base nacional unificada de registros das pesquisas que envolvem seres humanos e permite a submissão do possível estudo, até sua aprovação final, possibilita, inclusive, o acompanhamento da pesquisa em aprovação e o envio de relatórios entre dados parciais e finais da pesquisa <<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>>.

A intérprete foi entrevistada para compreender as principais indagações, facilidades ou dificuldades encontradas em seu trabalho ou na inclusão do discente com surdez, tendo em vista os fatores comunicativos e de interação social e educacional.

O discente com surdez foi entrevistado e mediado pelo trabalho de outra intérprete em Libras, para que houvesse imparcialidade quando perguntássemos a ele sobre o trabalho interpretativo oferecido na universidade, que externou as principais dificuldades no ponto de vista do discente e contribuiu para a compreensão do sujeito surdo no âmbito universitário. A pesquisa buscou perceber os diversos pontos de vista e entender as principais problemáticas presentes na Instituição de Ensino Superior.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com tranquilidade, todos mostraram boa vontade em participar, o que contribuiu com este estudo na promoção de reflexões acerca da temática, a qual é atual e necessita de compreensão e pesquisa no âmbito das universidades, já que a carência de estudos relacionados à surdez e Libras no Ensino Superior é percebida como elemento fundamental para a realização de novos pensares e pesquisas futuras. Dentre as possibilidades que o tema traz, está a de dar voz aos protagonistas que atuam na Instituição de Ensino e que por muitas vezes são criticados, pois as pessoas desconhecem o fazer desses profissionais, como os docentes do discente com surdez e o intérprete.

O sujeito principal desta pesquisa é o discente com surdez no Ensino Superior, que precisou driblar muitas dificuldades para hoje ocupar esse relevante papel. Dar-lhe voz é compreender a educação enquanto possibilidade de emancipação, é acreditar que ele consegue apontar como pode ser realizado um trabalho educacional de qualidade que possa beneficiar a comunidade surda.

3.1 Docentes do discente com surdez

A pesquisa realizada com docentes atuantes no processo de ensino e aprendizagem do discente com surdez no curso de Pedagogia proporcionou reflexões ao discutir a necessidade de comunicação direta com esse educando, o que nos surpreendeu no estudo, pois imaginávamos que os docentes não se renderiam a estudar ainda mais na compreensão e na necessidade do atendimento interpretativo para o discente. Pelo contrário, o primeiro professor entrevistado revelou que os alunos aprendem nessa modalidade de ensino, mas sugeriu capacitação para exercer o trabalho no atendimento ao discente com surdez, que não

lhes é oferecido como deveria e, dessa forma, não conseguem fazer com que o aluno seja incluído como deveria nos processos de formação profissional nos cursos de licenciatura. Ao serem questionados sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos discentes com surdez nos cursos de licenciatura, se falta algo que poderia contribuir para que eles participassem ativamente do processo de ensino e aprendizagem, os docentes responderam:

- *Sim, eles aprendem com limitações, com a dificuldade que lhe é peculiar. Se nós professores do Ensino Superior tivéssemos capacitação ou habilidades necessárias para trabalhar com alunos surdos o que a maioria de nós não tem. (Docente 1).*

- *Acredito que sim, apesar das dificuldades encontradas, diante da própria formação desse aluno quando chega nos cursos superiores, devido a falta de iniciativa ou incentivo lá na Educação Básica em relação à sua necessidade. Educação é um processo contínuo, então defendo e acredito que a surdez, assim como as demais necessidades, deveriam ou devem ser trabalhadas especificamente desde a Educação Básica, o que faz contribuir com o processos cíclicos e evolutivos para que haja o fortalecimento da aprendizagem no caso específico com esse aluno com essa necessidade. (Docente 2).*

É interessante observar que dois docentes revelaram que o discente com surdez aprende, apesar das inúmeras dificuldades, diante de sua própria formação na Educação Básica. Eles defendem a formação como processo contínuo e apontam a falta de iniciativa das instituições escolares para incentivar esse aluno no atendimento voltado para sua necessidade ou diferença. Acreditam que a formação dos discentes com deficiência deveria ser ininterrupta e incessante, para que, ao ingressarem nas universidades, tenham melhor formação para o fortalecimento evolutivo e contínuo da formação anterior.

Já o terceiro docente acredita que o surdo ainda não aprende nos cursos de licenciatura, pois falta preparo dos profissionais que atuam nessa fase de formação. Para ele, o discente somente aprende se o ensino oferecido garante todas as possibilidades de aprendizagem e quando os profissionais não se sentem preparados para atender satisfatoriamente as pessoas com deficiência, estarão prejudicados neste espaço, o ensino e a aprendizagem. Essa constatação é contrária aos estudos de Vygotski (1997), que acredita na força do aluno. Se o aluno com deficiência não sucumbiu à própria deficiência é porque tem possibilidades e potencialidades e pela compensação poderá aprender, pois se apresenta

deficiência e carência, nascerão neles as necessidades, que trarão a força, o motivo da superação.

- Eu entendo que ainda não. Falta, falta sim, me parece que o preparo dos profissionais que estão no ensino para receber esses alunos. (Docente 3).

Assim revelam-se pontos de vista diversos em sua amplitude, mas que se aproximam quando identificam a necessidade de formação docente em todos os âmbitos de ensino, em especial no Ensino Superior, devido ao crescente ingresso dos alunos PAEE na universidade, bem como um trabalho de inclusão e preparo desses educandos na Educação Básica, para que nas universidades com melhor formação.

Na sequência foi questionado se a universidade está preparada e adaptada para atender os discentes com surdez. Os docentes revelaram que não existe esse preparo, pois a instituição oferece apenas o trabalho interpretativo, que não supre todas as necessidades nos cursos de licenciatura. Alguns docentes revelaram que adaptar a estrutura escolar para o acesso das pessoas com deficiência física insuficiente, tal qual ocorre com o trabalho interpretativo oferecido para o discente com surdez.

- No primeiro momento quando nós recebemos o aluno surdo, a primeira atitude da faculdade foi contratar o intérprete, como se isso resolve o problema do aluno surdo, e não é só isso. A faculdade tem que disponibilizar maiores recursos. Até que ela o fez oferecendo o curso de Libras para os professores, porque esse é o ponto fundamental, o que é que nós sabemos de Libras, o que é que nós sabemos de comunicação com esse aluno. (Docente 1).

Fica claro que o docente atuante no Ensino Superior não se sente apto a trabalhar de maneira efetiva todas as potencialidades na compreensão de que apenas o suporte técnico oferecido pelo trabalho interpretativo não supre todas as necessidades de comunicação, entendimento e evolução desse alunado em desenvolvimento. Há ainda a falta de preparo dos profissionais atuantes, mas, além disso, o desinteresse pela busca de conhecimentos que facilitem a comunicação entre docentes ouvintes e discentes surdos, no estreitamento de laços os quais podem proporcionar ao estudante, maior interesse pela busca de novos conhecimentos e facilidades nas relações interpessoais, para a compreensão intrapessoal, tanto pelo docente, quanto pelo discente.

Vigotski (1997 e 2004) considera as relações entre os indivíduos no meio social, e consequentemente cultural, na crença de que as possibilidades de desenvolvimento estão diretamente relacionadas na própria procura por entender as diversas formas de humanização dos sujeitos. Dessa forma, a sociedade tem a responsabilidade de organização desse meio, com o propósito de contemplar o desenvolvimento dos discentes com deficiências, neste estudo específico tratando-se da Surdez, na apropriação de outros recursos e instrumentos metodológicos que proporcionem melhorias nos processos educacionais e de formação humana.

- Quais são as atividades que nós temos que realizar com esses alunos? Nós damos aula pra uma sala de quarenta alunos, e ele fica por conta do intérprete, então e essa é a nossa maior dificuldade. Então a faculdade está preparada? Está preparada na contratação de um intérprete e de oferecer o curso para os professores, mas que houve pouca procura, o curso foi oferecido para todos os professores do curso ou da qual o aluno frequenta e poucos frequentaram o curso. (Docente 1).

- Bom, hoje a educação em nível universitário, em um nível de formação, tem que se adaptar a sua realidade, e uma dessas realidades é certamente o atendimento a este aluno com necessidade, uma vez que perante Constituição Federal e perante as leis como a LDB e assim também como o ECA, garantem a esses alunos o pleno exercício da formação de cidadania. Então eu acredito que as universidades elas devem e estão se preparando a cada ano para atender a essa demanda. (Docente 2).

- Não, ainda não está, no geral a universidade não está preparada para atender os alunos com surdez, porque algumas nem o intérprete tem, e as que tem, é só o intérprete, então, ainda não. (Docente 3).

Essa questão nos remete a reclamações recorrentes de docentes quando iniciam o ano letivo e se deparam com discentes com deficiência no Ensino Superior. Imediatamente surgem as alegações de falta de preparo para receber “esses alunos”, que podem ser de diferentes tipos de deficiência, mas neste estudo, os discentes com surdez. A preparação do docente se dá a partir do momento em que ele se vê em dificuldades, de não saber como trabalhar pedagogicamente com o aluno, e muitas vezes passando sua responsabilidade de ensino para o intérprete. Mas também compreendemos que: “apesar dos avanços na inclusão

escolar e acessibilidade de alunos com surdez, registrados nos últimos anos, nas universidades, ainda há muitos desafios a serem vencidos” (BEZERRA; ARAUJO, 2015, p. 116).

Os entrevistados foram questionados sobre a possibilidade de utilização de todo tipo de recursos para ensinar os discentes com surdez no Ensino Superior, e se os Intérpretes cumprem suas atribuições no espaço escolar. A questão apresenta uma problemática significativa nos entraves dos processos de ensino e aprendizagem, pois afirmaram que a universidade não oferece qualquer recurso além do trabalho interpretativo. Em contrapartida, destacaram que a Instituição ofereceu cursos de formação em Libras aos professores na tentativa de minimizar as dificuldades de entendimento entre docentes ouvintes e discentes com surdez.

É possível perceber pela fala dos docentes entrevistados que tanto os docentes quanto os intérpretes precisam de melhor formação e constante atualização, pois há informações e conhecimentos que não são contemplados nas ações interpretativas. Portanto, para que todo o trabalho docente obtenha êxito, é importante a atuação responsável, clara e eficiente do intérprete na transmissão das informações.

- Não, na verdade eu sou pedagoga há muito tempo [...] mas eu tenho dificuldade e eu não consigo assim, utilizar alguns recursos diferenciados, a única coisa que eu consegui trabalhar com ele é a questão da leitura e da interpretação que ele não tinha [...]. Nós percebemos que ele evoluiu, que há um progresso, que ele aprendeu, mas em um nível mais lento [...]. Parcialmente. Há uma, como eu diria, há uma falha [...] então às vezes o intérprete não consegue transmitir tudo aquilo que nós estamos passando, às vezes há uma omissão, há um hiato entre aquilo que nós estamos passando e o que o intérprete está passando, até mesmo por dificuldade do que ele está interpretando [...] então haveria uma necessidade de reestruturar esse intérprete, até mesmo por isso que o professor teria que saber Libras ou então o bilinguismo, não sei isso seria o ideal. (Docente 1).

- Um grande desafio foi receber um aluno com surdez. No início fui atrás de estudos e pesquisas para compreender de que maneira eu poderia facilitar ou melhorar a minha relação enquanto professor docente na formação deste aluno. Em relação à interprete, a instituição a qual eu pertencço e trabalho satisfaz todas as vezes que somos levados ou direcionados ao cumprimento do currículo e do ensino. Satisfatoriamente, auxiliam muito nesta difícil comunicação entre o professor e o aluno com surdez. (Docente 2).

- *Não, eu não utilizo. Eu penso que os intérpretes, eles tentam cumprir as atribuições, mas ainda está aquém disso. (Docente 3).*

As respostas dos docentes demonstram que existe o trabalho do intérprete, reconhecem a sua importância, mas nem sempre é satisfatório. Sem dúvida, a universidade tem que ficar atenta ao profissional que exerce essa atividade, pois ele não substituirá o docente; apenas interpretará, da maneira mais neutra possível, as explicações do docente da disciplina, sem induzir o discente com surdez às suas convicções.

A confiança e o trabalho coletivo do docente da disciplina com o intérprete devem ser constantes, pois é necessário reconhecer a relevância da Libras na “[...] constituição psíquica, identitária e cognitiva do aluno surdo [...]”. (BEZERRA; ARAUJO, 2015, p. 117). Os docentes e a instituição devem ficar atentos e disponibilizar aos discentes com surdez muitas possibilidades formativas e comunicativas, com variação, utilizando as TIC no processo de ensino desses alunos nos cursos de graduação, principalmente “[...] no bojo de práticas pedagógicas que apontem para a superação de barreiras atitudinais, curriculares e institucionais”. (BEZERRA; ARAUJO, 2015, p. 117).

Na sequência da entrevista foi perguntado aos docentes se os discentes com surdez, em sua maioria, comunicam-se em Libras e se seria importante e necessário que os docentes aprendessem essa língua para estabelecer comunicação direta nos cursos de licenciatura e se apenas o trabalho do intérprete supre todas as necessidades nos processos de comunicação e entendimento das disciplinas e conteúdos para a formação docente. Os docentes responderam que é

- *Fundamental! [...] hoje nós por sermos mais velhos ou por sermos acomodados né, vamos deixando e vamos buscando os recursos que a gente tem ou colocando na mão do intérprete a responsabilidade. Mas todos os professores do curso de licenciatura deveriam trabalhar Libras e deveriam saber trabalhar com a inclusão. Não, não supre e isso nós estamos vendo na prática. (Docente 1).*

- *Fundamental! Se você fala em educação com qualidade você tem que falar com uma qualidade a toda e qualquer pessoa, [...] com necessidades ou não. E defendo que o ensino de Libras, a formação do curso, a formação acadêmica deste profissional tem que ser desde a*

Educação Básica, tem que ser desde a educação no Ensino Fundamental I, para até chegar no Ensino Superior. (Docente 2).

- É, isso seria o ideal, eu penso que esse seria o ideal, porque o intérprete, nem sempre consegue transmitir todas as informações do professor, da forma como o professor está passando para os alunos que ouvem. É eu penso que não suprem, porque o intérprete é o intérprete né, então, quer dizer, está tendo um mediador entre a fala do professor e a escuta do aluno. (Docente 3).

Essa questão discute a possível necessidade de comunicação em Libras entre o docente universitário e o discente com surdez, na compreensão de que apenas o trabalho oferecido pelo intérprete na mediação da fala não supre todas as necessidades de aprendizagem e formação do discente com surdez nesse âmbito de ensino. A pesquisa revela a importância de construir vínculos entre o professor e o aluno, numa tentativa de fazer com que os discentes com surdez sintam-se incluídos, evoluam, aprendam e participem dos processos de ensino e aprendizagem.

Quando falamos sobre inclusão, devemos pensar na qualidade de ensino para todos, pessoas com deficiências ou não, e ainda, garantir que os processos de formação realmente aconteçam. Os discentes com surdez devem ser acompanhados desde cedo, pois há muitas possibilidades de evolução crescente, as quais devem acontecer em todas as etapas da Educação Básica no tocante ao ensino de Libras, leitura e interpretação de texto, para que ao ingressar no âmbito universitário, eles estejam melhor preparados.

Lacerda (2006) realizou uma pesquisa análoga a esta, entrevistou alguns professores da Educação Básica, e compreendeu que: “Os depoimentos revelam e escondem problemas presentes nesta prática, mas, de maneira geral, os entrevistados referem-se a experiência como satisfatória” (LACERDA, 2006, p.172). Dessa forma também analisamos os docentes entrevistados, que em determinado momento apresentam dificuldades em colocar as situações por eles vivenciadas, mas têm palavras para justificar a situação do discente com surdez.

Na sequência da entrevista, os docentes universitários atuantes nos cursos de licenciatura foram questionados sobre o direito do ingresso dos discentes surdos em universidades e também foram levados a dizerem se o melhor para esses discentes com surdez seriam espaços educacionais especiais. As respostas revelam que aqueles conhecem e reconhecem os direitos dos alunos, já assegurados por lei.

- *Ele tem o direito de ingressar na universidade. A única coisa que eu colocaria é que ele deveria chegar na universidade já com um trabalho sendo feito lá no Fundamental e Médio, com intérprete com a leitura e interpretação e ele não vir pra faculdade só com a alfabetização em Libras, só alfabetizado em Libras, ele deveria vir já melhor trabalhado, na questão da leitura e principalmente da interpretação[...]. (Docente 1).*

- *Está garantido por lei. É direito sim ingressar às universidades e as universidades têm o dever e obrigação de proporcionar a esses alunos o total e pleno desenvolvimento do conhecimento, da formação, da capacitação e do direito que essas pessoas têm perante a Constituição Federal. São cidadãos comuns, então não há o porquê de eles terem espaços especiais. (Docente 2).*

- *Não, na minha visão eles têm o direito de ingressar em universidade sim, eu acho que não precisa de ter espaços especiais não, eu acho que a universidade é que deve se adaptar para atender esses alunos. (Docente 3).*

Compreendemos que os professores universitários entendem a necessidade de os discentes serem incluídos na universidade, porém, sentem-se despreparados para fornecer elementos básicos ou avançados que contemplem a sua formação plena. É importante ressaltar que há falhas na formação docente e na atuação do intérprete, já que o PAEE não conseguiu ser incluído nessa modalidade de ensino, pela falta de compreensão que estão direcionados aos entraves comunicativos e de organização do espaço escolar e das ações em sala de aula.

A perspectiva educacional inclusiva – voltada ao acesso, participação e aprendizagem de todos os educandos – sugere alterações na organização do trabalho pedagógico escolar. Nesse sentido, para a inclusão do PAEE nas escolas comuns do ensino regular, o trabalho especializado (sempre que necessário) e o trabalho comum devem estar articulados, retroalimentando-se. (MOREIRA; ARAUJO; NOZU, 2014, p. 23).

Importante destacar que os professores da Educação Especial são bem-vindos no trabalho colaborativo nas escolas e Instituições de Ensino Superior, pois sua atuação, trajetória e história nas escolas e salas especiais não podem ser desconsideradas. Para Moreira, Araujo e Nozu (2014, p. 23): “[...] os docentes vão precisar aprender a compartilhar metas, decisões, instruções em sala de aula, responsabilidades, avaliação da aprendizagem, resoluções de problemas. [...] os professores vão precisar administrar a sala de aula de forma

colaborativa [...]”. A partir da fala dos autores consideramos ser importante que os professores do ensino comum e do ensino especial busquem a ampliação de seus conhecimentos juntos, em constante apoio mútuo.

3.2 Intérprete em Libras do discente com surdez

A pesquisa realizada com intérprete em Libras do discente com surdez revela que somente a comunicação em Libras utilizada pelos docentes universitários e discentes dos cursos de licenciatura que comungam de uma mesma formação acadêmica do discente com surdez, proporciona real inclusão. Somente assim os surdos conseguiriam sentir-se incluídos e acolhidos na formação em âmbito universitário.

A primeira questão busca compreender, na visão do intérprete, se o discente com surdez se desenvolve e aprende na universidade com o uso da Libras, e abre espaço para que o interlocutor discorra sobre o que poderia contribuir com essa formação, tendo em vista as problemáticas vivenciadas no cotidiano. Ao questionarmos sobre a aprendizagem dos discentes com surdez e desenvolvimento em sala de aula com o uso da Libras, o intérprete responde:

- O aluno quando ele vem pra faculdade ou pra universidade, o aluno surdo, ele já domina Libras, então a dificuldade dele mesmo é no desenvolvimento da aula no dia a dia, por que a comunicação ele tem o intérprete “para estar auxiliando”. A dificuldade maior é na leitura e na escrita, então ele teria que ter um horário na faculdade uma pessoa pra “estar auxiliando” ele e “ajudando” no contraturno e essa sala seria a sala de atendimento educacional especializado. O meu trabalho é ser o interlocutor mesmo, o que o professor explica eu passo pra ele, e as dificuldades que o aluno tem eu passo para o professor e o professor vai explicar de uma melhor forma para que ele possa entender. (Intérprete em Libras).

Para o intérprete, a Libras já faz parte da comunicação natural do aluno com surdez ingressante na universidade. O entrevistado revela que nas instituições escolares o discente com surdez tem, no período inverso, atendimento educacional especializado, com ações distintas e necessárias a serem trabalhadas no âmbito externo da sala de aula comum. Tal como a intérprete, acreditamos que se a universidade oferecesse esse tipo de atendimento, o

aluno compreenderia melhor as disciplinas oferecidas, o processo ensino/ aprendizagem, sobretudo leitura e interpretação de textos – a maior das dificuldades enfrentadas pelo discente com surdez. O intérprete atua nesse processo de formação, no auxílio e no entendimento de leitura e interpretações textuais, e ainda, realiza a mediação da fala entre docentes ouvintes e discentes surdos, num trabalho de interlocução. O professor explica conteúdos, e se há dificuldades de entendimento pelo discente com surdez, o intérprete apresenta as mesmas ao docente, na tentativa de uma melhor compreensão de termos e significados.

A segunda questão busca compreender se os docentes estão preparados e buscam as adaptações necessárias para atender os discentes com surdez pelo uso da Libras, e se é necessário que a equipe docente aprenda a se comunicar na utilização de sinais, ou se o atendimento interpretativo supre todas as necessidades do indivíduo com surdez. A intérprete revela que

- Os professores, eles não dominam e não conhecem a Língua Brasileira de Sinais, mas isso não atrapalha o desenvolvimento do aluno, porque ele tem o intérprete ali, que auxilia e faz esse intercâmbio entre o professor e aluno, então ele é o mediador ali. (Intérprete em Libras).

A questão apresentada permite dialogar sobre o preparo dos profissionais na atuação da formação do discente com surdez, vinculada às possíveis adaptações necessárias para lidar no atendimento ao PAEE. Para o intérprete, cujo trabalho no Ensino Superior também é a mediação, o fato de os docentes não dominarem a Libras não atrapalha o desenvolvimento do discente com surdez. Em contrapartida, o aluno com surdez pode se sentir melhor se houver comunicação entre todos por meio da Libras incluindo professores e colegas de sala, pois fará com que ele se sinta mais seguro e se desenvolva melhor.

- Olha, pra inclusão do aluno surdo é lógico ele necessita de comunicar e vai se sentir melhor com a comunicação, mas dentro da sala de aula e com o rendimento ali, como ele tem o intérprete, ele sente seguro e ele tem um desenvolvimento, então em questão de aprendizado, ele aprende, agora a comunicação com a equipe docente seria assim legal [...], pra estar ele sendo assim incluído mesmo sabe, e “comunicando” com todos os professores e até mesmo os amigos de sala. Ele vai ter uma autoestima mais elevada. Olha, eu acredito que sim,

porque ele não vai embora com dúvidas, ele sempre pergunta e eu sempre estou perguntando pro professor e estou sempre dando devolutiva pra ele. (Intérprete em Libras).

A terceira questão versa sobre as possíveis dificuldades encontradas ao longo dos processos de ensino e aprendizagem dos discentes com surdez no âmbito universitário. Para o intérprete, a leitura e a escrita são as principais, pois o surdo possui grandes dificuldades em interpretar o que lê, e dessa forma, o discente surdo torna-se dependente do exclusivo atendimento do trabalho interpretativo.

- A leitura e a escrita, são as principais. Olha, eu nem diria assim com a falha de comunicação, é próprio da interpretação é da dificuldade dele de ser um leitor e interpretar aquilo que ele está lendo. (Intérprete em Libras).

A pesquisa buscou compreender a visão do intérprete na questão seguinte, sobre quais são as principais dificuldades vivenciadas por ele na atuação do trabalho de mediação da fala entre docentes universitários e discentes com surdez e segundo ele, as principais dificuldades estão vinculadas ao fato de estabelecer significados aos termos mais complexos ou abstratos.

- A maior dificuldade são as formas mais científicas, que têm palavras abstratas né que ele não domina, então pra “estar explicando” tem que pesquisar, tem que mostrar e sempre “estar tendo” que usar o recurso, a tecnologia pra “estar pesquisando” e “mostrando” pra ele o que é. (Intérprete em Libras).

As revelações mostram que as principais dificuldades de interlocução, estão relacionadas a trazer para o concreto, conceitos abstratos, que na maioria das vezes o surdo não domina, então há a necessidade de pesquisa, de utilização de recursos visuais em tecnologia, para que o êxito do trabalho seja alcançado.

A última questão direcionada ao interlocutor em Libras versa sobre os materiais oferecidos ao discente com surdez no atendimento à sua língua materna. O intérprete revela que a universidade não oferece materiais adaptados em Libras e pontua que segundo seu parecer, para a efetiva ocorrência da inclusão seria necessário que docentes e discentes aprendessem a língua de sinais para estabelecer uma comunicação direta.

- *Aqui na faculdade não, porque o aluno surdo que eu atendo, ele tem assim um desenvolvimento muito bom, então ele realiza a leitura e eu sempre cobro a leitura e a interpretação, então, ele faz a avaliação e a atividade igual aos demais alunos, não precisa fazer adaptação pra ele. É a comunicação em Libras pra ele, ele vai estar assim inserido mesmo, “vai estar acontecendo” a inclusão mesmo, porque ele “vai estar comunicando” com os professores e alunos de sala. É importante, e os amigos também, porque quando saem pra fazer um trabalho, às vezes combinam de final de semana, ou horário fora da sala de aula eu tenho que acompanhar, então isso dificulta pra ele sabe, se ele comunicasse com as amigas, e se as amigas conseguissem comunicar em Libras ele não teria aquela necessidade que estivesse do lado dele. **(Intérprete em Libras)**.*

As contribuições das revelações interpretativas denotam que a universidade ainda não está preparada para atender os discentes com surdez, mas deve adaptar-se e promover a inclusão por meio da comunicação, a qual é o principal fator de convivência e de trocas humanas, pois segundo a Psicologia Histórico-Cultural, as pessoas se desenvolvem e aprendem por meio das relações e intercâmbio de saberes, de cultura, da língua e dos costumes das comunidades que se relacionam e comungam os mesmos ideais.

Não se discute a relevância do trabalho do intérprete, pois sem ele, o discente com surdez não conseguiria chegar às universidades. Sua função é essencial para que ocorra a aprendizagem, e para tanto, é importante que esteja junto com os docentes do discente com surdez, desde o planejamento das aulas.

3.3 Discente com surdez

A pesquisa realizada por meio de entrevista que envolve o discente com surdez no âmbito universitário permite perceber, a partir de sua ótica, quais são as principais problemáticas que ainda não permitem a inclusão e o atendimento qualificado do PAEE, e ainda aponta ações necessárias na tentativa de minimizar as diferenças frente à formação universitária. Dessa forma, procuramos compreender como foi a trajetória escolar do discente com surdez, até chegar o momento de ingresso no Ensino Superior e suas expectativas nessa formação. O discente com surdez revela:

- *Quando eu era criança eu entrei na escola, todos ouviam e somente eu era surdo. Não tinha intérprete. O professor ensinava e eu ficava sentado, ele ajudava um pouquinho, dava*

desenho e eu não entendia nada, muito difícil era no passado. Aí minha mãe conversou que eu estava triste que não estava entendendo nada e que precisava de intérprete, e disseram que ia procurar nas cidades vizinhas. (Discente com surdez).

O discente com surdez revela que por muitas vezes houve falta de intérpretes em Libras e os professores não sabiam como desenvolver o trabalho de formação na Educação Básica. Quando havia intérpretes, muitas vezes o trabalho realizado não supria todas as necessidades, já que faltavam informações necessárias no aprendizado e no desenvolvimento em todas as etapas de ensino. Assim, é percebida a necessidade de haver trabalho de profissionais qualificados, que compreendam a importância da inclusão do PAEE em todas as modalidades de ensino.

- Mudei-me para Cuiabá, entrei na escola, aí tinha intérprete, ele já conversou comigo, aí começou a ensinar Libras, os sinais, muitos sinais e daí comecei a entender e aprender e o tempo foi passando e fiquei bom. (Discente com surdez).

A segunda questão busca respostas do discente com surdez, se os docentes que atuam na sua formação subjetiva qualificada utilizam a Libras para estabelecer comunicação direta no Ensino Superior e ou o trabalho mediador interpretativo contempla todos os processos de ensino e aprendizagem na graduação em Pedagogia. O discente com surdez revela:

- Não. Só tem a intérprete. Os professores falam e a intérprete passa pra mim. Não, não supre tudo não. (Discente com surdez).

A entrevista permite compreender que os docentes no Ensino Superior não utilizam a Libras como forma de comunicação, e apenas é oferecido o trabalho do intérprete na mediação da fala entre docentes ouvintes e discente com surdez. Todavia, somente essa ferramenta ou recursos não são suficientes para sua formação, ou seja, seria importante que todos se comunicassem em Libras, para que ele pudesse realmente ser incluído em todos os processos de interação e trocas de conhecimento.

Na questão seguinte, procuramos saber se o discente com surdez sente que a universidade está preparada e busca as adaptações necessárias para o atendimento qualificado ao PAEE, e se há cuidado com materiais de auxílio ao estudo e formação qualificada. O discente apresenta a universidade da seguinte forma:

- *Aqui os alunos estão sempre separados, precisam estar mais juntos para ajudar mais. Não tem outros surdos juntos estudando, somente ouvintes. A faculdade está preparada porque oferece intérprete e isso ajuda um pouco. Não, nada, nenhum material adaptado. (Discente com surdez).*

Quanto ao preparo da instituição e busca por adaptações no atendimento ao PAEE, o discente com surdez revela que se sente separado dos demais, e não há uma preocupação maior com o alunado surdo, pois ele é o único acadêmico com essa característica. Apesar disso, ele pontua que se considerarmos o fato de outras IES não disporem de profissional qualificado para a mediação, esse atendimento irrisório ali recebido, de alguma forma contribui com sua formação por meio do trabalho do intérprete. Assim, fazemos relação com os estudos de Vigotski (1997, 2004), sobre a importância do desenvolvimento por meio das relações interpessoais para que o indivíduo se desenvolva em aspectos decisivos que o farão compreender as relações intrapessoais e a se conhecer em suas especificidades.

Na questão seguinte, ponto chave na pesquisa, já que procuramos compreender se o discente com surdez acredita que os processos de ensino e aprendizagem no Ensino Superior teriam melhores condições se todos os docentes se comunicassem com os discentes surdos por meio da Libras. As revelações mostraram a necessidade e a importância desta pesquisa e a segurança de perceber que o estudo caminha na direção correta, quando o discente revela:

- *Sim, seria melhor, seria mais importante que todos os professores se comunicassem com os alunos surdos em Libras diretamente. Eu quero as pessoas juntas se comunicando em Libras, porque os ouvintes falam, falam e não tem comunicação. Precisa, é importante pro futuro Libras. (Discente com surdez).*

De acordo com o depoimento acima, seria importante que todos os docentes e discentes se comunicassem diretamente com o discente com surdez, o qual revela seu desejo de que todos aprendam e se comuniquem por meio da utilização da Libras, e já que está inserido em um ensino majoritariamente ouvinte, não se sente incluído na utilização da oralidade como ferramenta única de comunicação entre os indivíduos nos processos de formação humana.

Por fim, questionamos o discente com surdez se ao longo de seu percurso acadêmico o trabalho interpretativo supre todas as suas necessidades ao se relacionar com inúmeros

conteúdos e disciplinas. Questionamos também acerca do que seria ideal em relação a mudanças no trabalho mediador interpretativo para atender as suas potencialidades.

- *Falta. Eu aprendo partes com o trabalho da intérprete, mas falta informação. Na minha opinião é melhor o surdo se comunicando em Libras, fora o trabalho da intérprete, e todos se comunicando em Libras. (Discente com surdez).*

O discente confirma que aprende parcialmente por meio do trabalho oferecido pela intérprete, e sente a ausência de informações mais igualitárias e distribuídas de forma justa, pois o canal de comunicação entre os ouvintes é direto, ao passo que o discente com surdez depende exclusivamente da interpretação do profissional auxiliar, pois é o único recurso oferecido pela universidade.

Compreendemos a necessidade imediata na formação dos docentes pela importância da internalização e do aprendizado em Libras, a capacitação dos intérpretes que atuam na formação do discente com surdez e o seu preparo desde a Educação Básica.

Importante destacar algumas necessidades urgentes: fornecimento de materiais adaptados; formação qualificada de profissionais atuantes na constituição de saberes e conhecimentos para que o discente com surdez tenha qualidade nos cursos e licenciatura desde o ingresso à universidade e possa compartilhar sua cultura por meio da difusão da Libras em todos os âmbitos sociais e educacionais, no alcance de metas necessárias para que a inclusão aconteça e que sejam minimizadas diferenças e desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] não podemos deixar de também defender princípios morais como o da aceitação do outro e o da aceitação da diferença. Entretanto, não é isso que está em jogo, mas sim o fato de que o princípio da aceitação da diferença esteja sendo usado para legitimação de uma sociedade desigual, injusta, exploradora e excludente. (DUARTE, 2001, p. 50).

Nossas considerações não são finais, pois uma pesquisa não se finda, apenas apresenta caminhos para outras, com possibilidades de preencher lacunas que vão ficando para trás; e não são finais ainda, pelo fato de acreditarmos, como Duarte (2001), que legitimar a inclusão escolar a partir da aceitação, do não compreender como está esse processo em todos os espaços escolares é aceitar uma sociedade desigual, injusta, exploradora e principalmente excludente. Propagam a inclusão, mas o que se vê são alunos com deficiência, marginalizados, não atendidos em suas especificidades.

A partir dessas considerações de como está o processo de inclusão de alunos PAEE, buscamos refletir e contribuir com as discussões em torno dos discentes com surdez no Ensino Superior. Para tanto, delimitamos a pesquisa a um caso específico, o do discente do curso de Pedagogia, com o envolvimento de alguns de seus docentes e o Intérprete que o acompanha no espaço universitário, com a clareza de que o objeto do estudo é a Libras, a primeira língua desses educandos.

Para tanto, algumas questões foram levantadas e com a realização da pesquisa buscamos respondê-las para possibilitar a outros pesquisadores e docentes a compreensão de como está a situação do discente com surdez no espaço universitário, com atenção as suas dificuldades, seus desafios, além de entender suas possibilidades, ou seja, que o trabalho didático realizado em sala de aula pode ser o diferencial para eles, com o apoio consciente do Intérprete em todas as atividades escolares que envolvem o discente.

Uma questão poderia não ser preocupação em uma educação inclusiva, que se volta para o atendimento com igualdade para todos é quanto à possibilidade de ampliação da aprendizagem e desenvolvimento do discente com surdez, a partir da comunicação por Libras por todos os docentes. Assim, surgem alguns questionamentos, tais como: a) há necessidade de todos os docentes do Ensino Superior se comunicarem e ensinarem por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras)?; b) que resultados essa situação traria ao departamento

financeiro de uma Instituição de Ensino?; c) qual seria a aceitação dos docentes quanto à proposta? Muitas questões teriam que ser desdobradas, a partir da primeira.

Com as entrevistas tivemos uma posição mais clara quanto a essa questão, pois nos possibilitaram compreender a importância de os docentes do Ensino Superior aprenderem a se comunicar e ensinar por meio da Libras, já que esse conhecimento proporcionaria maior aproximação entre docentes ouvintes e discentes com surdez, e ainda, ampliaria as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento desse discente em diversas disciplinas e conteúdos.

Conforme os entrevistados apontaram, é importante que a escola e o aluno com surdez compreendam a necessidade da leitura e da interpretação de textos como uma prática constante, não somente no Ensino Superior, mas também no Ensino Fundamental e no Médio. Além disso, que percebam as diferenças linguísticas e gramaticais entre a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais, e nessa compreensão, de que sua língua materna seja por direito a Libras, mas que o mesmo deverá elevar seus conhecimentos por meio de prática do bilinguismo.

É importante ressaltar que apenas a aprendizagem da Libras para os docentes universitários não é suficiente para atender todas as necessidades do aluno, mas deveria haver um trabalho colaborativo que envolvesse as escolas, em uma preocupação maior no preparo para o ingresso na universidade. O interessante seria difundir a Libras em todos os meios educacionais e sociais, com o intuito de promover a igualdade de direitos e o exercício da cidadania, e assim o discente com surdez, seus colegas e os docentes do Ensino Superior aprenderiam Libras em situações naturais, sem a preocupação da obrigatoriedade.

Outras questões que preocupam os docentes do discente com surdez, são complementares às anteriores: a) o discente com surdez no Ensino Superior precisa compreender a Língua Portuguesa e se comunicar utilizando-a?; b) é importante que o discente com surdez se comunique por meio da Língua Portuguesa?; c) para que e quando ele utilizará essa língua? No senso comum poderíamos dizer que não é necessário para ele o aprendizado da Língua Portuguesa, como diria para os alunos do Ensino Fundamental e do Médio que não é necessária a aprendizagem de outra língua estrangeira. Com essa intransigência, estaríamos nivelando o ensino desse discente por baixo.

Por que é importante que “alguns privilegiados” aprendam mais de uma língua e os surdos se contentem com a Libras, sua primeira língua? Temos que refletir, pois o conhecimento é acessível a todos, mas para isso é importante, conforme apregoa Vygotski (2007), que os docentes ensinem em conformidade com as habilidades dos discentes para que

esses atinjam suas potencialidades, sem contudo, tentar transformar o discente com surdez em ouvinte. Caso isso não ocorra dessa forma, eles deixarão de aprender na quantidade de que são capazes e ainda mais: estarão excluídos de muitas oportunidades de trabalho.

Insta ressaltar que a sensação de incapacidade do docente em transmitir conhecimentos ao discente com surdez não pode permitir que esse profissional deixe de se importar com as diferenças e peculiaridades individuais, não dê a devida atenção à importância da Libras como maior expressão cultural das comunidades surdas, e principalmente, que não se engane com a falsa ideia de superioridade de uma cultura em relação a outra.

Outra questão que nos chama a atenção é quanto ao ingresso do discente com surdez no curso de graduação. Isso nos remete a uma questão instigante: o candidato a uma vaga no Ensino Superior faz o vestibular em igualdade de condições com os demais? Conforme o relato do discente com surdez, a seleção para o ingresso no curso de graduação foi quase igual à dos discentes ouvintes; o tempo concedido para a realização da prova foi o mesmo oferecido aos demais; o diferencial foi a contratação de um intérprete que sinalizou a prova no vestibular.

Importante considerar que o candidato com surdez leva mais tempo para a realização e compreensão das questões, já que está limitado pela leitura e interpretação de outra pessoa, o que o torna dependente do exclusivo trabalho interpretativo. Dessa forma podemos afirmar, em caráter de denúncia, que não existe igualdade nesse processo, e por conta desse fator os discentes com surdez, e possivelmente os com outros tipos de deficiência estão sendo prejudicados nesse processo de seleção de acesso ao Ensino Superior, o qual, segundo nosso entendimento, se já é injusto e reduzido para alguns alunos advindos de classes sociais C, D e E, para alunos PAEE é muito mais.

Então imaginemos como são as condições que as IES têm proporcionado para garantir o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento do discente com surdez. Para começar a discussão, vamos pensar no custo ocasionado para a IES, pois requer a contratação de um profissional específico para ele. Por mais que haja boas intenções por parte da equipe pedagógica da universidade, há de se considerar seu incipiente conhecimento sobre a formação desse discente com surdez, e por esse motivo, apenas oferece o trabalho interpretativo do interlocutor no uso da Libras, e não dispõe de outros recursos ou materiais adaptados em prol desse futuro profissional.

O trabalho do intérprete permite a mediação da fala entre docentes ouvintes e discentes com surdez, mas se torna falho muitas vezes, por não oferecer todos os recursos,

conhecimentos ou ferramentas de construção do conhecimento necessários para o desenvolvimento de saberes nesse âmbito de ensino. Há falta de preparo na interpretação, pois os cursos de licenciatura abrangem diversos conhecimentos e conteúdos que necessitam de busca constante de saberes, já que não são disponíveis, momentos de preparo de materiais ou recursos que facilitem a interpretação de textos, numa aproximação de entendimento prévio de dados, conteúdos e disciplinas.

Evidenciamos na pesquisa a necessidade do aprendizado e difusão da Libras em todos os âmbitos educacionais e sociais. Somente será possível incluir o discente com surdez no Ensino Superior, quando o mesmo se sentir aceito em sua língua, cultura e expressões que fazem parte do seu próprio modo de ser para então se desenvolver em conjunto com os docentes, intérprete e demais discentes que compreenderão em formação contínua, as variações de ensino e aprendizagem em diversos processos. Quando observamos as potencialidades e as sobrepomos às deficiências e diferenças, nos colocamos em contato direto com os processos evolutivos de ensino e aprendizagem, pois abrimos espaço para que o discente cresça, sem as rotulações que restringem pelas deficiências. Será necessário envolvê-lo num universo de possibilidades que somente poderão se realizar se houver um trabalho qualitativo e eficaz, na atuação de profissionais qualificados, que entendam a necessidade da inclusão em todos os segmentos sociais.

Acreditamos que o discente com surdez em sua evolução obteve grandes avanços nos meios sociais, pelas lutas constituídas ao longo dos anos num processo histórico de resultados significativos de conquistas, as quais estão presentes nos âmbitos educacional, religioso, político, entre muitos outros, mas ainda precisa prosseguir em todos eles, e em especial no âmbito universitário, ao qual este estudo se relaciona.

O discente com surdez não ingressa nas universidades com o devido preparo, pois os profissionais que o recebem na Educação Básica não se sentem ou não estão preparados para atendê-lo e com frequência insistem em sua oralização em vez de priorizarem o aprendizado da Libras como maior representação cultural da comunidade surda. As principais problemáticas na inclusão de pessoas com surdez ou deficiência auditiva no Ensino Superior estão vinculadas ao despreparo de profissionais para atuarem na inclusão do PAEE, pois não dominam a Libras, língua materna da pessoa com surdez, não consideram necessário atender às especificidades do indivíduo surdo e não compreendem as relações de interação entre docente e discente na formação subjetiva qualificada, e acabam por atribuir o trabalho e o ensino ao intérprete em Libras.

Os intérpretes não apresentam conhecimentos necessários para mediar a fala entre docentes universitários e discente com surdez, pois são inúmeros conteúdos, métodos e terminologias que não fazem parte do convívio de estudo e formação desse profissional. Não são oferecidos materiais adaptados que facilitem os processos de ensino e aprendizagem, no auxílio de novas possibilidades que apenas o trabalho interpretativo não contempla.

Retornamos à epígrafe inicial de Karin Strobel (2008), uma das maiores defensoras da Libras no Brasil, por ser da comunidade surda e compreender que essa língua possibilita um compartilhamento de culturas, de conhecimentos, que não podem ser contemplados por meio da língua oral e da cultura ouvinte.

Enquanto ficamos presos à questão da preparação para atuação, fechamo-nos em nossas possibilidades e não percebemos que precisamos sair de nossa zona de conforto e buscar aprender de diferentes formas, para que possamos ensinar. Várias são as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento para os surdos, contudo, faz-se necessária a atenção, o comprometimento, a dedicação, muitos estudos por parte da equipe educacional, para que ao ensinarem consigam visualizar as habilidades e potencialidades desses discentes.

Quando mencionamos a importância de o professor trabalhar na descoberta das habilidades de seus alunos, surdos ou não, estamos falando ancorados nas contribuições dos autores que subsidiaram teoricamente este estudo pela Psicologia Histórico-Cultural, tendo em Vigotski seu maior expoente. Essa compreensão nos dá a certeza de que o ensino deve ser realizado com responsabilidade, a partir da socialização de conhecimentos historicamente acumulados e culturalmente arraigados em nossa história, mas com um efetivo trabalho que leve ao desenvolvimento, ao domínio do conhecimento, às abstrações, não apenas com trabalhos pedagógicos voltados à valorização do conteúdo cotidiano.

É possível verificar que Vygotski (1997) apresenta os estudos voltados para a inclusão como o modo de conceber o desenvolvimento necessário ao PAEE vinculado a métodos e práticas que possuam significados aos que compartilham dessas vivências, na percepção de que a relação entre os indivíduos, o meio social, e conseqüentemente cultural, apresenta inúmeras possibilidades de desenvolvimento.

Dessa forma, as pessoas da sociedade são responsáveis por organizarem-se, vinculadas a uma nova perspectiva com relação ao desenvolvimento do discente PAEE, e para isso, precisa apropriar-se de novos recursos e instrumentos metodológicos em favor de melhorias no que diz respeito ao ensino. Essa responsabilidade organizacional não se apresenta apenas como papel a ser exercido apenas pelo docente, mas também pela comunidade interna e externa dos ambientes escolares, nas esferas municipais, estaduais e privadas.

A atividade laboral de ensinar deve ser colaborativa, com mútua ampliação da área de atuação, sempre mediados por signos, com um efetivo planejamento participativo, que faça previsão de possibilidades por meio da descoberta das habilidades e potencialidades dos alunos, com atenção à adaptação curricular, para que assim, de fato, se tenha uma educação para a emancipação social. Existem lacunas a preencher quando tratamos dos assuntos Libras e Surdez no âmbito universitário, pois esse PAEE ainda não conseguiu a inclusão na Educação Básica, sobretudo no Ensino Superior com atenção às suas especificidades; não compartilhou sua cultura; enfrenta inúmeras dificuldades, entre outros problemas. É importante concluir chamando a atenção para o movimento da comunidade surda, que tem obtido muitas conquistas para as pessoas com surdez no Brasil, assim como retornarmos à frase inicial da epígrafe introdutória desta pesquisa para que sirva de convite a todos os envolvidos com a educação de indivíduos com surdez: “O vento tocou nas mãos dos surdos e juntos acordaram, se movimentando, reunindo amigos para valorizar a língua de sinais” Caldas (2012).

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores**. 2005. Campo Grande-MS: UFMS. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 129 folhas.

ANAIS da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://ppge.ufsc.br/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

ARAUJO, Doracina A. Castro; SANTANA, Maria Silvia Rosa; NOZU, Washington Cesar Shoití. Para além da inclusão escolar: a práxis em uma abordagem histórico-cultural. In. PRADO, Alessandro Martins e outros (Org.). **Práxis educacional, direitos fundamentais e política: perspectivas para o século XXI**. Curitiba-PR: CRV, 2011.

BANCO de Teses e Dissertações da UNESP/Marília. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/ciencia-da-informacao/dissertacoes/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

BANCO de Teses e Dissertações da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<http://www.bco.ufscar.br/biblioteca-digital>>. Acesso em: 12 out. 2016.

BEZERRA, Giovane Ferreira; ARAUJO, Doracina A. Castro. Inclusão escolar no ensino superior: o aluno com deficiência ainda é “um estranho no ninho”? In. NERES, Celi Corrêa; ARAUJO, Doracina A. Castro (Org.). **Retratos de pesquisa em educação especial e inclusão escolar**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2015.

BONI, Valdete Boni; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 2, nº 1 (3), jan.-jul. 2005. p. 68-80.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

_____. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Disponível em: <http://www.abiee.org.br/doc/Resolu%E7%E3o%204%20DE%2002%20out%202009%20EDUCA%C7%C3O%20ESPECIAL%20rceb004_09.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2016.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.html>. Acesso em: 06 nov. 2016.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.html>. Acesso em: 27 jun. 2016.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.html>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.html>. Acesso em: 27 jun. 2016.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 06 nov. 2016.

CALDAS, Ana Luiza Paganelli. Movimento surdo: identidade, língua, cultura. In: PERLIN, Gládis; STUMPF, Marianne (Org.). **Um olhar sobre nós surdos:** leituras contemporâneas. Curitiba: Editora CRV, 2012.

CAPELLINE, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. **História da Educação Especial:** em busca de um espaço. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/.../Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2017.

CLASSES sociais A, B, C, D, E ou classes alta, média e baixa. Disponível em: <<http://www.luis.blog.br/classes-sociais-a-b-c-d-e-f-ou-classes-alta-media-e-baixa.aspx>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004.

DUARTE, Newton. A escola de Vigotski e a educação escolar: algumas hipóteses para uma leitura pedagógica da psicologia histórico-cultural. **Psicologia USP**, São Paulo, v.7, n.1/2, p.17-50, 1996.

_____. A pedagogia histórico-crítica no âmbito da história da educação brasileira. In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéla (Org.). **Histórias da educação brasileira:** experiências e peculiaridades. Paraíba: Editora da UFPB, 2014.

_____. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. **Cad. CEDES**, vol. 19, n. 44, Campinas Apr., p. 1-16, 1998.

_____. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (Org.). **Formação de professores:** limites contemporâneos e alternativas necessárias [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 191 p.

_____. Vigotski e a pedagogia histórico-crítica: a questão do desenvolvimento psíquico. **Nuances:** estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 24, n. 1, p. 19-29, 2013.

_____. Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação e sociedade**. Ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KLEIN, Madalena. **Movimentos surdos e os discursos sobre surdez, educação e trabalho: a constituição do surdo trabalhador**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03_07.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de Lacerda. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Campinas-SP, v. 26, nº 69, p. 163-184, 2006.

LIMA, Olga Maria Blauth de. **A trajetória de inclusão de uma aluna com NEE, Síndrome de Down, no Ensino Superior: um estudo de caso**. 2007. 87f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LURIA, Alexander Romanovich. **Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

_____. **A construção da mente**. A construção da mente São Paulo: Ícone, 1992.

MANTOAN, Maria Tereza Égler (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARTINS, Lígia Márcia. A internalização de signos como intermediação entre a psicologia histórico cultural e a pedagogia histórico-crítica. **Germinal - marxismo e educação em debate**. Salvador-BA, v. 7, n. 1, p. 44-57, jun. 2015.

_____. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Tese de livre-docência. Bauru-SP: UNESP, 2011. 249p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Laura Ceretta. In (ex) clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n.25, p.37-47, 2005.

MOREIRA, Maria Helena B.; ARAUJO, Doracina Aparecida de C.; NOZU, Washington Cesar S. O ensino colaborativo na perspectiva da Educação Inclusiva: desafios e possibilidades aos professores do ensino comum e aos professores especialistas. In.

BEZERRA, Giovani Ferreira (Org.). **Pesquisa(s) em educação: múltiplos olhares**. Curitiba-PR: CRV, 2014.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

OLIVEIRA, Rosenara Beatriz. **A escola, a diferença e os sujeitos que nela operam**. Monografia de Especialização em Educação Especial: deficiência mental e transtornos e dificuldades de aprendizagem junto ao DHE Departamento de Humanidades e Educação da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul-UNIJUI. 2012.

PERINI, Thelma Íris. **O processo de inclusão no Ensino Superior em Goiás: a visão dos excluídos**. 2006. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação Faculdade de Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

PERLIN, Gladis T.T. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre-RS: Mediação, 2012

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre-RS: Artes Médicas, 1997.

_____. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004.

REILY, Lucia. **Escola Inclusiva: linguagem e mediação**. 4. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2011.

REVISTA Brasileira de Educação Especial Scientific Electronic Library Online - SCIELO Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-6538&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2015

REVISTA de Educação Especial – Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>>. Acesso em: 12 set. 2015.

SANTOS, Raquel Marques Ribeiro dos. **Deficiência e preconceito no espaço escolar: tensões e intenções**. 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba-MS.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 12, nº 34, jan. abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Simone Cerqueira; ARANHA, Maria Salete Fábio. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. **Rev. bras. educ. espec.** Marília, v. 11, n. 3, p. 373-394, Set.-Dez. 2005.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 2008.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem.** Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Pensamento e linguagem.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Psicologia Pedagógica.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VYGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

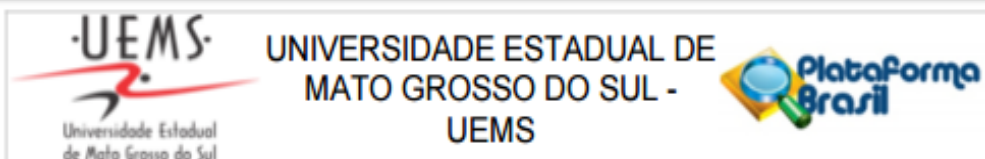
_____. **Fundamentos de defectologia.** Obras escogidas V. Madrid: Aprendizaje Visor, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem.** eBooksBrasil.org. 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/vigo.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. **The collected Works of L.S. Vygotsky.** The fundamentals of defectology (abnormal psychology and learning disabilities), vol. 2. Trad. Jane. E. Knox. Nova York: Plenum Press, 1993.

ANEXO

ANEXO A: Aprovação do Comitê de Ética – Plataforma Brasil



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO SUPERIOR: dificuldades, desafios e possibilidades de um discente com surdez.

Pesquisador: Danilo Pessopane de Almeida

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 56330316.8.0000.8030

Instituição Proponente: UEMS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.670.527

Apresentação do Projeto:

O projeto apresenta parcialmente todas as ações a serem realizadas e atendendo as normas vigentes.

Objetivo da Pesquisa:

- Identificar as dificuldades, desafios e potencialidades apresentadas pelo aluno surdo em um ensino majoritariamente ouvinte, a fim de contribuir com suas relações comunicativas no Ensino Superior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Atendeu as solicitações.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Atendeu a todas as solicitações .

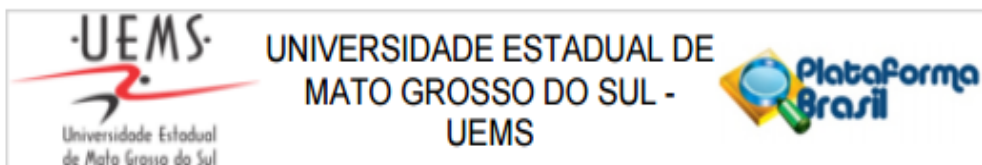
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atendeu a todas as solicitações .

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Atendeu a todas as solicitações .

Endereço: Rodovia Dourados Itahum / Km 12
Bairro: cidade universitária **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 1.670.527

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|--|------------------------|-----------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_707852.pdf | 20/07/2016 22:38:34 | | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | x.docx | 20/07/2016 22:38:20 | Danilo Pessopane de Almeida | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | V.pdf | 21/05/2016 13:04:33 | Danilo Pessopane de Almeida | Aceito |
| Outros | N.doc | 17/05/2016 15:33:48 | Danilo Pessopane de Almeida | Aceito |
| Outros | U.doc | 17/05/2016 15:33:21 | Danilo Pessopane de Almeida | Aceito |
| Outros | a.doc | 17/05/2016 15:31:43 | Danilo Pessopane de Almeida | Aceito |
| Orçamento | O.docx | 13/05/2016 17:12:44 | Danilo Pessopane de Almeida | Aceito |
| Cronograma | C.docx | 13/05/2016 17:12:23 | Danilo Pessopane de Almeida | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | P.doc | 09/05/2016 14:43:23 | Danilo Pessopane de Almeida | Aceito |
| Folha de Rosto | f.pdf | 09/05/2016 14:29:36 | Danilo Pessopane de Almeida | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DOURADOS, 10 de Agosto de 2016

Assinado por:
Cynthia de Barros Mansur
(Coordenador)

Endereço: Rodovia Dourados Itahum, Km 12
Bairro: cidade universitária CEP: 79.804-970
UF: MS Município: DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 E-mail: cesh@uems.br

ANEXO B: Lei 10.436-2002



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

Regulamento

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único, Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único, A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza

ANEXO C: Decreto 5.626 – 2005



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005,

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a [Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002](#), e o [art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000](#).

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngüe, referida no caput.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I - cursos de educação profissional;
- II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e
- III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação de instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

- I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;
- II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;
- III - professor ouvinte bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 8º O exame de proficiência em Libras, referido no art. 7º, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e lingüistas de instituições de educação superior.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

- I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;
- II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;
- III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e
- IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão de Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia.

CAPÍTULO IV

DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O

ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

a) o ensino e uso da Libras;

b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e

c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

a) professor de Libras ou instrutor de Libras;

b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;

c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e

d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

§ 2º O professor da educação básica, bilingüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

- I - atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e
- II - áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuem estas atribuições nas unidades federadas.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I - cursos de educação profissional;
- II - cursos de extensão universitária; e
- III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

- I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;
- II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;
- III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o caput atuará:

- I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;
- II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e
- III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

CAPÍTULO VI

DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

- I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com

tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtitulação por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO VII

DA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

- I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;
- II - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;
- III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;
- IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;
- V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;
- VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;
- VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;
- VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;
- IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e
- X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1º O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e as empresas privadas que detêm autorização, concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde buscarão implementar as medidas referidas no art. 3º da Lei nº 10.436, de 2002, como meio de assegurar, prioritariamente, aos alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

CAPÍTULO VIII

DO PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS EMPRESAS QUE DETÊM CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, NO APOIO AO USO E DIFUSÃO DA LIBRAS

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o [Decreto nº 5.296, de 2004](#).

§ 1º As instituições de que trata o caput devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no caput.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa estão sujeitos a padrões de controle de atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o [Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000](#).

Parágrafo único. Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle de atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no **caput**.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184^ª da Independência e 117^ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista para os docentes do discente com surdez**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA****Roteiro para entrevista – docentes universitários**

Nome: _____

1. Os alunos com surdez se desenvolvem e aprendem nos cursos de licenciatura? Falta algo que poderia contribuir para que eles participassem ativamente do processo de ensino e aprendizagem?
2. A Universidade está preparada e adaptada para atender os alunos com surdez? Justifique.
3. Você utiliza todos os tipos de recursos para ensinar os alunos com surdez no Ensino Superior? E os Intérpretes cumprem suas atribuições?
4. Os alunos surdos, em sua maioria, comunicam-se em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Seria importante e necessário que os professores aprendessem a Libras para estabelecer comunicação direta com os surdos nos cursos de licenciatura? Apenas o trabalho do intérprete supre todas as necessidades nos processos de comunicação e entendimento das disciplinas e conteúdos para a formação docente?
5. Os alunos com surdez devem ter o direito de ingressar em universidades ou precisam ter espaços especiais? Justifique.

APÊNDICE B: Roteiro de entrevista para intérpretes do discente com surdez**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA****Roteiro para entrevista – intérpretes**

Nome: _____

1. Os alunos com surdez se desenvolvem e aprendem em sala de aula com o uso da Libras? Há algo que possa contribuir nesse processo de formação acadêmica? Como você atua nesse processo?
2. Os docentes estão preparados e buscam as adaptações necessárias para atender aos alunos com surdez em sua língua materna? É necessário que a equipe docente aprenda a se comunicar em Libras, ou o atendimento interpretativo supre todas as necessidades do indivíduo com surdez?
3. Quais são as principais dificuldades encontradas nos processos de ensino e aprendizagem dos alunos com surdez? Estão diretamente vinculadas às falhas de comunicação?
4. Quais são as principais dificuldades do intérprete na atuação no Ensino Superior? Quais seriam as melhores formas de atuação das universidades para atender às necessidades do trabalho intérprete nos cursos de licenciatura?
5. São oferecidos materiais adaptados para os alunos com surdez no atendimento de sua língua materna, a Libras?

APÊNDICE C: Roteiro de entrevista para discente com surdez**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA****Roteiro para entrevista - discente com surdez**

Nome: _____

1. Como foi sua trajetória educacional para ingressar no Ensino Superior? Quais contribuições você espera na formação no Ensino Superior, que difere de sua formação básica? Justifique.

2. Os professores utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para estabelecer comunicação direta com alunos com surdez na Instituição de Ensino Superior? Apenas as atribuições destinadas ao trabalho mediador do intérprete contemplam os processos de ensino e aprendizagem na graduação em Pedagogia?

3. A Instituição de Ensino Superior (IES) está preparada e busca adaptações no espaço escolar para atender os alunos com surdez? Há cuidado com materiais de auxílio ao estudo e/ou outras contribuições?

4. Você acredita que os processos de ensino e aprendizagem no Ensino Superior teriam melhores condições se todos os professores se comunicassem com alunos surdos por meio da Libras?

5. O trabalho de interpretação supre suas necessidades para o conhecimento ao se relacionarem com inúmeros conteúdos e disciplinas ministradas? É preciso haver mudanças no trabalho mediador do intérprete? Se afirmativo, como deveria ser o trabalho de atuação do intérprete na contemplação de sua formação contínua?

APÊNDICE D: Termo de autorização**Termo de autorização da** [REDACTED]

Autorizo o pesquisador Danilo Pessopane de Almeida, CPF: 377949358-65, responsável pelo projeto de pesquisa intitulado: “Língua Brasileira de Sinais no Ensino Superior: dificuldades, desafios e possibilidades de um discente com surdez”, a utilizar as Instituições de Ensino Superior pertencentes à [REDACTED] [REDACTED], como campo de coletas de dado diretos e/ou indiretos. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas nas instituições a qual represento. O referido projeto somente poderá ser iniciado nessas instituições de ensino, mediante sua aprovação documental por este Comitê de Ética em Pesquisa e pela Secretaria Municipal de Educação.

[REDACTED], ___/___/___.

Diretora Pedagógica Institucional

Presidente Institucional

APÊNDICE E: Termo de consentimento livre e esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da Pesquisa “Língua Brasileira de Sinais no Ensino Superior: dificuldades, desafios e possibilidades de um discente com surdez” na orientação da Profa. Dra. Doracina Aparecida de Castro Araujo, voluntariamente, sob a responsabilidade do pesquisador Danilo Pessopane de Almeida. A referida pesquisa pretende compreender as relações comunicativas universitárias de discentes surdos e os desafios enfrentados por eles em um ensino majoritariamente ouvinte.

Sua participação é voluntária e dar-se-á por meio de entrevistas semiestruturadas, atendendo e vislumbrando conhecer a realidade do sujeito entrevistado no âmbito do Ensino Superior. As entrevistas serão gravadas em áudio com total preservação da imagem ou quaisquer outros dados do entrevistado. Se o (a) Sr. (a) aceitar participar, contribuirá para o despertar de novas possibilidades subjetivas no compartilhamento de cultura, na aquisição de conhecimentos que não permitem ser contemplados apenas pela língua oral vinculada à cultura ouvinte, vistos pelo pesquisador como necessidades imediatas no auxílio da promoção e evolução de estudos na realidade do Ensino Superior.

Para participar da pesquisa, o (a) senhor (a): será submetido a entrevistas semiestruturadas, em que serão utilizadas ferramentas tecnológicas como auxílio em instrumentos facilitadores de comunicação (gravador de áudio). Após a entrevista, os dados coletados serão analisados pelo pesquisador de forma a compreender as relações comunicativas no Ensino Superior entre discente surdo e docentes ouvintes, vinculado ao trabalho de mediação do intérprete em Libras.

Salientamos que o participante convidado a participar pode correr riscos pela possibilidade existente em desconforto diretamente relacionado às questões presentes na entrevista, porém, é importante ressaltar que a pesquisa pode possibilitar o despertar de novas possibilidades e aquisição de conhecimentos acerca da cultura surda no âmbito universitário, de tal forma que, o participante poderá deixar a pesquisa se assim o mesmo quiser, sem qualquer prejuízo ao participante.

Se depois de consentir sua participação na pesquisa o (a) Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo sem prejuízo a sua

pessoa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade será sempre mantida em sigilo.

Eu, _____, fui informado e aceito participar da pesquisa intitulada: “Língua Brasileira de Sinais no Ensino Superior: dificuldades, desafios e possibilidades de um discente com surdez” em que o pesquisador (Danilo Pessopane de Almeida) me explicou como será toda a pesquisa de forma clara e objetiva.

Santa Fé do Sul, 20 de julho de 2016.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante da Pesquisa

Pesquisador: Danilo Pessopane de Almeida

Telefone para contato: (17) 997925607

E-mail: danilo.libras.prof@gmail.com

Comitê de Ética com Seres Humanos da UEMS, fone: (31) 3902-2699 ou cesh@uems.br.